



Bordando o manto do mundo

PRÁTICA JORNALÍSTICA
Volume I

Mayra Rodrigues Gomes



KRITIKOS



eca **USP**
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

 **CNPq**
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Mayra Rodrigues Gomes

BORDANDO O MANTO DO MUNDO: PRÁTICA JORNALÍSTICA

Apoio:



Realização:



Mayra Rodrigues Gomes

BORDANDO O MANTO DO MUNDO:
PRÁTICA JORNALÍSTICA

DOI: 10.11606/9788572051972

1ª. Edição

2018

São Paulo

ECA – USP

Expediente

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

Diretor da ECA-USP: Prof. Dr. Eduardo Henrique Soares Monteiro

Vice-Diretora da ECA-USP: Profa. Dra. Brasilina Passarelli

Expediente da publicação

Editora: Escola de Comunicações e Artes (USP)

Preparação de originais e revisão: Andrea Limberto

Diagramação: Andrea Limberto

Capa: Carla Risso

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

G633p

Gomes, Mayra Rodrigues

Práticas jornalísticas [recurso eletrônico] / Mayra Rodrigues Gomes - São Paulo: ECA-USP, 2018.

110 p. – (Coleção Bordando o manto do mundo ; 1).

ISBN 978-85-7205-196-5 (Coleção)

ISBN 978-85-7205-197-2 (v.1)

DOI: 10.11606/9788572051972

1. Jornalismo 2. Narrativa 3. Linguagem jornalística 4. Comunicação I. Título II. Gomes, Mayra Rodrigues.

CDD 21.ed. – 070

Elaborado por: Sarah Lorenzon Ferreira CRB-8/6888



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons

Está autorizada a reprodução parcial ou total desta obra desde que citada a fonte. Proibido uso com fins comerciais.

Selo Kritikos

Grupo de Pesquisa MidiAto (ECA-USP)

Coordenação Editorial

Rosana de Lima Soares (Universidade de São Paulo)

Conselho Científico

Ana Lucia Enne (Universidade Federal Fluminense)

Bernadette Lyra (Universidade Anhembi Morumbi)

Eduardo Morettin (Universidade de São Paulo)

Eduardo Vicente (Universidade de São Paulo)

Felipe Muanis (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Gislene Silva (Universidade Federal de Santa Catarina)

Gustavo Souza (Universidade Paulista)

José Carlos Marques (Universidade Estadual Paulista)

José Luiz Aidar Prado (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Laura Loguercio Canepa (Universidade Anhembi Morumbi)

Lucia Leão (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Marcio Serelle (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Mauricio de Bragança (Universidade Federal Fluminense)

Mayra Rodrigues Gomes (Universidade de São Paulo)

Renato Cordeiro Gomes (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Rogério de Almeida (Universidade de São Paulo)

Rosamaria Luiza de Mello Rocha (Escola Superior de Propaganda e Marketing)

Samuel Paiva (Universidade Federal de São Carlos)

Silvia Helena Simões Borelli (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Vander Casaqui (Universidade de São Paulo)

Vera Follain de Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Vera Regina Veiga França (Universidade Federal de Minas Gerais)

Conselho Editorial

Andrea Limberto (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)

Cíntia Liesenberg (Pontifícia Universidade Católica de Campinas)

Cláudio Rodrigues Coração (Universidade Federal de Ouro Preto)

Daniele Gross Ramos (Universidade de São Paulo)

Eduardo Paschoal de Sousa (Universidade de São Paulo)

Eliza Casadei (Escola Superior de Propaganda e Marketing)

Felipe Polydoro (Universidade de Brasília)

Fernanda Elouise Budag (Faculdade Paulus de Comunicação)

Ivan Paganotti (Centro Universitário FIAM-FAAM)

José Augusto Mendes Lobato (Universidade Anhembi Morumbi)

Juliana Doretto (Centro Universitário FIAM-FAAM)

Nara Lya Cabral Scabin (Universidade Anhembi Morumbi)

Renata Carvalho da Costa (Universidade de São Paulo)

Sílvio Anaz (Centro Universitário FIAM-FAAM)

Sofia Franco Guilherme (Universidade de São Paulo)

Thiago Siqueira Venanzoni (Universidade de São Paulo)

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Prefácio: São os grafomaníacos que constroem o mundo <i>Eliza Bachega Casadei</i>	9
Apresentação: Duas perspectivas afiadas para entender as narrativas jornalísticas	12
Introdução: Constância das Narrativas	15
Parte I: Narrativas do discorrer e disciplinar	27
Capítulo 1 - Discorrer, disciplinar	28
Capítulo 2 - Palavra de ordem/dispositivo disciplinar	39
Capítulo 3 - Confirmação e vigilância no jornalismo	54
Parte II: Narrativas da liberdade de expressão	75
Capítulo 4 – Valor da opinião em tempos de direitos humanos	76
Capítulo 5 - A comunicação entre adestramento e liberdade -	86
Capítulo 6 – Perfis como modo de inserção de jornais televisivos	94
Coleção Bordando o Manto do Mundo	107
A autora	109
Sobre o Selo Kritikos	110
Sobre MidiAto	110

GRATIDÃO

Por afecções entendo as afecções do corpo, pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou entravada, assim como as ideias dessas afecções (Baruch de Espinosa. *Ética demonstrada à maneira dos Geômetras. Parte III, Definições III*, p. 276. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1997).

Carrego comigo uma ideia antiga, cuja origem não mais consigo localizar. Lembro-me da afirmação de que o melhor voto, com que podemos saudar alguém que está de partida, consiste em desejar bons encontros. Claro que esse desejo parte de dois pressupostos que compartilho. De um lado, somos aqueles que transitam por diversos lugares e panoramas culturais ao longo de uma vida: somos transeuntes, sempre de partida, ao menos metaforicamente, para outras paragens. Ainda que nosso afastamento seja por pouco tempo, por certo cruzaremos muitos mares e seremos protagonistas de esbarrões imprevisíveis.

Por outro lado, entendo que somos concebidos com e sobre as afecções que entretemos, ou com os esbarrões que nos esperam à beira dos caminhos. Quer nos fortaleçam, quer nos enfraqueçam, as afecções constituem a matéria de nossa conformação: de acordo com o modo de incorporação, nós nos tornamos. Assim, para pensar em agradecimentos é necessário lembrar nossos encontros, sempre deixando uma margem de flexibilidade: os que nos enfraquecem num momento podem inverter seu signo em outro tempo.

Na realidade, em geral pouco sabemos dos encontros que nos afetaram, sobretudo dos que nos afetaram positivamente, porque são muitos e porque nossa memória está mais empenhada em reter os encontros de natureza traumática. A despeito dessa pouca memória, ou consciência, não cessamos de contar histórias sobre nossas causas e efeitos, nossas origens e nosso futuro. Nesta pequena história de gratidão, busco elaborar uma relação mínima de encontros motivadores. Isso porque, se tentasse elencar todos eles, com certeza acabaria por escrever uma autobiografia. Procuo aqui um apanhado de encontros/momentos que impulsionaram minha carreira acadêmica e minhas produções nessa esfera.

Devo começar destacando minha orientadora, Dulcília Helena Schroeder Buitoni, que certamente deu a chance para que eu começasse minha jornada; Jeanne Marie Machado de Freitas, sua colega no Departamento de Jornalismo e Editoração, que foi minha tutora nos estudos de psicanálise; Ciro Marcondes Filho, que com seu grupo de pesquisa estimulou meu retorno aos estudos de filosofia. É preciso lembrar o papel do próprio Departamento de Jornalismo e Editoração que, acolhendo-me como professora, abriu espaço para docência e pesquisa.

É notoriamente impossível deixar de salientar a parceria frutífera, pela participação em grupos de pesquisa, com duas estimadas colegas: Maria Cristina Castilho Costa, no Obcom, e Rosana de Lima Soares, no MidiAto. Muitos eventos e publicações têm origem nessas colaborações que se configuram como espaço em que meus orientandos de pós-graduação podem encontrar maior desenvoltura.

Finalmente, não poderia deixar de lado, dentre esses que foram magníficos orientandos, a presença mais antiga e constante de Andrea Limberto Leite, com sua generosa disponibilidade para me apoiar em muitas empreitadas. É certo que muitos encontros ficaram de fora desta pequena menção, seja pela necessidade de sintetizar, pelo esquecimento ou pela inconsciência. Peço perdão. Mas, a todos com quem me deparei de forma tão positiva, quero agradecer a admirável façanha de prover meu inusitado enriquecimento, de corpo e alma.

Mayra Rodrigues Gomes
julho 2018

PREFÁCIO

SÃO OS GRAFOMANIÁCOS QUE CONSTROEM O MUNDO

O dicionário define a palavra grafomania como “a necessidade patológica de escrever ou rabiscar”. Milan Kundera, em *A Arte do Romance*, apresenta uma definição mais poética do termo, ao dizer que “não é mania de escrever cartas, diários íntimos, crônicas familiares (isto é, escrever para si ou para seus próximos), mas de escrever livros (portanto ter um público de leitores desconhecidos). Não é a mania de criar uma forma, mas de impor o seu eu aos outros”, o que não é senão uma “versão da vontade de poder”. De todo o arsenal acadêmico construído pela professora Mayra Rodrigues Gomes ao longo de sua carreira, um dos menos visíveis, mas extremamente notórios, é o de ter despertado a grafomania em muitos dos alunos e orientandos que conviveram com ela ao longo dos anos. Com uma habilidade muito singular de relacionar conceitos teóricos complexos para explicar as práticas mais rotineiras do jornalismo, a professora Mayra não apenas consolidou chaves explicativas para as práticas midiáticas em um arsenal teórico consistente, como também disseminou a paixão pela teoria, pela reflexão e pela escrita entre aqueles que tiveram a sorte de trabalhar com ela.

Embora eu tenha testemunhado essa disseminação da grafomania entre os alunos da professora Mayra, cativados pelas possibilidades de compreender o jornalismo para além de seus aspectos mais imediatos e estudá-lo como um complexo sistema de normas e restrições socialmente inscritas, essa é uma história que só pode ser contada em primeira pessoa, uma vez que eu mesma fui arrebatada pelo encantamento que esse tipo de entendimento de mundo produziu em mim. Quando eu entrei no curso de jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, eu tinha muitas certezas acerca do jornalismo, seu papel no mundo e suas possibilidades de atuação – certezas essas que se tornaram, com as aulas da professora Mayra, grandes e salutares estranhamentos que me fizeram querer estudar mais o jornalismo e seu funcionamento como uma grande máquina de linguagem. Tive esse privilégio logo no meu primeiro semestre, em uma jornada de vida que me acompanha até hoje, quase quinze anos depois, e que dá a dimensão da dívida que eu tenho para com a professora Mayra.

Foi com a professora Mayra que eu aprendi que o jornalismo faz parte de uma grande malha simbólica que constrói não apenas as práticas midiáticas, mas sim, para utilizar os seus próprios termos, “tece o manto do mundo”, o modo como a realidade é pensada e apreendida. Ela também me mostrou os mecanismos a partir dos quais as representações sociais medeiam as formas de relacionamento entre o eu e o outro, bem como os modos como as práticas midiáticas urdem seus enredos

e explicações. Aprendi com ela que o ato de contar histórias sobre o mundo nunca são exercícios livres, mas sim, configurações formais de estilo e estruturação que nos precedem. Conheci os dispositivos disciplinares, a forma como o poder atua nos pormenores da vida cotidiana (e, às vezes, por sobre a própria vida biológica em si) e como a vontade de saber articula mecanismos convocacionais que atuam nas práticas midiáticas. Descobri, com ela, que os discursos são coisas perigosas e que, por isso, são alvos de constantes mecanismos de controle e cerceamento. Aprendi sobre os processos de identificação, sobre a constituição imaginária do sujeito e sobre como o desejo se materializa em pequenos objetos que mostram que sempre algo nos falta.

Foram esses temas que despertaram a grafomania em tantos de seus alunos e que estão presentes nos artigos dessa coletânea, que mostra o trajeto de pesquisa da professora Mayra ao longo dos últimos anos. Em um primeiro momento, a autora apresenta, em “As narrativas do Discorrer e Disciplinar”, artigos que se relacionam ao modo como os conceitos de vontade de saber, de palavras de ordem e de dispositivo disciplinar operam nas práticas midiáticas a partir da reincidência de termos e de campos de saber na imprensa. Com isso, determinadas práticas (narrativas, discursivas, políticas e sociais) de visibilidade são engendradas, bem como os mecanismos de controle e de vigilância que as acompanham. As narrativas midiáticas são, portanto, desde sempre constrangidas por tais mecanismos de poder que, ao mesmo tempo em que as articulam, são também atravessados por elas.

Já em “Narrativas da Liberdade de Expressão”, a autora expande a aplicação desses conceitos, problematizando temas basilares da constituição do campo jornalístico, a partir de uma reflexão sobre as articulações discursivas do direito à informação e comunicação em suas diversas configurações ao longo da história. A autora mostra que a aparente simplicidade (e a falsa consensualidade acerca) do conceito de liberdade de expressão não é senão resultado também de engendramentos de relações e embates de poder escondidos por detrás de uma falsa transparência das palavras. Para isso, ela recorre às diferentes articulações discursivas do conceito de opinião e faz uma reflexão sobre os valores articulados em torno do próprio termo liberdade em suas injunções discursivas. Trata-se de um livro que problematiza a construção da realidade social e suas mediações feitas pela imprensa, a partir de um conjunto vasto de teorias que versam sobre como o discurso, as palavras de ordem e os acordos provisórios de crenças e saberes compõem os tanto textos jornalísticos quanto o seu próprio campo social de atuação.

Em um aspecto mais geral, portanto, a obra da professora Mayra tem como tema central as diversas grafomanias que compõem o mundo. Isso porque ela teoriza sobre os imperativos de poder dos discursos que formam as urdiduras de enredo da verdade, em suas mais diversas configurações narrativas. Afinal, é através dessas grafomanias que nós conhecemos a realidade social e somos afetados

e atravessados por elas. Mais do que os políticos, arquitetos ou banqueiros, são, sob esse ponto de vista, os grafomaníacos que constroem o mundo. Não estariam, afinal, todas essas práticas sustentadas por grafomanias outras que atravessam seus atos de poder?

O que não é senão uma outra forma de dizer que o poder (o verdadeiro poder) não é aquele que está nas práticas materiais, mas sim, nos discursos que as sustentam. De volta às minhas próprias memórias, o impacto de ter tido aulas com a professora Mayra desde a minha entrada na universidade e, depois, com a oportunidade de trabalhar em pesquisas sob sua orientação desde a iniciação científica até o doutorado, foi gigantesco. As reflexões da professora Mayra são importantes, para mim, porque me trouxeram novos olhares – menos inocentes, mais engajados reflexivamente – para as práticas cotidianas e profissionais. Nos lugares onde antes eu só via reportagens sobre assuntos banais do cotidiano, práticas profissionais viciadas ou propagandas tão recorrentemente presentes na vida vivida que pouco eram percebidas – eu passei a enxergar engendramentos complexos de poder, discursos e seus mecanismos de legitimação. Com a ousadia de utilizar uma metáfora recorrente em suas aulas, é como se eu estivesse observando pela primeira vez a Matrix do mundo, como se um novo universo se abrisse para mim. Foram conceitos que me engajaram na pesquisa como um projeto de vida, tamanha a curiosidade de um maior entendimento sobre o assunto que me despertou. São também conceitos que motivaram toda uma geração de jornalistas, formados pelas aulas da professora Mayra, que puderam observar, com maior discernimento, sua própria produção.

Além da complexidade da articulação teórica dos temas e de suas aplicações em campos pouco óbvios, eu também aprendi muito com a postura acadêmica da professora Mayra. Trata-se de uma pessoa que sempre levou muito a sério o pressuposto de que o saber é algo construído coletiva e colaborativamente, em um posicionamento de generosidade rara no mundo acadêmico. Sempre que pôde, a professora Mayra me abriu portas e me mostrou caminhos. O seu trabalho junto ao grupo de pesquisa, suas orientações meticulosas e sua vocação para o diálogo constante foram fatores fundamentais para a minha formação. Esse é também um outro aspecto (muito humano, relacional) que despertou em mim a grafomania que acompanha a pesquisa acadêmica. Essa é a potência desse livro que a professora Mayra agora apresenta, com um conjunto bastante vasto de suas reflexões. Isso dito, cabe ainda um último aviso: cuidado, caro leitor, ao ler esse livro, você pode pegar grafomania também!

Eliza Bacheга Casadei
julho 2018

APRESENTAÇÃO

DUAS PERSPECTIVAS AFIADAS PARA ENTENDER AS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS

A obra **Bordando o manto do mundo: prática jornalística**, de Mayra Rodrigues Gomes, retoma dois pilares da atividade periodística presentes desde seu início mais remoto e romântico, dos textos mais opinativos e autorais a textos estruturados a partir de *leads* estritos, do texto escrito ao audiovisual. Uma delas é faceta valorizada, desejada e ideal e outra segue sendo obscurecida e, de certo modo negada, na tentativa de neutralidade e no apagamento das marcas da linguagem e da autoria. Trata-se, de um lado, de uma certa função social do jornalismo e, de outro, seu efeito disciplinar; o primeiro, um ideal e o segundo, um resultado.

A presente obra está dividida, assim, em duas partes, realizando uma abordagem, que representa também dois percursos teóricos sobre a prática da narrativa jornalística, quem sabe também estruturando dois objetos de pesquisa diferentes sob o mesmo nome, o jornalismo, numa variação por recorte em cima da mesma prática: temos, de um lado, os caminhos da construção de uma palavra de ordem de inspiração foucaultiana e, de outro, a defesa de liberdades e dos direitos humanos, discurso presente e constante nas recuperações críticas sobre o jornalismo e nos relatos feitos em nome da mesma prática. Eis os descaminhos da **Constância das narrativas jornalísticas**, em sua constância encaminhada e encadeada e narrativa perdida e desencantada. O texto introdutório a este volume assenta a base geral em que a prática jornalística é entendida aqui, aquela das narrativas e das representações articuladas por ela. Ou seja, há um entendimento de que o dito jornalístico não reproduz a realidade, mas a reporta em suas narrativas, recuperando, trabalhando, reforçando e repondo o material resistente das representações imersas na linguagem na busca de organizar o todo da vida e do mundo.

Assim, em sua primeira parte, **Narrativas do discorrer e disciplinar**, o que se revela insistente são os mecanismos de construção da narrativa jornalística na tentativa não só de informar, mas de instruir seus leitores. Os capítulos estão numa gradação indo do entendimento mais amplo sobre a constituição da ordem discursiva como ordem disciplinadora, à forma específica de construção de palavras de ordem na vida social, à assunção de que o jornalismo, como prática narrativa, executa e se esmera nessa função. Há na construção informativa do texto jornalístico muito além do que o dado a ser passado, há uma comunicação de modos de ser, de ver e de fazer. Estes são tratados nos termos foucaultianos do discorrer e disciplinar (**Capítulo 1 - Discorrer, disciplinar**) e a partir da ideia de um percurso discursivo em que regras se erigem no momento de sua expressão, sendo esse também o momento

de sua legitimidade. Trata-se, num segundo nível, da palavra de ordem recorrente e que – não por coincidência – dá significação para organizações discursivas complexas (**Capítulo 2** - Palavra de ordem/dispositivo disciplinar). Um olhar sobre os dispositivos disciplinares, da vigilância e do quadriculamento do espaço confirmam de que é disso que trata a atividade jornalística (**Capítulo 3** - Confirmação e vigilância no jornalismo: quadriculamento do espaço). Esses conceitos densos colocados assim em sequência delineiam uma faceta da prática jornalística que é marcante. Para além do julgamento negativo desse pesar, é importante assumir que há um controle dos discursos e trabalhar maneiras dentro dessa mesma prática para expô-la e compartilhá-la de modo a enfraquecer seu viés doutrinário e produzir um jornalismo que se salva e se recupera por sua abertura.

Esse exercício é importante porque ele aparece mesmo nos textos que tematizam, por exemplo, a liberdade (**Parte II: Narrativas da liberdade de expressão**). Não é, então, uma questão do assunto tratado no texto jornalístico, mas de uma característica da prática que arrebatou conteúdos. A segunda parte da obra é dedicada às narrativas da liberdade de expressão, reavivando a possibilidade de uma função social do jornalismo que não está, então, na produção incessante de palavras de ordem, mas nas brechas e aberturas para que essa palavra seja ao máximo um dado coletivo e com responsável ética e moralmente. Como não podemos considerar que a liberdade de expressão seja um estado permanente da prática discursiva, pois como aprendemos com a presente obra não é disso que se trata, a liberdade na ação linguareira deve ser buscada em termos de exercícios, tipos de práticas que de acordo com circunstâncias históricas e sociais são consideradas libertárias.

De certa forma, a liberdade de expressão pode ser entendida, então, pelo negativo, como algo que não é, mas está presente. Ela procura que as brechas apresentadas em favor dos temas tratados e associados aos direitos humanos apareçam também em termos sistêmicos na construção das narrativas jornalísticas. Há uma busca, por exemplo, então, pelo papel das inserções opinativas no jornal, atualizando a perspectiva aristotélica sobre o tema (**Capítulo 4** - Um outro olhar sobre opinião: seu valor na antiguidade, seu valor em tempos de direitos humanos). É recuperada uma inspiração libertária nos termos mais amplos do campo comunicacional, revisando os limiares entre educação e liberdade, formação e formatação (**Capítulo 5** - Ainda sobre comunicação: entre adestramento e liberdade). E o modelo de abordagem jornalística do tipo perfil é resgatado como entrada humanizada para a prática, com um estudo sobre o específico da construção de perfis no jornalismo televisivo a partir da observação sobre a variedade temática e a diversidade de fontes (**Capítulo 6** - Perfis: modos de inserção de jornais televisivos).

Espera-se que a contraposição entre os dois caminhos complementares da disciplinaridade e da necessidade libertária, ambos consensuados em discursos

coletivos, possam matizar a produção da narrativa jornalística e inspirar a busca por modelos mais sutis, relevantes e contemporâneos para esse exercício. Para além de um contraste entre a dureza do controle de um lado e a abertura libertária de outro, estamos diante de elementos com os quais a narrativa jornalística se fia. A revelação é de que ela será sempre disciplinar na sua tentativa de organizar o mundo, mas depende vitalmente da abertura que encontra a liberdade de um outro ideal, um leitor ideal sobre o qual ela se posiciona. Nossa melhor chance é apostar nos trabalhos e retrabalhos possíveis para que essa abertura se faça de maneira efetiva. Se os contornos dessa abertura no texto jornalístico são instáveis pela própria natureza da dinâmica narrativa, é possível que ela vá mudando com os tempos para incluir não um outro específico e privilegiado hierarquicamente, mas todos os outros no coletivo.

INTRODUÇÃO

CONSTÂNCIA DAS NARRATIVAS¹

Sobre uma natureza: representações, linguagens e narrativas

Retornamos a assunto muito explorado no âmbito dos estudos de linguagem em geral. Trata-se das representações. Contudo, essa retomada tem o objetivo específico de construir um trajeto das representações como tendo continuidade e realização complexa nas narrativas, que alimentam nossas vidas, nosso cotidiano imerso nas linguagens e em seus meios de manifestação. Entendemos por representação algumas significações há muito tempo formalizadas na língua portuguesa. Automaticamente, começamos por considerá-la como um modo de emergência de pessoas e de coisas sob a perspectiva da simbolização, para que sejam transportadas a outra dimensão, especificamente à dimensão da linguagem: nossas conversas, nossos entendimentos, nossas histórias e escritas, enfim, nossas produções languageiras.

Nossa espécie começa a conhecer o mundo, naturalmente, a partir da experiência sensível. Mas esta é, quando retida e examinada, imediatamente enquadrada em pequenos blocos com os quais podemos organizá-la e recuperá-la a qualquer momento. A estes pequenos blocos, ou inscrições de uma apreensão, damos o nome de representação. Às coisas materiais ou imateriais, que captamos ou fabulamos, só acedemos com a condição de representá-las, ou seja, com a condição de transformá-las em outras coisas, em um bloco significante, ou signo: uma palavra, uma imagem, um desenho, uma ranhura...

Essas assertivas introdutórias conduzem-nos a algumas ponderações a respeito das representações. Em primeiro lugar, elas são diferentes do representado, embora sejam a única instância em que ele pode ser por nós explorado ou instrumentado, tendo passado do nível da percepção para o nível da apreensão. As representações diferem de seu objeto em virtude de inúmeras condições. Basta-nos, neste momento, tomarmos a diferença pela simples diferença de natureza, ou seja, convertidas para efeitos de apreensão, as coisas são deslocadas para outro cenário, para a existência na dimensão simbólica que marca a ruptura radical entre representado e representante.

Ora, ao falarmos sobre a apreensão como condição de trânsito das coisas para a dimensão simbólica, ou seja, para o nível da comunicação, da reflexão, da comparação, do entendimento aprofundado, do conhecimento adensado, estamos, concomitantemente, falando dos blocos organizacionais. Com eles, enquadramos as coisas de forma que se tornem inteligíveis, o que equivale a considerá-los como

¹ Texto originalmente publicado na Revista *Leituras do Jornalismo*, v. 2, n. 4, p. 32-47. ISSN: 2357-8289. Bauru, jul./dez. 2015.

ponto de partida de cognição, desde que a associemos ao exercício de raciocínios, de concatenações lógicas, de transposição e correlação de dados.

Naturalmente nos perguntamos sobre a formação das unidades/blocos de representação. Examinando apenas duas de suas funções, podemos vislumbrar uma natureza que remete às origens. Além de trazerem à presença mental o que, de outra forma, estaria de fora da mente, ou até desprovido de existência, esses blocos têm a função de tornar familiar o que se nos apresenta, traduzindo as coisas de modo a torná-las compreensíveis e assimiláveis. Existe aí um processo de domesticação que opera por aquilo que, afinal, é característica de nossa espécie: o potencial para ordenação e classificação com que operamos. Compomos uma matriz a partir da qual cada conversão, ou tradução de uma dimensão a outra, pode ser feita, da matéria à memória. Tal matriz segue uma competência: a de lançar um olhar sobre o mundo que o reparte, discrimina, desdobrando e encaixando suas materialidades: espécie, gênero, família, ordem, classe, filo, reino etc. Enquadramos numa malha, rede de pontos e nós que seguram as significações, ou as apreensões realizadas, assentando-as num mapa de leitura.

Claro, então, que os blocos matriciais são equacionados pelos modos de ser e ver o mundo que nos antecedem, pelo conjunto de normas que uma comunidade legitima por meio da adoção. Muito já se disse sobre o fato de que um bebê aprende coisas de uma cultura pelo próprio modo como suas fraldas são dobradas ou pelo modo como é embalado e nutrido. Mas, muito já se disse, também, sobre o fato de que ele encontra, bem cedo, sua definição, seu grupo, sua tribo ou sua representação social, queira ou não, nas cores que já no berço marcam a diferença sexual.

Nesse caso, estamos imersos nos significados que transitam pela cultura de uma comunidade, para os quais cada bloco representacional, ou significante, opera como elemento catalisador. Tentaremos exemplificar esse processo a partir de palavra que represente algo de ordem material, como a palavra “pedra”. A função organizadora do bloco se revela, em primeiro lugar, por sua propriedade de generalização: qualquer tipo de pedra encontra aí seu lugar. Por outro lado, o quadrículo, unidade ou bloco se presta como base para um desdobramento em tipos, um extensivo e nunca findo programa de catalogação de todas as pedras possíveis, as que ora existem e as que porventura venham a existir (melhor dizer, venham a ser trazidas ao nosso conhecimento). Em contrapartida, o quadrículo só pode ficar devidamente definido se, concomitantemente, tudo que não lhe diz respeito for explicitado, a saber, tudo que não é pedra. A estes “diferentes”, corresponde correlato desdobramento infinito.

Ora, um bloco dessa natureza estará carregando, necessariamente, os elementos que em determinada cultura foram identificados como pedra, incluindo utilidade e função social. É certo que nem todas as culturas valorizaram o diamante

como fazemos há alguns séculos, hoje em dia até em escala industrial. É certo também que nem todas e nem sempre pensaram nas pedras como potência de energia, instrumento de cura a males físicos e psíquicos. A noção dos sentidos de um bloco, que variam em diferentes contextos, remete aos traços, modos de ser e compreender que lhe compõem e que se modelam conforme os hábitos de uma comunidade, ou seja, segundo a cultura que a conforma e anima.

Na realidade, acabamos de atravessar as propriedades do signo, estrutura mínima das representações. Segue-se a complexidade da combinatória entre signos que leva às linguagens e a cada língua existente. Assim, é oportuno anunciarmos que entendemos natureza das linguagens, enquanto potência e competência, como atribuição inata, com regras fixas para a produção e estruturação de frases, as mesmas que determinam a produção e estruturação de uma simples representação².

Tal competência e suas características já se encontravam no simples surgimento/geração de um bloco organizacional que, de qualquer modo, segue regras de formação compatíveis com as de estruturação/articulação das linguagens, como a dos processos de diferenciação, da relação entre opostos, da articulação em níveis e da sequencialidade lógica e espaço/temporal. Ora, é justamente ao observarmos sequencialidades que notamos, imbricada no bloco que a subsume, por exemplo, o das pedras, uma história na qual elas são apresentadas em posição de sujeito e exercem um papel e uma ação no mundo, tanto quanto qualquer indivíduo o faria.

Há um parentesco genético entre sintaxe e tudo o mais que é das linguagens, porque tal parentesco é, na realidade, o elemento que nos permite qualquer operação simbólica. É certo que não temos consciência de tudo o que fazemos com as palavras, dos mundos com elas criados e de nosso entendimento de mundo a partir delas, pois, como patrimônio genético que assinala o advento do humano do ponto de vista do exercício de razão, as linguagens têm a função e valor de instinto.

2 “Não é surpreendente que a Linguagem tenha exercido tanto fascínio no correr dos anos. A faculdade humana de linguagem parece ser uma verdadeira ‘propriedade da espécie’, variando pouco entre as pessoas e sem um correlato significativo em qualquer outra parte. Provavelmente, os correlatos mais próximos se encontram em insetos, a uma distância evolucionária de um bilhão de anos. O sistema de comunicação das abelhas, por exemplo, partilha com a linguagem humana a propriedade de ‘referência deslocada’, nossa habilidade de falar sobre algo que esteja distante de nós no espaço e no tempo; as abelhas usam uma intrincada ‘dança’ para comunicar a direção, distância e desiderabilidade de uma fonte distinta de mel. Não se conhece nada semelhante em qualquer outra parte da natureza. Mesmo nesse caso, a analogia é muito fraca. A aprendizagem vocal evoluiu nos pássaros, mas em três grupos não-relacionados, e independentemente, presume-se; aqui as analogias com a linguagem humana são ainda mais superficiais. A linguagem humana parece estar biologicamente isolada em suas propriedades essenciais e ser um desenvolvimento na verdade recente sob uma perspectiva evolucionista. Não há hoje nenhuma razão séria para se desafiar a visão cartesiana de que a habilidade de usar signos linguísticos para expressar pensamentos formados livremente marque “a verdadeira distinção entre o homem e o animal” ou a máquina, quer se entendam por “máquina” os autômatos que ocuparam a imaginação dos séculos XVII e XVIII ou os que hoje estão fornecendo um estímulo ao pensamento e à imaginação. (...) A linguagem humana se baseia numa propriedade elementar que também parece ser uma propriedade biologicamente isolada: a propriedade da infinidade discreta, manifestada na sua forma mais pura pelos números naturais 1, 2, 3, ... As crianças não aprendem essa propriedade do sistema numeral. A menos que a mente já possua os princípios básicos, nenhuma quantidade de evidência poderia fornecê-los; e eles estão completamente além dos limites intelectuais de outros organismos” (CHOMSKY, 1998, p. 17/18).

Ora, duas derivações das propriedades da linguagem, sempre considerando sua combinação com os formatos de uma cultura, têm sido examinadas com afinco em virtude da espontaneidade com que as exercemos. Trata-se de nossa propensão a contar histórias, melhor ainda, converter em narrativa todos os dados, acontecimentos e experiências, e de nossa propensão à cristalização de expectativas, sobretudo respaldados pelo quadro constituído por cada bloco/palavra representacional.

Jerome Bruner, entre outros, assinala nossa tendência a contar um conto, indicando que o convívio com a narrativa e seu exercício começa em tenra idade e que sabemos automaticamente como construí-la. Assim fazendo, ele afirma que, por isso mesmo, precisamos refletir sobre a narrativa, no mínimo para sairmos do nível intuitivo, de tudo que está implícito na arte de contar histórias. “Somos tão adeptos da narrativa que ela nos parece ser quase tão natural quanto a própria linguagem” (BRUNER, 2014, 13). Ora, o trajeto conceitual anterior se presta a mostrar que as narrativas nos acometem juntamente com a competência linguística, que elas são extensão das mesmas articulações de competência, que conservam as mesmas propriedades básicas e, sobretudo, constituem um processo, em escala maximizada, de apreensão do mundo. Elas são, de fato, tão naturais quanto a própria linguagem.

Nesse caso, resta-nos uma última e simples aproximação quanto à nossa propensão às narrativas. Uma sintaxe já nos dá a matriz e essência das narrativas: um sujeito (pessoa, coisa, ideia etc.) é ator ou receptor de uma ação ou estado que se reparte sobre os objetos e atributos elencados em uma frase, dentro de uma sequência temporal. Dizemos isto porque consideramos, a partir de Charaudeau e Maingueneau, que:

Um certo número de critérios incitam a reconhecer um ‘ar familiar’ comum a formas narrativas semiolinguisticamente tão diversas quanto contos, filmes, histórias em quadrinho, romances, histórias engraçadas, narrativas de sonhos, fábulas ou parábolas. Reconhecendo que a narrativa é gradual (Adam, 1997), digamos que, para que haja narrativa, inicialmente é preciso a representação de uma *sucessão temporal de ações*; em seguida, que uma *transformação* mais ou menos importante de *certas propriedades iniciais* dos actantes seja bem sucedida ou fracassada, enfim, é preciso que uma *elaboração da intriga* estructure e dê sentido a essa sucessão de ações e eventos no tempo. A realização dessa última condição permite não confundir uma narrativa propriamente dita de uma simples descrição ou ralação de ações ou o retrato de uma personagens por seus atos (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, 342. Grifos do autor).

Tais critérios nos ajudam a identificar a receita sintática inerente às narrativas e, também, a reconhecer, na produção midiática, em seus diversos suportes, gêneros e tamanhos, aqueles que comportarão uma narrativa nos moldes acima descritos. Por outro lado, devemos reter como pano de fundo, até mesmo por coerência com nossa condução da narrativa ao registro dos instintos, a inclinação à narrativa com a qual até uma simples lista de supermercado, no mínimo por implicação, conta muitas histórias.

Narrativas, representações, jornalismo

Por princípio, numa narrativa, temos uma articulação básica, cuja terminologia varia conforme os diversos pensadores que a ela se dedicam como objeto de estudo, embora permaneçam em acordo quanto à sua compreensão geral. Trata-se de um roteiro que parte da apresentação de uma situação inicial, segue com a ruptura de tal situação em direção a um desfecho, ou resolução, que deve dar uma resposta à recuperação de condições ou à superação das vicissitudes advindas da ruptura. No desenho desses eixos, temos o cerne da narrativa, ou seja, o desenvolvimento ou trajeto temporal, história ou enredo, desenrolar do percurso com o qual se chega ao desfecho. Além dessa articulação básica, devemos levar em conta que uma narrativa tem um narrador e um ouvinte, ambos como lugares que determinam sentidos, direcionam perspectivas e contornos do relato e do caso relatado. Mas, se focarmos a articulação de passagem de equilíbrio a desequilíbrio, com sua subsequente superação, é bem adequada a definição proposta por Bruner:

A narrativa é uma recontagem de planos humanos que não saíram como previstos, de expectativas que foram frustradas. É um jeito de domesticar o erro e a surpresa do ser humano. Ela convencionaliza as formas mais comuns de incidentes humanos em certos gêneros: a comédia, a tragédia, o romance, a ironia ou qualquer outro formato que possa aliviar o fardo do fortuito (BRUNER, 2014, p. 40).

Ainda focando a articulação equilíbrio/desequilíbrio, e considerando a definição de Bruner, uma narrativa nasce de expectativas, expectativas de desejável normalidade, de almejada equanimidade, de um desfecho que dê conta de realizá-las. Balizados por essas expectativas, transitamos por modelos narrativos que comportam os discursos de uma cultura, variando conforme cada uma, e apontam as questões que lhe são mais caras. Tais narrativas, em seus modelos e conteúdos, operam como uma espécie de mapa para agir, interpretar e conversar sobre as coisas. A elas nos prendemos, pois com elas podemos explicar as experiências diárias, dar uma organização e sentido para coisas do acaso. “O que quero dizer por enquanto é que a narrativa, incluindo a ficcional, dá forma para as coisas no mundo real e, muitas vezes, oferece credenciais de acesso à realidade” (BRUNER, 2014, 18). Por credenciais de acesso Bruner entende a capacidade narrativa de mostrar concepções alternativas em relação aos discursos socialmente consolidados, de poder falar, como se fosse irreal, de situações absolutamente reais, e vice versa.

Como mapas, que oferecem acesso a compreensões, facilitando familiarização e cognição, as narrativas convencionalizam expectativas (por isso falamos de modelos ligados a conteúdos) e traduzem nossas experiências pessoais para um panorama, ou roteiro mais amplo, tornando-se, assim, “moeda de troca coletiva”. Sob esse aspecto, podemos afirmar que as expectativas, nas narrativas, assumem perspectivas mais definidas, porque materializadas no cotidiano. E, talvez com

muito mais relevância, também podemos afirmar que é nas narrativas que a comunicação encontra seu lugar. Tomamos as palavras de Muniz Sodré, que cobrem, com perfeição, essa última afirmação:

Mas também se pode ver que a narrativa assimilada à ‘faculdade de intercambiar experiências’ – mesmo caracterizada como uma ‘forma de discurso’ – equivale na concepção de Benjamin à ideia genérica de comunicação. Com efeito, se entendermos ‘comunicar’ como a ação de pôr em comum, por recursos simbólicos de mediação e vinculação, o que existencialmente não deve permanecer isolado (portanto, como uma partilha discursiva das possibilidades de compreensão), então experiências compartilhadas e intrínsecas ao funcionamento dos grupos sociais refletem essencialmente o ato comunicativo.

Assim como a comunicação é contínua e aberta às interferências ou apropriações humanas, a narrativa, enquanto forma comunicativa originária, mantém-se disponível para as continuações de ordem prática e moral (SODRÉ, 2009, p. 180/181).

Recuperando o trajeto que aqui percorremos, das representações às linguagens, às narrativas e à comunicação, reiteramos que a cada etapa devemos conceder a emergência de uma propriedade inata, ligada a competências, organicamente constituídas. Nesse registro, poderíamos examinar a própria comunicação em termos de “propriedade elementar que também parece ser uma propriedade biologicamente isolada” (CHOMSKY, 1998, p. 18), trabalho para outro momento e lugar. No presente, interessa-nos prosseguir com a proposta inicial e continuar com a exploração dos conceitos e situações que estão à nossa espera. Mencionamos que, nas narrativas, há sempre, como pressuposto, a ideia de que, com o desenrolar da ação, um estado de equilíbrio deve ser alcançado, ou recuperado. Enquanto expectativa, essa inclinação mostra muito de nossa própria: a contenção dos fatos, o domínio sobre o acaso, a ordenação do mundo.

Contudo, as narrativas comportam, além dessa, dois tipos de expectativas: uma com relação ao tipo de texto em que ela se desenrola, outra com relação aos atributos das personagens que a compõem. Ambas nos levam a concepções altamente convencionadas porque, ao mesmo tempo, intimamente dependentes dos dados de determinada cultura. Quanto ao primeiro tipo, temos expectativas em relação a temas, vocabulário, formato, tamanho do texto etc. A título de exemplo, pensemos nos textos das comédias em oposição à produção jornalística informativa. Em relação ao jornalismo, excluindo seu espaço para editoriais, colunas, artigos e crônicas, regulares e assinadas, há uma série de ideais a serem, preferencialmente, realizados. Há expectativas quanto ao próprio jornalismo, à classe de trabalhadores, seu agir e seu produto, que comandam expectativas quanto ao tipo de atitude e composição textual a serem assumidas. Trata-se, entre outros quesitos, da linguagem menos adjetivada, da construção impessoal, da concisão, do respeito aos fatos e à validação das ocorrências, das referências a serem enunciadas com precisão etc. Na

comédia, nada disso se sustenta, a começar pelo vocabulário, na maioria das vezes bem mais coloquial, muitas vezes jogado com trocadilhos, por vezes entremeado de termos marotos, sobretudo em cenas picantes.

Ao mesmo tempo, há, conforme o “gênero” de texto, uma expectativa de temas que alinhavam todos os fatores acima elencados e, também, características dos personagens a serem apresentados. De novo, a título de exemplo, a comédia lida com alguns padrões de conduta, como a do malandro que tanta reviravolta provoca ou o da moça de livres costumes que propicia tantas cenas hilárias. Já no jornalismo, as personagens com que os textos lidam devem, de antemão, ocupar lugar na cena pública, serem indivíduos em posição de liderança, de visibilidade midiática, ou a esta visibilidade terem sido alçados em virtude de circunstâncias especiais (um acidente, um crime etc.), ainda que por um breve tempo. Sobretudo, contrapõe-se o factual ao caráter ficcional das comédias.

Ora, as expectativas em cima desses personagens relacionam-se tanto a seus atributos quanto às ações que lhes são associadas como naturais, precisamente o trabalho feito pelas representações sociais. Retornamos, pois, a assunto que pedia nosso exame desde que anunciamos, ao lado de nossa propensão à narrativa, a existência da nossa propensão à cristalização de expectativas. Claro que a cristalização de expectativas em torno de tipos de textos e temas torna-se autoevidente após a exposição feita nos últimos parágrafos. Por isso, tentamos agora esclarecer a natureza da que se refere a personagens ou pessoas.

Já exploramos a representação das coisas, mostrando os significados de ordem da cultura que estão embutidos em signos ou blocos significantes. As representações de pessoas, ou representações sociais, assim como a das coisas, tendem à formação de conjunto, agrupando os indivíduos em torno de determinadas características, fundando um modelo que os define.

Uma palavra e as definições de dicionário dessa palavra contêm um meio de classificar indivíduos e ao mesmo tempo teorias implícitas com respeito à sua constituição, ou com respeito às razões de se comportarem de uma maneira ou de outra – uma como que imagem física de cada pessoa, que corresponde a tais teorias (MOSCOVICI, 2003, p. 39).

Geralmente, todas as particularidades são descartadas, para que o bloco representativo esteja concentrado e coeso em torno de um núcleo comum. E é uma competência das representações o forçamento reducionista que impele os indivíduos referenciados a entrarem e se acomodarem aos termos do bloco que os subsume. Os exemplos, anteriormente explorados, da palavra “pedra” e dos recém-nascidos se prestam à presente explicação. Esse processo se alinha a propriedades/operações de linguagem: correspondem a uma solução de simplificação, equilíbrio de condições cognitivas, enfim, de domínio sobre o que se fala para, na realidade, poder falar sobre um tema.

Avizinha-se à noção de estereótipo, considerado como conjunto de imagens, sentidos, opiniões, centro de cristalização das expectativas. É preciso assinalar, então, que uma narrativa, nossa contínua fabulação ou apresentação do mundo, só é viável mediante o trabalho com tais cristalizações, com expectativas identificáveis, porque já moldadas, ainda que elas dependam de oscilações culturais.

Porém, neste momento de nosso percurso das representações às narrativas, ficamos muito próximos justamente do mais clássico, e talvez inaugural, dos estudos de narrativa em tempos modernos. A leitura da obra de Vladimir Propp, sob a perspectiva das representações, nos leva a constatar, até pela própria definição do autor, que cada uma das trinta e uma funções da estrutura do conto maravilhoso, correspondentes a blocos de ações, liga-se a tipos de personagens como parte de seu perfil, personagens que, afinal, são construídos a partir das próprias ações.

As marchas e contramarchas entre enfrentamento de provas, mediação, aceitação do desafio primordial, ser ludibriado, recuperar-se, engajar-se em batalhas, todas as ações desenvolvidas nesse registro têm uma única aplicação: a constituição do caráter do herói. No caso dos conhecidos trabalhos de Joseph Campbell e Christopher Vogler, em que o universo mítico é tomado como referência e a estrutura narrativa, diferentemente da do trabalho de Propp, é vista sob o ponto de vista de etapas de um percurso, temos a mesma equação. Também nesses trabalhos as etapas correspondem a blocos significantes, onde atributos estão calcados e representações consolidadas. De todas as etapas, nenhuma é tão apropriada para exemplificar essa coalizão e cristalização de significados quanto a do “Encontro com deusa”, como posta por Vogler. É de todas as ideias acima elencadas, e de tantas outras sem espaço aqui, que se alimenta o exercício aqui proposto.

Exercício sobre algumas narrativas enxutas

Há razões para nossa proposta de exercício em torno do jornalismo. Entre elas, encontra-se a justificativa no fato de que ele apresenta muitas formas em que as narrativas podem tecer-se, no fato de que sua constante produção o qualifica, afinal, como máquina de geração narrativa. Contudo, pensando que uma narrativa se faz no embalo com os critérios visitados, das representações e seus sentidos consolidados, dos discursos que uma cultura entretém, não podemos esquecer que ela se monta com enunciados proferidos a partir de um fato. Por isso, outra razão merece ser lembrada, razão esta bem presente nas palavras de Sodré:

A concepção de Gerard Genette (a narrativa como o enunciado de um acontecimento) pode ajustar-se ao caso do jornal, porque comporta a ideia de um evento preexistente e destinado a ser representado pelo texto. A notícia seria propriamente um enunciado ou uma sequência de enunciados narrativos (SODRÉ, 2009, p. 175/176).

Conforme nossas colocações sobre a natureza da linguagem, sua derivação nas representações e nas narrativas, devemos considerar em toda comunicação algum nível narrativo. Ocorre que, como mencionam Charaudeau e Maingueneau, em trecho anteriormente citado, é preciso seguir alguns critérios para não confundirmos uma narrativa com uma simples descrição ou arrolamento de fatos. Ora, quando severamente seguidos, tais critérios seriam altamente excludentes para boa parte de nossa produção, no caso do jornalismo, talvez da maior parte, de suas matérias que, constantemente, descrevem situações e ocorrências. Do ponto de vista noticioso, só reportagens escapariam dessa condição, pois transitam por extensa temporalidade que lhes permite, e até estimula, a estruturação de histórias.

Mas, nossa fidelidade à natureza da linguagem nos leva à suposição contrária, ou seja, à suposição de que, como ocorre em todas as esferas, o jornalismo é permeado por narrativas, ainda que pequenas. Na verdade, acreditamos que os critérios enunciados por Charaudeau e Maingueneau constituem justamente os instrumentos que nos autorizam a identificar narrativas em toda e qualquer matéria jornalística. Assim, para testar e justificar nossa posição, escolhemos o exercício com as breves notícias de capa, sintéticas e descritivas como são, por isso mesmo um lugar a ser explorado, averiguando se elas satisfazem os critérios mínimos de articulação narrativa. Para tanto, selecionamos matérias sobre fato recente, o ataque ao jornal *Charlie Hebdo*, que alcançou notoriedade, mobilização social (mundo afora) e gerou muitas, aí sim, reportagens com a presença de todos os contornos narrativos, incluindo a estrutura em ações, em personagens e em etapas da narrativa mítica.

Contudo, focamos pequenos escritos. Tomamos para nosso exercício as matérias publicadas, no dia seguinte ao ataque, por duas grandes empresas jornalísticas, no impresso e no *online*, grandes, sobretudo, pelo substancial público que as segue: *Folha de S. Paulo* e *Estadão* (Portal de Notícias do *Estado de S. Paulo*). Conservamos em nosso horizonte as condições até aqui apontadas como centrais às narrativas: a sucessão temporal de ações, a transformação de certas propriedades iniciais, a elaboração da intriga, o jogo de representações e suas cristalizações ao lado de outras notações identificadas às narrativas. A matéria da *Folha de S. Paulo*, intitulada “Atentado mata 12 em jornal de Paris: Hollande chama ato de terrorista” já em seu título começa, de acordo com a observação de muitos sobre a característica da narrativa jornalística, pela exposição do problema, ou do dolo, da irrupção da desordem a partir da qual se desenrola o enredo de uma história.

A atenção de que o título é objeto se alça justamente pela perturbação de um estado de coisas, perturbação que leva a toda sorte de peripécias. Embora o estado de equilíbrio, pessoal e social, ou as condições anteriores, não seja inicialmente explicado, ele está subentendido pelo impacto, até como notícia, causado pela ruptura com o andamento “normal” das coisas na vida. Ou seja, supomos um estado de equilíbrio que não deve, certamente, ir pelo caminho dos ataques e das

mortes. Essa suposição é tão forte que não precisa de introdução ou explicação: simplesmente está implícita.

A seguir, depois de declarar que foi um atentado sem precedentes na história da França e de anunciar a morte de um dos principais nomes do jornal, o cartunista Stéphane Charbonnier, a matéria relata a ação dos atiradores, ou dano (para lembrar e seguir a terminologia das funções de Propp), em seus detalhes. Descreve a entrada dos atiradores na redação do jornal *Charlie Hebdo*, seus nomes e alguns dados pessoais, pois a essa altura já tinham sido identificados. Só então introduz dados sobre o jornal e relembra, como convém às histórias, que ele já foi vítima de ações depredatórias no passado em virtude de suas charges de líderes religiosos mulçumanos. Faz questão de apontar, aparentemente a propósito de nada, a proximidade da localização do jornal em relação ao monumento a Bastilha.

Ora, se cada palavra é um pacote de significações, atravessada por várias representações sociais com direções de sentido consolidadas, o termo “Bastilha” vem a calhar, pois recupera uma história bem francesa de luta pela liberdade. Assim, está preparado o caminho para as razões de repúdio ao atentado, do ponto de vista nacional, marcado pelas palavras de Hollande, que atribuiu os ataques ao fato de que a França se define como um país da liberdade.

Nessa matéria, ainda não se sabe dos vínculos políticos dos atiradores. Embora tenham sido reconhecidos, não há nada, em termos de imagem física, que os identifique ideologicamente. Mas, “Allah u akbar!” (Deus é o maior), expressão proferida pelos atiradores, também vem com toda a carga representacional que atesta o sentido islâmico dos atos, convoca estereótipos e, conseqüentemente, evoca todos os conflitos com e dentre o mundo árabe dos últimos tempos.

O fato, o acontecimento, nessa altura, está devidamente enquadrado na malha dos blocos significativos, num mapa cognitivo. Não obstante, é na exposição do fato que já se introduz a estrutura da intriga. Claro que o retorno ao ponto de equilíbrio, enquanto restituição de condições anteriores, é impossível, uma vez que o ataque acarretou mortes. Porém, e ainda no registro da intriga, restam as ações de compensação do dolo causado, resta um modo com que a humanidade tem lidado com situações irreversíveis porque limites: vingança e punição.

O ministro do interior, Bernard Cazeneuve, informou que o governo elevou ao nível máximo o alerta de segurança após o atentado. O anúncio foi feito após uma reunião interministerial de crise comandada por Hollande. Segundo Cazeneuve, os três responsáveis pelo atentado ainda estão foragidos. ‘Todos os meios do Ministério do Interior (responsável pela polícia) e da Justiça estão mobilizados para prender os responsáveis por essas barbáries e puni-los com a severidade necessária’, afirmou o ministro (RIBEIRO, 2015, p. 1).

Com essas palavras, a compensação e prevenção de nova ruptura são oferecidas pelo ministro. É enquanto promessa, com a credibilidade de que se revestem instituições, órgãos responsáveis e seus representantes, que o caminho de

retorno ao equilíbrio é percorrido nessa matéria da *Folha*, para realizar-se no real da vida em casos vindouros, nas irradiações em fatos e contos desenvolvidos a seguir.

O *Estadão* também começa com título que anuncia ruptura: “Ato contra jornal satírico é mais letal na França em 50 anos”. Imediatamente segue com a linha fina: “Investigações da polícia levaram a dois irmãos na região de Paris, de 32 e 34 anos, e a outro homem, de 18 anos”. Ora, aqui, lado a lado com a ruptura anunciada, estão as ações de compensação, com medidas de punição e contenção. A matéria apresenta a declaração de testemunhas que disseram ter ouvido a expressão “vingar o Profeta Maomé”, caso em que todas as representações sociais, em seus sentidos mais implícitos, são evocadas, desnudando intenção e filiação. Descreve, então, o ataque, com informação sobre o horário da ocorrência, acrescentando o fato de que nove jornalistas foram mortos no episódio. Ora, essa informação leva a outras tantas implicações evocadas pela representação social da categoria.

Na sequência, a matéria descreve as investigações, o trajeto dos atiradores, o confronto com policiais e até relaciona os nomes das vítimas. Tanto na matéria anterior, quanto nesta última, são heróis o presidente Hollande (imediatamente beneficiado com índice maior de aceitação no país) e os investigadores que, tão rapidamente, chegaram aos terroristas. A matéria relembra que o jornal era visado por grupos extremistas em virtude de suas sátiras a Maomé. Contudo, faz-se questão de isentá-lo, afirmando que:

Apesar de satirizar Maomé e o islamismo, Charlie Hebdo não era um jornal islamofóbico e publicava sátiras também sobre judeus e cristãos. No DNA da publicação está a defesa radical da liberdade de expressão e do Estado secular dissociado da religião.

Além das investigações, ou perseguição dos criminosos que é pura peripécia, a matéria ressalta a tomada de atitude com relação à prevenção:

Sedes de jornais, emissora de rádio e TV estão sendo protegidas pela polícia, assim como grandes pontos turísticos, centros comerciais, escolas, prédios públicos e redes de transportes. Medidas excepcionais de segurança também foram colocadas em prática, com 500 homens da tropa de choque mobilizados para operações especiais de vigilância e outros 3 mil agentes de segurança deslocados para patrulhamento urbano (NETTO, 2015, p. 1).

Como na matéria anterior, temos aqui a promessa de recuperação de condições ideais. Há o grande feito, talvez comum a todas as narrativas que não sejam ficcionais, de jamais enunciarem com precisão as nuances de tais condições. Elas estão sempre supostas, pairando sobre nós, pairando numa cultura que, desta vez, leva Hollande a conclamar unidade nacional contra o terrorismo. No relato do ataque, mas, sobretudo, no da prevenção, em uma e outra matéria, estão presentes personagens e seus modelos representacionais, ligados a etapas da estrutura mítica

sob o manto do bem e do mal, do herói guerreiro e de quase um exército a serviço da restauração da ordem. Em todos eles, fervilham blocos de significações consolidadas, algumas vezes com traços de articulações arquetípicas, como os da musa-ideia de liberdade ou da musa-ideia de nação.

Como se vê, o exercício sobre essas primeiras e enxutas matérias mostra, nitidamente, como elas já se articulam em narrativas, como elas preenchem os requisitos básicos da ação no tempo, ação transformadora que é tensão entre condições subvertidas e condições a serem preenchidas. Para efeitos do tom de nossa investigação, nas matérias examinadas, primeiras de uma série com nítidas características de conto, constatamos as condições que fundam narrativas, ainda que uma resolução final só se coloque em termos de promessa. Nelas, já se encontra o germe dos temas relevantes, das representações a serem exploradas, das causas a serem seguidas, ou perseguidas, dos ideais a serem defendidos. O equilíbrio a ser recuperado é um fio solto a partir do qual muitos textos se irradiaram em narrativas do terror, da nação, da agressão, do islamismo, da xenofobia, dos princípios e dos direitos..., sem fim.

Referências

- ADAM, J.-M. "Une alternative au 'tout narratif': les gradients de narrativité". In: *Recherches en communication*, 7, Université Catholique de Louvain, 11-35, 1997.
- BRUNER, J. *Fabricando histórias: direito, literatura, vida*. São Paulo, Letra e Voz, 2014.
- CAMPBELL, J. *O herói de mil faces*. São Paulo, Pensamento, 1992.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo, Contexto, 2004.
- CHOMSKY, N. *Linguagem e mente*. Brasília, UNB, 1998.
- CHOMSKY, N. *Modular approaches to the study of the mind*. E.U., San Diego State University Press, 1984.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, Vozes, 2003.
- NETTO, A. "Ato contra jornal satírico e mais letal na França em 50 anos". In: *Estadão*, São Paulo, 7 de janeiro de 2015, Caderno 1, página 1. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,ato-contrajornal-satirico-e-mais-letal-na-franca-em-50-anos,1616777>. Acesso em: 14 fev. 2015.
- PROPP, V. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1984.
- RIBEIRO, G. R. G. "Atentado mata 12 em jornal de Parias: Hollande chama ato de terrorista". In: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 de janeiro de 2015, caderno 1, página 1. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/01/1571579-tiroteio-em-frente-a-sede-de-jornal-satirico-frances-mata-pelo-menos-um.shtml>.
- SODRÉ, M. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- VOGLER, C. *A jornada do escritor: estruturas míticas para escritores*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2006.

PARTE I

NARRATIVAS DO DISCORRER E DISCIPLINAR

CAPÍTULO 1

DISCORRER, DISCIPLINAR³

Questionamos, com frequência, a existência de tantas verdades e das respectivas virtudes que em torno delas são desenhadas. Como uma das possíveis respostas, concederemos que, se os costumes que constituem nossa vida social supõem a ação, essa não é, entretanto, simplesmente aquela que se realiza via intervenção na materialidade física. Ela é antes a ação pela qual os costumes se organizam, são cristalizados, repassados e, sobretudo, legitimados. Se tal operação só pode ser realizada a partir da ordem simbólica, toda a sua atualização só acontecerá na esfera dos instrumentos que essa ordem implica: a prática da fala organizando-se em discursos que, por sua vez, apresentam uma visada de mundo. É somente via discurso, na tradição oral ou escrita, que se assentam nossos costumes, de forma tal que esses discursos se erigem em fundamento e justificativa para as regras: enquanto as expressam também as legitimam.

Se tomarmos as definições correspondentes às palavras que remetem a esse processo, a saber, *discorrer* em seu sentido de *percorrer, atravessar; tratar, expor, analisar; discurso* originando-se no século XVI, a partir do latim *discurrere* (CUNHA, 1977, p. 269), logo percebemos que no grupo social um discurso é o equivalente ao que a ordem simbólica é para o humano. Em outras palavras, num grupo social ele é a determinação das características desse grupo, a exposição do modo de ver o mundo e, portanto, de vivenciá-lo, atravessando, ao mesmo tempo em que compõe, a paisagem a ser olhada.

O dado a ver

É preciso dizer dos discursos que eles representam uma forma de narrar o mundo e nessa forma está embutida os modos de sua experimentação. Por exemplo, há uma distância imensa entre uma concepção que nos mostra, como eixo de ação, o

³ Texto originalmente publicado na *Revista Cambiassu, Estudos em Comunicação*, ISSN 0102-3853, Intercom, ano X, n. 1, p. 4-20, São Luís, janeiro/junho de 2002.

heroísmo da defesa dos mais fracos e aquela que toma como eixo a ideia de sucesso. Ambas determinarão formas de atuação correlatas ao objetivo a ser perseguido, ao ideal colocado. Mais que isso, ambas colocarão os lugares da normalidade e da patologia, da ortodoxia e da heresia, dos funcionais e dos excluídos, do bem e do mal. E, ao fazê-lo, estarão automaticamente estabelecendo valores e os eleitos segundo esses valores; estarão determinando aqueles passíveis de ocupação dos lugares de poder ao mesmo tempo que hierarquizam mostrando quais desses lugares são reduto de privilégios. Trata-se de relações de poder sendo construídas e mantidas, pois o que caracteriza tal discursividade é justamente a determinação de tais relações.

Tomemos como exemplo os meta-relatos que marcaram as tomadas de mundo no ocidente. Naturalmente numa ordem de grandeza cronológica, pela extensão temporal de seu domínio, devemos levar em conta o discurso do cristianismo. Opera-se aí a colocação de diversos quadriculamentos a partir dos quais se enfoca o mundo. O primeiro deles diz respeito à anterioridade lógica de Deus que o determina como ponto central, concebe o homem à sua semelhança, figura predileta, e a Terra, espaço privilegiado, uma eleita lugar do homem. Os efeitos são desde logo patentes nas exclusões operadas em nome dessa organização discursiva, a saber, a oposição aos discursos que trazem para a frente de batalha pontos controversos. O dogma responde com energia rechaçando a heresia ou as propostas que apontam para outras direções: os séculos de recusa do heliocentrismo são testemunho mor, assim como Galileu Galilei testemunha na vida o preço de suas teorias.

O sujeito é esse servo de Deus que só se completa a seu serviço e só se dignifica pelas ações que a ele o direcionam. Vive, sobretudo, sob os ditames do dever, dever irrestrito para com Deus. Seus valores, suas virtudes, são fruto desse vínculo. A negação de tais fundamentos é objeto de Inquisição. O humanismo vem deslocar esse centramento voltando-o para o homem. Há, entretanto, por trás desse homem da renascença um outro suposto: o que o define é a capacidade da razão. Os deveres e valores serão distribuídos em função de um exercício, não mais das prédicas de uma doutrina, mas das prédicas de uma razão. Questões de método tornam-se centrais, uma vez compreendidas como a dinâmica segura desse exercício e um sujeito relativo a essas questões, e ao eixo que as coordena, é sustentado.

Mas esse sujeito comporta uma dobradura. De um lado ele é sujeito do conhecimento suposto possível, da observação e aplicação destas em proveito da humanidade. A tal sujeito vincula-se um projeto de esclarecimento que levaria a humanidade a sua excelência e a um equilíbrio de forças desejável. Por outro lado, as condições em que tal sujeito pode exercer esse dever para com a razão diz respeito à liberdade e, por causa da liberdade que lhe é necessária, ele se torna também sujeito prático, aquele que se bate como herói pelos direitos a condições em que essa prática pode desenvolver-se. A emancipação proposta pelo sujeito cognitivo,

o bem comum residindo no esclarecimento, nas formas em que o Iluminismo a costurou, implica a libertação em termos sociais: o despreendimento das restrições religiosas ou políticas. O ponto culminante desse duplo sujeito, porque destinado a um duplo empreendimento, se faz na realização de um quadro de direitos que vem formalizar-se em nosso século com a Declaração dos Direitos Humanos. Uma disputa se engendra entre os deveres que nos conduziram a uma exposição de direitos, para que esses mesmo deveres pudessem ser exercidos, e sua sobreposição por esses direitos; nessas condições, a abnegação de si em prol da comunidade não mais pode ser sustentada. O dever moral como máxima universal é o que restringia o centramento no individualismo, mas a dissolução dos deveres morais importa uma outra retomada deste. O que Lipovetsky nos aponta como antinomias contemporâneas diz respeito a esse ponto de exaustão em que da moral moderna que funcionou como uma “religião do dever laico” chega-se aos deveres que se transmutam em direitos. Esses direitos, embora ditos humanos e referentes a toda a espécie, também colocam direitos individuais, num jogo paradoxal de interesses.

É nisto que reside a excepcional novidade da nossa cultura ética: pela primeira vez, eis uma sociedade que, longe de exaltar os mandamentos superiores, os eufemiza e os desacredita, desvaloriza o ideal de abnegação estimulando sistematicamente os desejos imediatos, paixão do ego, a felicidade intimista e materialista. As nossas sociedades liquidaram todos os valores sacrificiais, quer sejam determinados pela outra vida ou por finalidades profanas (LIPOVETSKY, 1994, p. 16).

Quando o valor central é não agir contra a natureza ou dignidade da pessoa humana, criar-se-ão, inevitavelmente, parâmetros individualistas em conflito com o bem comum, no entanto pensado e reivindicado. O resultado são as antinomias de que falávamos. Um exemplo mais do que notório dessa condição configura-se nas discussões sobre a eutanásia. Debate-se pelo direito individual de escolha da própria morte, face à perspectiva de prolongado sofrimento em situações terminais. Por outro lado, entram aí os argumentos em nome da interdição ética de dispor da vida a ser respeitada e defendida. É de mesmo teor, quando desvinculada de proibições religiosas, a disputa sobre o direito ao aborto.

Nesse quadro as virtudes assumem um caráter específico. A centralização no direito de manifestar-se por seus interesses individuais não elimina o sentido de procura dos interesses comunitários. No entanto, tal procura não mais remete a uma doação de si, um investimento altruísta. O despreendimento está fora de questão e ações generosas são pontuais, intermitentes, se e quando não entram em conflito com o reinado do ego. A tolerância é carro chefe do politicamente correto, do respeito pelas diferenças que o culto ao individualismo tem que fazer supor. “Registremos, de novo, o paradoxo: é quando reina o culto do ego que levam a melhor os valores de tolerância, é quando desaparece a escola do dever que é consagrado o ideal do respeito pelas diferenças” (LIPOVETSKY, 1994, p. 172).

Entretanto, essa tolerância tem seus limites; esgota-se a partir do momento em que esteja envolvida a segurança pessoal e coletiva. Ainda têm poder de mobilização a violência, o atentado à vida e as falcatruas dos políticos (a receptividade às CPIs o demonstram) que denotam prejuízo à comunidade. Na soberania dos valores individualistas está o germe dos direitos de todos que a rigor nos levam aos deveres com filhos e crianças em geral. Quanto mais se solidificam os valores individualistas mais prosperam os deveres dos pais para com os filhos. Eis o paradoxo, o direito dos filhos transmutados em deveres dos pais. O que vínhamos apresentando diz respeito a quadros em que se delineiam tipos específicos de sujeito, suas ações em suas relações de poder.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Se Foucault pode desenvolver o parágrafo acima é justamente pela compreensão desse poder que os discursos têm, fundando hierarquias, lugares de poder, suas possíveis ocupações. Ele discurso é poder. Trava-se uma batalha contínua pela apropriação não só dos lugares a partir dos quais um discurso pode delinear-se como também dos meios de emissão. O humanismo representa essa batalha, em nome de um dever para com a razão, na tentativa de devolução aos homens, descomprometidos com uma transcendência, à vida como ela é. Nossa contemporaneidade batalha pelos direitos humanos, pela vida, pela dignidade, pelas diferenças, sem abandonar a ideia de fruição pessoal, executando com maestria um projeto de transferência da noção de bem para aquela de bem-estar, pagando o preço das antinomias vivenciadas. O conjunto desse processo perfaz o desenho de um quadro social, fornecendo-lhe o sentido de sua experimentação. Trata-se de uma apresentação do mundo nos modos em que deve ser vivido, portanto, é um *dar a ver* do mundo. O dado a ver implica em processos que se definem por uma educação dos sentidos, uma educação da razão, uma educação *em* valores.

A vontade de saber

Quando Foucault propõe que levemos em conta a hipótese repressiva na abordagem à história da sexualidade, não com o intuito de antagonizá-la, mas para percebermos sua operacionalidade na economia dos discursos, ele está trazendo à luz a vontade de saber que perpassa todos os discursos e determina a verdade de uma época.

O tratamento do falar sobre sexo como falar reprimido sustenta duas lógicas: a da produção de discurso e a da verdade a ser desvelada por meio desta produção. É fato que Foucault denuncia como explosão discursiva a grande exploração da temática do sexo ao longo dos séculos XVII e XVIII, justamente aqueles a que se recrimina pela repressão sobre o falar sobre sexo. Na pastoral católica e no sacramento da confissão existe o convite, firmado como obrigação de todos a partir do século XVII, ao auto exame que faz passar tudo o que diz respeito ao sexo pela tradução da palavra. O século XVIII insere nessa estratégia do falar o vetor utilidade, a regulação do sexo por meio de discursos esclarecedores: a natalidade, a mortandade, a fecundidade, a saúde etc. Medicina, psiquiatria, justiça penal desdobram esse sentido do falar sobre sexo como esclarecimento.

Para além dessa negação do discurso repressivo, existe em Foucault essa outra constatação, a de um falar sobre sexo que permeia todas as organizações sociais: a repressão faz falar tanto quanto o discurso aberto idealizado; o escondido fala, assim como as vigílias nos colégios internos falam, ou fala a norma de tomar banho com camisola nos colégios religiosos. Falam pelas regras, pelos limites de ação, sugerindo. O século XIX, a partir do qual o discurso sobre sexo assume o valor de dever, expande esse projeto de iluminação, via desvelamento no discurso, e se firma com o início de estratégias que permearão o século XX: examinar, apalpar e catalogar, interrogar e ministrar. O sacramento da penitência, firmado no Concílio de Latrão em 1215, coloca a confissão entre os rituais para a produção da verdade e permanece como matriz nesse projeto de esclarecimento. Ele atinge seu ápice na prática psicanalítica: somos o único século em que se paga para falar de sexo, ou confessar os detalhes de sua sexualidade. Além disso, a *exploração do detalhe infinitamente acumulado* promete um a mais de verdade e um a mais de gozo, sempre adiados.

A hipótese repressiva surge como facilitadora ao discurso que promete liberação, revelação da verdade e felicidade. Ela é conveniente porque, além de instaurar as bases do discurso idealista de emancipação, ela esconde a produção dos discursos como produção da verdade.

Daí, enfim, o fato de o ponto importante não ser determinar se essas produções discursivas e esses efeitos de poder levam a formular a verdade do sexo ou, ao contrário, mentiras destinadas a ocultá-lo, mas revelar a “vontade de saber” que lhe serve ao mesmo tempo de suporte e de instrumento (FOUCAULT, 1997, p. 17).

Isto porque determinar se essas produções discursivas podem ou não formular a verdade do sexo incide na mesma lógica que insuflou o falar sobre ele. Trata-se, sobretudo, de constatar a presença do discurso e seus efeitos na realidade vivida, e a realidade vivida basta como testemunha de sua própria criação. Em relação à explosão discursiva dos séculos XVIII e XIX, duas grandes modificações são apontadas: a primazia dada à monogamia heterossexual, com sua correspondência

no sexo regulado pelo casamento, e o afloramento das sexualidades periféricas ao eixo anterior, agora então sob o rótulo de perversidade. Ora, estas modificações que se sustentam e operam a partir de um discurso sobre a sexualidade importam relações de poder entre os lugares, e seus ocupantes, apontados por tais discursos. A vontade de saber, ou vontade de verdade de Foucault, como bio-poder ou microfísica do poder, manifestou-se, nestes últimos séculos, pela tomada do corpo humano como centro de atenções. Para esta operação, a sexualidade foi fundamental, garantindo o controle do corpo e sua inserção no aparelho de produção. Foi fundamental ao capitalismo, o que a torna, a rigor, vontade de poder.

Do prazer que se instala a partir de interdições, pois as restrições que o poder instala fixam o prazer por ele apontado, nasce uma nova forma de prazer que caracteriza nossa contemporaneidade: o *prazer específico do discurso verdadeiro sobre o prazer*. “Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreguiça, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por Ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo”. “Tais apelos, esquivas, incitações circulares não organizaram em torno dos sexos e dos corpos, fronteiras a não serem ultrapassadas, e sim, as perpétuas espirais de poder e prazer” (FOUCAULT, 1997, p. 45).

Ora, o que disso tudo ressalta é a disposição do discurso como instrumento disciplinar. A vontade de saber que permeia os discursos, e em particular o discurso científico do século XX, implica uma majoração dos mecanismos educativos. Isto porque, se “O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente” (FOUCAULT, 1997, p. 59), e a confiança é feita a alguém de direito, porque ocupante de uma posição de poder/saber, que saiba a ela responder, julgando, punindo ou perdoadando, é a educação, a disciplinariedade que está aí pressuposta.

Educar/Disciplinar

O controle do corpo e as disciplinas para tanto resultam da visão de mundo produzida pela vontade de verdade. No caso que vínhamos expondo quatro pontos estratégicos, quatro figuras emergem desses discursos: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso. Tomadas pelo século XVIII e XIX, vão funcionar como eixos a partir dos quais uma investigação se processa, assim como eixos a partir dos quais se regula, colocando a forma do patológico. Assim, as preocupações recaem sobre a mulher nervosa, imagem negativa da mãe por conta de um corpo saturado de sexualidade; sobre uma pedagogia do sexo da criança, suposta uma prática do sexo antinatural que redundava em problemas físicos e morais; o controle da fecundidade do casal, suposta aí a responsabilidade social implicadas nas condutas de procriação; a análise e psiquiatrização das anomalias, o prazer perverso sendo apontado como tal.

De fato, trata-se, antes, da própria produção da sexualidade. Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1997, p. 100).

Aponta-se o tabu ou interdição do incesto como centro de relações de sexo a sustentar um dispositivo de aliança. Tal dispositivo opera por meio de um sistema de regras que ditam o permitido e o proibido; pretendendo reproduzir relações e perpetuar leis trabalha com segmentos sociais definidos a partir dos quais se julga válida (ou não) a relação entre parceiros. Uma vez que é central à transmissão ou circulação de riquezas, está estreitamente vinculado à economia.

A ocorrência apontada por Foucault a partir do século XVIII diz respeito à transformação do dispositivo de aliança, pela sua irrelevância frente a novos processos econômicos e estruturas políticas, em dispositivo da sexualidade, também articulado em torno de parceiros sexuais, mas colocando outras relações que não as de parentesco. Caracteriza-se por operar com técnicas móveis e conjunturais, imbricando-se com a economia numa formação rizomática; e, uma vez que tem o corpo como eixo central, corpo que produz e consome, vai priorizar as sensações, a qualidade dos prazeres.

O que importa perceber nessas distinções é que, se o dispositivo de aliança trabalha com a ideia de sanguinidade/consanguinidade, de uma fixação dos modos sociais e da reprodução, o dispositivo da sexualidade, ao contrário, trabalha com a ideia de invenção, exploração dos detalhes do corpo, descobrimento em correspondência a um controle expandido das populações. “Não é difícil ver que, se há algo que se encontra do lado da lei, da morte, da transgressão, do simbólico e da soberania, é o sangue; a sexualidade, quanto a ela, encontra-se do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações” (FOUCAULT, 1997, p. 139). Ao explorarmos essas ideias nós pretendíamos mostrar um poder da palavra no nível de grandes discursos, daqueles que definem as relações de poder em seu tempo e lugar. Gostaríamos de lembrar um poder da palavra, não isolada desses discursos que a sustentam, mas um poder operacional que reside num simples termo.

Para exemplificação recorreremos o artigo em que Contardo Calligaris se debate contra a criação de classificações que permitem a tomada de atitudes disciplinares. As estratégias daí advindas nunca são pensadas como geradas pela própria classificação, mas deixam-se ser pensadas como um achado na procura da verdade sobre o homem e a possibilitar atitudes terapêuticas. Ao final do texto o

autor diz estar “esperando o cretino que vai nomear uma síndrome de raiva escolar (...)” (CALLIGARIS, 1999, p. 9).

Façamos esse teste: imaginemos as consequências se tal classificação fosse introduzida. Antes de mais nada, teríamos que definir o que é *síndrome de raiva escolar* e, ao fazê-lo, estaríamos imediatamente isolando as características daqueles passíveis de serem por ela rotulados, assim como daqueles que escapariam a essa categorização. Estes, por sua vez, caberiam no campo da normalidade enquanto, os primeiros, no da patologia e, portanto, da exclusão. Os campos assim distribuídos implicam respectivas estratégias de convivência a serem adotadas. Eles implicam estratégias de recuperação dos excluídos, possivelmente um mercado psicoterapêutico e quimioterapêutico e até mesmo um mercado de bens e lazeres atendendo a esse segmento (o *raivoso escolar* também é gente). Ora, consideraremos que esse equilíbrio possa ser mantido (entre o campo dos incluídos e o dos excluídos ou da normalidade e da patologia) desde que o ambiente não dê oportunidade a que a *síndrome de raiva escolar* se manifeste, caso em que, imediatamente, as relações entrariam em variação contrariando as demarcações feitas. Assim sendo, novamente haverá estudos de caso, vinculação a configurações sócio-políticas, apelo a ações comunitárias para que essa situação não chegue a se configurar. Sobretudo, haveria estratégias *politicamente corretas* face às situações pendentes para um lado ou para o outro.

Palavra de ordem/Dispositivo disciplinar

Embora haja distinções entre a noção de *palavra de ordem*, explorada por Deleuze, e aquela de *dispositivo disciplinar*, delineada por Foucault, uma vez que a primeira é dada como coextensiva à linguagem e a segunda é dada na dimensão de um discurso específico, há um grande parentesco entre ambas. Esse parentesco está ligado a alguns pontos, sendo o primeiro deles justamente aquele que concerne a coextensividade mencionada. Sua colocação diz respeito ao fato de que a própria linguagem é *dimensionante*. Antes que se possa ver nela a capacidade de formação de discursos existe uma disposição anterior relacionada ao fato de que o próprio aprendizado de uma língua implica em internalização de regras que irão constranger nossa apreensão do mundo. Em outras palavras, a própria linguagem funciona como coordenadas em um mapa, quadriculando o mundo com eixos de latitude e longitude. Assim acontece no aprendizado da dualidade pela qual se equaciona e que nos propõe: entre masculino e feminino, ou sujeito e objeto, um quadro de oposições faz o recorte da paisagem.

A unidade elementar da linguagem – o enunciado – é a palavra de ordem. (...) A ordem não se relaciona a significações prévias, nem com uma organização prévia de unidades distintivas, mas sim o inverso. A informação é apenas o mínimo estritamente necessário para a emissão, transmissão e observação das ordens consideradas como comandos (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 11).

Se a linguagem pode funcionar como uma mapa é porque ela contém *per se* essas coordenadas que, embora sejam significantes, antecedem qualquer significação. Ora, os *dispositivos disciplinares* em Foucault funcionam como significações dadas a partir de uma organização discursiva de base, da qual derivam e na qual se sustentam. Tais dispositivos (a família, a escola, o quartel, a penitenciária) aparecem então como uma progressão nessa propriedade da língua, funcionando para o preenchimento do quadriculado dado, compondo o mapa.

Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. As disciplinas estabelecem uma “infra-penalidade”; quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença (FOUCAULT, 1999, p. 148).

Interessa apontar que, como progressão, ambas as concepções pertencem a uma mesma lógica só executável em torno de propriedades intrínsecas de mapeamento: um discurso delineando os saberes e verdades de uma época não pode fazê-lo a menos que essa propriedade da ordem e do comando esteja lá inscrita no seu suporte. Como operação trata-se da mesma dependência. Em segundo lugar, se os discursos funcionam como blocos táticos, os dispositivos como materialização desses blocos, parece haver uma grande distância entre a palavra e esses dispositivos. No entanto, uma vez considerada a definição que nos é dada por Deleuze chegaremos a outros resultados:

Chamamos palavras de ordem não uma categoria particular de enunciados explícitos (por exemplo, no imperativo), mas a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma ‘obrigação social’. Não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente. Uma pergunta, uma promessa, são palavras de ordem. A linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem, pressupostos implícitos ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 16).

Uma vez que a noção de *palavra de ordem* esta atrelada a uma relação de poder, à realização como obrigação social, cessa toda disjunção entre ela e a noção de *dispositivos disciplinares*. Uma palavra recorta e opera sob o signo das disciplinas. Esse é bem o caso das reflexões sobre a palavra *homossexual* e seu nascimento no século XIX. Foucault nos diz que, anteriormente e esse evento, havia a referência a um hábito cujo exercício definia o *reincidente*. Entretanto, com o advento dessa palavra delineia-se uma *espécie*. É verdade que sem o discurso da verdade em torno da sexualidade, com a classificação das periféricas e das perversões, seria impossível

esse feito: sem um discurso, já disciplina, ela não opera. Mas, uma vez instalada, ela funciona exatamente como *dispositivo disciplinar*, nos mesmos termos em que o fazem as instituições como família, escola etc., a saber, educando para um enfoque específico.

Assim, o terceiro ponto de parentesco entre *palavra de ordem* e *dispositivo disciplinar* diz respeito à educação, porque todos esses processos se resumem ao procedimento de ensinar a ver e comportar-se no mundo. A visibilidade, vimos anteriormente, diz respeito ao que é dado a ver e a educação só pode operar sobre dados previamente dispostos.

Tínhamos explorado a ideia da produção da sexualidade num discurso que lhe sustenta. Agora vemos essa produção languageira com seu efeito disciplinar: a educação entra em jogo a partir do momento em que a sexualidade funciona como território da vontade de saber, que se manifesta pela produção discursiva de uma verdade. Ora, fará parte da sustentação desse discurso os projetos pelos quais ele, discurso, se firma: disciplina ou educação para uma visada específica.

É por isso que Foucault pode nos dizer que: “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1996, p. 44).

Um exemplo simples do que tentamos colocar se incarna na palavra *testosterona* que vem, nas últimas décadas (dizem-nos que o hormônio foi isolado em 1935), organizar os discursos sobre o masculino e a masculinidade. Antes definidos por uma função ativa, por uma externalização, o herói, suas batalhas e sua virilidade, hoje definidos por uma função interna, inscrita no próprio corpo. Agressividade, libido, capacidade de concentração, ação, criatividade: efeitos da testosterona em sua imanência. A biologização faz o transporte de atributos ancestrais para as profundezas do corpo que a ciência desvela, não sem efetuar um desvio: a concentração na libido como definição do masculino.

Quando o fator determinante é dado como inscrição genética e as aptidões estão *pré-dispostas*, testemunhamos um feito único: tanto positividade quanto negatividade encontram legitimidade num mesmo eixo. O homem, por natureza beneficiado, é também por natureza desresponsabilizado: o fator intrínseco o justifica. Se prestarmos atenção às palavras de Deleuze quando nos diz que toda informação é sempre palavra de ordem, nestes últimos tempos em que esse hormônio é objeto de especial atenção, a ponto de comparecer como reportagem de capa da revista *Time*, só podemos daí inferir uma disposição de reforçar os atributos e funções que a palavra testosterona vem organizar numa determinada direção.

Claro que importa olhar de perto o nome desse remédio polêmico, AndroGel, e a implicação, na associação estabelecida pelo próprio nome, da masculinidade definida pela potência sexual. Claro que tudo fica ainda mais explícito se compararmos essas colocações com aquelas relacionadas aos nomes dos hormônios

femininos, totalmente desvinculados de implicação de libido. O importante é que, de um modo ou de outro, nos é dado um firmamento pontilhado de estrelas, mantidas em suspenso por efeito das *palavras de ordem*. Essas nos disciplinam a olhar de um modo específico, modo do qual se alimenta a verdade do próprio objeto do olhar.

Referências

- CALLIGARIS, C. "Invenções para policiar a vida". In: *Folha Ilustrada, Folha de S. Paulo*, 9 de dezembro de 1999.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo, Editora 34, 1998.
- _____. *Lógica do sentido*. São Paulo, Perspectiva, 1998.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. V. 1 e 2. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 1996.
- _____. *A vontade de saber. História da sexualidade v. I*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1997.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.
- LIPOVETSKY, G. *O crepúsculo do dever. A ética indolor dos novos tempos democráticos*. Lisboa, Dom Quixote, 1994.

CAPÍTULO 2

PALAVRA DE ORDEM/DISPOSITIVO DISCIPLINAR⁴

O pensamento nem percebeu que aquilo que procurava estava no seu próprio procurar, e que se não o quisesse procurar ali, não o encontraria em toda a eternidade (KIERKEGAARD, 1991, p. 235).

De um parentesco conceitual

Se existe um incidente incontestável nas mídias é a reincidência com que certas palavras comparecem. Não podemos apontar essa reincidência como simples efeito da realidade vivida.

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 16/17).

O pensamento crítico, desenvolvido a partir das reflexões sobre lógica e linguagem, desnudou com grande esforço, em virtude das crenças estabelecidas que se lhe opunham, o equívoco intrínseco às teorias clássicas da representação, a saber, uma vez que lidamos com um fundo *não re-presentável*, e um tecido tramado pela ordem simbólica, somos obrigados a acatar a noção de realidade como *construção de mundos*. Se nos mantivermos minimamente fiéis a esse pensamento, devemos examinar a reincidência acima colocada num processo inverso daquele operado pelas teorias da representação, a saber, a palavra como circunscrição de campo, definição e ordenação numa abordagem específica, construção da realidade.

Embora haja distinções entre a noção de *palavra de ordem* explorada por Deleuze e aquela de *dispositivo disciplinar* delineada por Foucault, uma vez que a primeira é dada como coextensiva à linguagem e a segunda é dada na dimensão

⁴ Texto originalmente publicado em *Galáxia. Revista transdisciplinar de comunicação, semiótica e cultura*, ISSN 1519-311X, número 5, p. 91-108. São Paulo: Educ, Brasília: CNPq, 5 de abril de 2003.

de um discurso específico, há um grande parentesco entre ambas. Esse parentesco está ligado a alguns eixos, sendo o primeiro deles justamente aquele que concerne a coextensividade mencionada. Sua colocação diz respeito ao fato de que a própria linguagem é dimensionante. Antes que se possa ver nela a capacidade de formação de discursos, existe uma capacidade em anterioridade lógica que diz respeito ao fato de que o próprio aprendizado de uma língua implica em internalização de regras que irão constranger nossa apreensão do mundo. Em outras palavras, a própria linguagem funciona como coordenadas em um mapa, quadriculando o mundo com eixos de latitude e longitude. É assim no aprendizado dual que ela nos propõe: entre masculino e feminino, ou sujeito e objeto, um quadro de oposições fazendo o recorte da paisagem.

A unidade elementar da linguagem – o enunciado – é a palavra de ordem.” (...) “A ordem não se relaciona a significações prévias, nem com uma organização prévia de unidades distintas, mas sim o inverso. A informação é apenas o mínimo estritamente necessário para a emissão, transmissão e observação das ordens consideradas como comandos (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 11).

Se a linguagem pode funcionar como um mapa é porque ela implica, per se, essas coordenadas que, embora sejam significantes, antecedem qualquer significação. Ora, os *dispositivos disciplinares* em Foucault funcionam como significações dadas a partir de uma organização discursiva de base, da qual derivam, à qual sustentam e na qual se sustentam. Tais dispositivos (a família, a escola, o quartel, a penitenciária) aparecem então como uma progressão nessa propriedade da língua, funcionando para o preenchimento do quadriculado dado, compondo o mapa.

Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. As disciplinas estabelecem uma “infrapenalidade”; quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença (FOUCAULT, 1999, p. 148).

Interessa apontar que, como progressão, ambas as concepções pertencem a uma mesma lógica só executável em torno de propriedades intrínsecas de mapeamento: um discurso, delineando os saberes e verdades de uma época, não pode ser, a menos que essa propriedade da ordem e do comando esteja nele, por meio do que o compõe, previamente inscrita. Como operação, em dimensão macro ou micro, trata-se do mesmo eixo. Em segundo lugar, se os discursos funcionam como blocos táticos, e os dispositivos como materialização desses blocos, parece haver uma grande distância entre uma simples palavra e esses dispositivos. No entanto, uma vez considerada a definição que nos é dada por Deleuze chegaremos a outras conclusões:

Chamamos palavras de ordem não uma categoria particular de enunciados explícitos (por exemplo, no imperativo), mas a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma 'obrigação social'. Não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente. Uma pergunta, uma promessa, são palavras de ordem. A linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem, pressupostos implícitos ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 16).

Uma vez que a noção de *palavra de ordem* esteja atrelada a uma relação de poder, à realização como obrigação social, cessa toda disjunção entre ela e a noção de *dispositivos disciplinares*. Uma palavra recorta e opera sob o signo das disciplinas. Esse é bem o caso das reflexões sobre a palavra homossexual e seu nascimento no século XIX. Foucault nos diz que anteriormente a esse evento havia a referência a um hábito cujo exercício definia o *reincidente*. Entretanto, com o advento dessa palavra delinea-se uma *espécie* (FOUCAULT, 1997, p. 44).

É verdade que, sem o *discurso da verdade* em torno da sexualidade, com a classificação das sexualidades periféricas e das perversões, seu poder de circunscrição seria impossível: sem um discurso já disciplina ela não opera. Mas, uma vez instalada, ela funciona exatamente como dispositivo disciplinar, nos termos em que o fazem as instituições como família, escola etc., educando para um enfoque específico. Assim, o terceiro ponto de parentesco entre palavra de ordem e dispositivo disciplinar diz respeito à educação, porque todos esses processos se resumem ao procedimento de ensinar a ver e comportar-se no mundo. A visibilidade diz respeito ao que é *dado a ver* e a educação só pode operar sobre dados previamente dispostos.

Mencionamos a produção da sexualidade num discurso que lhe sustenta, agora tratamos essa produção *linguagreira* com seu efeito disciplinar: a educação entra em jogo a partir do momento em que a sexualidade funciona como eixo da *vontade de saber* que se manifesta pela produção discursiva da verdade. Ora, fará parte da sustentação desses discursos os projetos pelos quais ele, discurso, se firma: disciplina ou educação para uma visada específica. É por isso que Foucault pode nos dizer que "Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo" (FOUCAULT, 1996, p. 44).

As mídias e algumas palavras de ordem

Nesse caso, deveríamos prestar atenção à reincidência com que certas palavras frequentam as mídias pelo prisma de *dispositivo disciplinar*, da palavra dada como ordenação. Deveríamos examiná-las não como esterilidade da repetição, da realidade vivida como esgotamento. Deveríamos tomar o caminho inverso: as palavras como

circunscrição de campo, definição e ordenação numa abordagem específica que é construção da realidade e que, uma vez educativa, pede reiteração. Deveríamos pensá-las justamente em função dos “pressupostos implícitos ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 16). Que uma palavra não seja simples representação do real, ou mero instrumento para pensar, tanto linguística quanto semiótica encarregaram-se de demonstrá-lo, propondo-nos a noção de apresentação do real e de um pensar que se modela pelas palavras. Somos então confrontados com a operação de demarcação que as palavras operam, recorte a partir do qual um segmento se abre a construções imaginárias, a produções sociais, mecanismo de produção, sobretudo à possibilidade de disciplina e controle.

Foucault, como anteriormente mencionamos, nos oferece uma concepção bem clara do alcance das palavras, em seus efeitos de organização de um dado a ver, quando comenta o surgimento do homossexual como espécie. Ora, como espécie, há sujeição às mesmas vicissitudes suportadas por outras espécies: estereótipos, inclusões/exclusões, avaliação de seu papel ou função no conjunto do convívio social, normas de tratamento, projetos educativos, etc. Mais que isso: bens de consumo lhe serão destinados; uma fração da propaganda, do mercado, dos lazeres lhe será dedicada; uma atitude política lhe será cobrada e seus direitos específicos aí descortinados. Trocando em miúdos, uma palavra pode funcionar como *dispositivo disciplinar* e educar na configuração por ela oferecida e nas articulações derivadas desta configuração.

Um exemplo simples se incarna na palavra testosterona que vem, nas últimas décadas (dizem-nos que o hormônio foi isolado em 1935), organizar os discursos sobre o masculino e a masculinidade. Anteriormente definida por uma função ativa, por uma externalização: o herói, suas batalhas e sua virilidade, hoje definida por uma função interna, inscrita no próprio corpo. Agressividade, libido, capacidade de concentração, ação, criatividade: efeitos da testosterona em sua imanência. A biologização faz o transporte de atributos ancestrais para as profundezas do corpo que a ciência desvela, não sem efetuar um desvio: a concentração na libido como definição do masculino.

Quando o fator determinante é dado como inscrição genética e as aptidões estão pré-dispostas, testemunhamos um feito único: tanto positividade quanto negatividade encontram legitimidade num mesmo eixo. O homem, beneficiado por natureza, é também por natureza desresponsabilizado: o fator intrínseco o justifica. Se prestarmos atenção às palavras de Deleuze quando nos diz que toda informação é sempre *palavra de ordem*, nestes últimos tempos em que esse hormônio é objeto de especial atenção, a ponto de comparecer como reportagem de capa da revista *Time*, só podemos daí inferir uma disposição de reforçar os atributos e funções que a palavra testosterona vem organizar numa determinada direção.

Claro que importa olhar de perto o nome desse remédio polêmico, Androgel, e a implicação, na associação estabelecida pelo próprio nome, da masculinidade definida pela potência sexual. Claro que tudo fica ainda mais explícito se compararmos essas colocações com aquelas relacionadas aos nomes dos hormônios femininos, totalmente desvinculados da implicação de libido.

Surto, onda, epidemia, crise

Um outro exemplo para pensarmos *o efeito das palavras*, em vez das palavras como efeito, encontra-se naquelas mencionadas no subtítulo acima. Em “Uma ideologia perversa” Marilena Chaui (CHAUI, 1999) chama a atenção para o fato de que o tratamento dado pelas mídias aos relatos de violências faz uso frequente de palavras como *surto, onda, epidemia, crise*. Todas essas palavras nos dirigem a um entendimento das ocorrências como exceção ou desregulamento, em um Brasil basicamente ordeiro e não-violento, basicamente bom. Descarta-se com isso a necessidade de aprofundamento na visada do problema, a possível reflexão sobre as condições reais de produção da violência. Essa abordagem dos fatos promove estratégias pontuais de enfrentamento do mal, como fragmentado e esporádico, sem que em nenhum momento seja pensado como persistente ou crônico. Por outro lado, abandona-se a pretensão de nomear o bem que daria conta do equilíbrio de relações, o bem como base de alianças. Segundo a autora, entre outros dados, uma ideologia perversa diz respeito a esse processo de esvaziamento do lugar do Bem.

Para nós, tentando pensar as palavras de ordem, eis aí o trabalho do significativo, organizando os pressupostos aos atos de fala. Assim, podemos perceber essas presenças na mídia como exemplo do parentesco entre o que Deleuze nos propôs como *palavra de ordem* e os *dispositivos disciplinares* enunciados por Foucault.

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiram há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até a elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes (FOUCAULT, 1999, p. 18).

Embora assim expostas as disciplinas pertençam a um projeto mais amplo, como aquele realizado pela extensão da forma confessional como inquérito sobre a verdade a outras instâncias (a escola, a medicina etc.), podemos pensá-las em termos do papel instrumental da palavra nesse processo. Para tanto, teremos em mente a distinção explorada pelo autor entre a disciplina bloco, implicada no fechamento das instituições (voltada para funções negativas: fazer parar o mal,

romper as comunicações, suspender o tempo) e a disciplina mecanismo (dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz). É com relação à disciplina mecanismo (FOUCAULT, 1999, p. 173) que podemos inserir as palavras de ordem no processo disciplinar, levando em conta a tendência à ramificação aí implicada, a tendência a se desinstitucionalizar, multiplicar e circular livremente.

O resultado é que, considerados como *palavras de ordem*, ao mesmo tempo que como *dispositivos disciplinares*, os termos empregados para cobrir as manifestações de violência, nos remetem a pressupostos que, ainda que obliquamente, e por mais mal que possam gerar, desenham a ideia de bem que lhes é subjacente.

Se, por um lado, a utilização dos termos descritivos mencionados leva a pensar um Brasil fundamentalmente não-agressivo, por outro lado, leva também a pensar o humano como basicamente não violento. Não são somente as condições sociais, enquanto relações de produção que delimitam um campo de deserdados e excluídos, que são esquecidas como motor de violência. Também as relações sociais (todas e quaisquer), enquanto inevitáveis relações de poder que delineiam o campo do ordenador e do ordenado, sua contrapartida no crime e no castigo e seu papel na constituição do humano, são apagadas.

Nesse apagamento situam-se, então, as próprias palavras de ordem como voz da ordenação que, no caso acima exposto, opera por uma lógica da emancipação: da limpeza e erradicação do mal, esse como produto espontâneo sempre desviante. Passa-se a borracha sobre o fato básico de que o desvio supõe uma ordem instituída a que se atribui uma *naturalidade*. Ora, nesse caso devemos pensar em desvio *do que, de que ordem*. Devemos pensar a que nos remetem a fragmentação e a pontualidade.

Em *The Lugano Report*, Susan George encena como ficção a encomenda, por uma elite, de um relatório que desse conta das condições e estratégias necessárias à preservação e desenvolvimento da economia capitalista liberal, expressas no termo globalização. Ora, entre os resultados apresentados, emerge como um dos fatores relevantes a necessidade de que as atuais condições demográficas, os bilhões do planeta, se modifiquem no sentido de radical decréscimo. Examinadas as estratégias e descartadas as soluções holocásticas como tática de *limpeza* social dos excluídos, resta a proposta de soluções como guerra, peste, fome. Laymert Garcia dos Santos comenta: “Vistos nessa perspectiva, os conflitos regionais, as crises, as epidemias e os desmanches que assolam as economias e sociedades do Terceiro Mundo adquirem uma inteligibilidade espantosa, até então irreconhecível” (SANTOS, 2000).

Tudo isto é posto por Susan George como um programa exemplar a ser seguido por uma elite interessada em seu reforço e permanência. O que nos perguntamos é se, mesmo na ficção, não é a uma elite que se deve associar tais estratégias, mas sim a uma lógica do sistema a operar por automatismo na direção dessa limpeza.

Limpeza de resto já visível nessa violência generalizada que testemunhamos e que, no entanto, não nos remete mais a nenhum projeto abrangente. Nesse caso, palavras como *crise, epidemia, surto*, quando empregadas no tratamento da violência, escamoteariam justamente o que está ocupando o lugar do Bem, pois este diz respeito ao pensamento de que a redução da população é garantia de bem estar para a maioria, bem estar concebido como aquele da mundialização capitalista. Se assim for, a mídia e as palavras de ordem veiculadas estariam operando, enquanto mecanismos, como dispositivos disciplinares. Alucinamos ou essa é tão somente uma compreensão mais aproximada?

Globalização/Mundialização

Naturalmente, dentre todos os exemplos que poderíamos invocar encontra-se em destaque a palavra globalização. Sua identificação como palavra de ordem ancora-se em publicações como a apresentada pela Folha de S. Paulo, em caderno especial de 2 de novembro de 1997. Nesse tipo de matéria jornalística encontra-se a proposta de um maior entendimento do que seja a globalização: suas origens e as diversas posições políticas por ela suscitada. Ora, a própria colocação do assunto como objeto de esclarecimentos o torna incontestavelmente presente: para o bem ou para o mal, acreditem, a globalização está inegavelmente aqui; cabe a nós compreendê-la. Sobretudo, há nesse tipo de colocação (título do caderno “Globalização. Entenda o que está acontecendo pelo mundo”, comentário “A crise que abala as bolsas é a mais recente manifestação de um processo em que o poder dos governos, o papel das empresas, o destino dos empregos e as culturas nacionais são transformados pela integração econômica e tecnológica”) uma irredutibilidade, que torna o pensamento das estratégias de neutralização pano de fundo para um grande equívoco.

A própria postura a favor ou contra dá respaldo a uma realidade a ser vista, ainda que não se tenha certeza de que realidade se trata. O importante é que a palavra anunciada isola um campo que, como tal, direciona um enfoque de mundo. Passa a demandar definições e, ao fazê-lo, torna a desdobrar-se em direcionamentos. A aproximação de termos como mundialização, empregado pelos franceses, e globalização, pelos norte-americanos, induz à admissão de uma situação consumada sobre cuja existência e configuração todos estão concordes.

Resumindo, estamos sendo sistematicamente educados para a aceitação de um fato como *situação de fato*, porque a educação consiste justamente na apresentação de uma visada de mundo e seus discursos pela exclusão dos inúmeros possíveis. Pró ou contra, resta-nos assumi-la. E, quando dizemos sistematicamente, nós o fazemos com base na diversidade de pontos de vista, e observações pontuais, com que as mídias, e não só o jornalismo impresso (o exemplo acima é figurinha que estava à mão) têm brindado a globalização.

Por outro lado, a abordagem que nos é oferecida faz questão de mostrar posições teóricas divergentes. Tais posições nos remetem às situações paradoxais em que se jogam as relações de poder. “É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e feito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta” (FOUCAULT, 1997, p. 96).

Um exemplo pode ser visto no fato de que paralelamente a uma grande influência norte-americana (a expansão da rede McDonald’s como o mais palpável exemplo) situam-se o fortalecimento e o espaço de minorias étnicas, assim como os nacionalismos manifestos na xenofobia. Além disso, das posições ideológicas que defendem a globalização como possível solução a conflitos passamos com facilidade a posições que negam essa possibilidade. As primeiras desenvolvem a argumentação de que as tecnologias de comunicação promovem um certo patamar de homogeneidade favorável ao tratamento democrático dos problemas. As seguintes alegam que a globalização, ao promover e multiplicar a distância entre ricos e pobres, e quanto a esse ponto até os relatórios da ONU dão respaldo, cria uma situação irreversível. De um modo ou outro, vemos aqui a situação simbiótica em que os discursos se distendem.

Em relação a estes dados, devemos levar em conta que “Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas” (FOUCAULT, 1997, p. 97). Nos exemplos acima expostos encontramos o parentesco com essa forma de articulação descrita por Foucault, a saber, *discursos diferentes que circulam e permeiam uma mesma estratégia*. Os discursos pró/contra circulam com estratégias comuns na radicalização pela qual umas pretendem eliminar outras. A estratégia de oposição por eliminação ou exclusão é aplicável em ambos sem que, no entanto, implique um mesmo discurso ou ideologia. Acresce-se o fato de que, tanto para uns quanto para outros, quer o argumento seja o da necessidade ou da arbitrariedade, a globalização é vista como instrumento de controle ou, como em seu par mais constante, de dominação “intencionada”.

Já o livro de Antonio Negri e Michael Hardt, *Empire*, a entrevista de ambos pela Folha de S. Paulo, em 24 de setembro de 2000, assim como os artigos que a sucederam, parecem constituir uma boa amostra do que seria um mesmo discurso permeando estratégias diversificadas. Ao colocar “Império”, em disjunção a imperialismo, como a forma de realização do mercado global, os autores atestam uma outra configuração de mundo em que o jogo de imperialismos a imperialismos se dilui na dominação da totalidade que o Império implica. Único, sem competidores, independente da base de poder Estado Nação, o Império introduz nova forma

de soberania e domina “todas as fases da vida. É nesse sentido que nós usamos a noção de biopoder de Michel Foucault, poder que domina a própria forma de vida” (HARDT, 2000). Ora, as matérias que se seguem em nenhum momento tratam de contestar essa nova ordem mundial. Ao contrário, elas a tomam por fato consumado e tratam de explorar as facetas embutidas na palavra que a coordena, passando a considerá-las como blocos táticos que convidam a estratégias correspondentes. É por esse viés que os autores do livro trabalham, procurando brechas internas, não para dissolução e sim para o respaldo de uma democracia e vigilância do poder. Assim também se articula o texto de André Singer.

Mesmo quando a matéria apresenta pontos críticos, ela o faz em torno das possíveis estratégias relativas aos blocos táticos. É este o caso do alerta de Slavoj Žižek para a inviabilidade da luta proposta por Hardt e Negri. Entre outros, citamos o exemplo da luta política pelo direito à cidadania global que, nos dizeres de Žižek, se não se confinar a uma mera declaração da ONU, deve implicar uma rearticulação generalizada pela dissolução de fronteiras e promulgação de leis globais. Ora, “Nas condições atuais, isso desembocaria numa invasão dos EUA e da Europa Ocidental pela mão-de-obra barata da Índia, da China, da África, seguida de um levante popular contra os imigrantes de tais proporções que Haider pareceria um modelo de tolerância multicultural” (ŽIŽEK, 2000).

De um jeito ou de outro, todos os exemplos aqui explorados dizem respeito aos pressupostos implícitos em uma palavra que percorre os meandros da comunicação de forma a organizá-los num conjunto ordenado. A palavra Império, na significação particular pela qual é agora responsabilizada, vem recobrir as anteriores com esse efeito. Da *palavra de ordem à ordem do dia*, trata-se sempre de narrativizar os modos sociais com o intuito de nos brindar com um tipo específico de entendimento, com a circunscrição da realidade a uma *verdade atualizada*.

A visibilidade nas mídias

Estenderemos o entendimento do conceito de *função coextensiva à linguagem*, com o qual demos início a este texto, para um âmbito maior que o da unidade de palavra. Tal expansão se justifica pela natureza do próprio conceito e nos permite pensar as produções de linguagem em qualquer patamar. Estaremos falando, agora, da televisão (presença aqui justificável pelo seu poder de penetração) com observações que, entretanto, se aplicam às mídias em geral. Nelas, como tantas obras trataram de apontar nas últimas décadas, o efeito primeiro é o de *trazer à visibilidade*. Ora, trazer à visibilidade é simplesmente mostrar o mundo do ponto em que ele deve ser visto e esse ponto, por si mesmo, já é disciplinar: a educação da visão pela determinação do visível.

Mas a visibilidade diz respeito ao espetáculo e o espetáculo atrela-se à a cena. Quanto a esta, há sempre um preparo para que dela se possa participar, sempre um requisito pontilhado de rituais. Há sempre um *maquiamento*, ainda que metafórico, para que possamos entrar na cena e conviver com o cenário que nos é colocado. Isso porque a visibilidade entra agora em outra acepção, não mais aquela de um dado a ver do mundo que os enunciados produzem. Se Deleuze, comentando Foucault, pode nos falar da visibilidade como forma que se entrecruza com os enunciados é porque, uma vez Erectus, para o humano o sentido privilegiado é a visão. Independente de uma natureza linguística, a visão diz respeito à luz, “formas de luminosidade criadas pela própria luz e que deixam as coisas e os objetos subsistirem apenas como relâmpago, reverberações, cintilações” (DELEUZE, 1998a, p. 62). A luz, por sua vez, nos vem de fora a formar as imagens na retina. É sempre na visada do *ser visto* por essa luz que nos postamos.

Tratam-se de notórios processos disciplinares em toda a extensão: do olhar ao olhado, e vice versa, só se pode jogar com as regras do jogo. O parentesco entre bandido ou nobre, a serem decapitados em praça pública, e o candidato de *quiz show*, com seus familiares bem aprumados, é mais estreito do que imaginamos. “(...) os circuitos da comunicação são os suportes de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos” (FOUCAULT, 1999, p. 179).

Entretanto, a notação do maquiamento como supérfluo funciona no sentido de encobrimento dessa fabricação, porque o pensamos como descartável quando ele é absolutamente imprescindível para a cena, o cenário e o espetáculo. Como condição de pertencimento, é ele que nos abre para o mundo como admitido ou admissível. O maquiamento precisa ser visto em sua face pragmática: uma estratégia disciplinar. Contudo, falávamos de controle e do fato de que toda disciplina visa controle e é sua condição. Pensamos controle aqui como o resultado desses processos, como automatismo das disciplinas. Nesse sentido, podemos pensá-lo como efeito direto da supervisão, da vigilância constante, caso em que é o alcance das mídias que vem nos interrogar.

Com a possibilidade que se delinea a partir de um imenso aparato tecnológico que dá suporte às mídias eletrônicas, seu extensivo acoplamento no que diz respeito a câmeras, telefones, computadores, satélites, etc. enuncia-se um campo de visibilidade que permite a internalização do ser visto, do estar sob a mira em escala macro, em incontáveis oportunidades. É por conta da visibilidade que as mídias assumem um papel crucial como disciplina e controle, portanto, como promotoras/mantenedoras de escalas de valores, como *vigilante*. Temos que pensá-las em seu duplo papel: aquele pelo qual ela expõe, a todo o momento, os conflitos

é também aquele pelo qual ela define a esfera de equilíbrio em que esses conflitos se diluiriam. Enquanto mostra, ela disciplina pela maneira do mostrar, enquanto mostra, ela controla pelo próprio mostrar. É em relação à disciplina que se diz que se não passou pela mídia não há poder de reivindicação; é em relação a controle que se diz que se não passou pelas mídias não existe. Nas observações de Marilena Chaui, ao nos falar sobre uma ideologia ética, uma ideologia perversa na qual se ausenta a ideia de Bem para restar somente aquela de Mal, encontramos os traços da percepção do controle.

Além disso, a imagem do Mal e a da vítima são dotadas de poder midiático: são poderosas imagens de espetáculo para nossa indignação e compaixão, acalmando nossa consciência. Precisamos das imagens da violência e do Mal para nos considerarmos sujeitos éticos (CHAUI, 1999).

Na imagem do Mal há mais que isso. Há a contrapartida do exemplo benfazejo, no entanto, impregnada das mesmas intenções e efeitos potenciais, pois que, rastreando o malfazer, torna visível o que não deveria sê-lo, num doutrinamento paradoxal. Porém, nada há de paradoxo na mostração do bem via mal, pois este só se coloca como negação a um desejável. É por subtração a um Bem já posto que o Mal se delinea. Portanto qualquer imagem do Mal nos remete à antípoda que é sua sustentação. O negativo aponta necessariamente para o positivo.

Façamos uma experiência simples, ingênua. Imaginemos que a gravura, certamente uma xilogravura ou uma água-forte, do açoitamento de um escravo fosse mostrada a um residente do século XVIII. Acham vocês que tal imagem lhe apareceria como imagem de violência, imagem do mal? Certamente que não. O ato por ela mostrado estaria dentro da legitimidade sob a roupagem da disciplina a que se submete o escravo. Não há por trás dela essa concepção de bem que nos orienta hoje em dia e que se delinea no respeito da integridade física do inocente, e igualmente do culpado. É por essa ausência que, outrora, ela não pôde aparecer como imagem de violência e é por uma presença, por uma positivação (a ideia de direitos humanos), que hoje ela nos repugna.

Lembremos o polêmico vídeo de maus tratos a uma menina, apresentado no programa do Ratinho. O horror, além de seu fascínio, além de nos colocar a salva, na posição de distanciamento em que nos encontramos do fato, posição que nos habilita a julgá-lo, também nos fixa no ponto em que só podemos considerarmos aptos a julgar justamente por não partilharmos das mesmas práticas. Outros tantos programas televisivos, embora não cedam ao apelo das imagens de violência, operam da mesma forma, mostrando o que deve ser feito pela apresentação do polo negativo. Sejamos mais específicos, mostrando exemplos.

Dia 6 de fevereiro de 2001. SBT - *Programa do Ratinho*

1) Apesar de seu caráter absolutamente circense, logo de início o programa apresenta um quadro sobre nepotismo nos cargos públicos através de entrevista com o prefeito de Santana do Paraíso, em Minas Gerais, que tem na folha de pagamentos da prefeitura vários familiares entre mulher, irmão e sobrinhos. Nas declarações, o prefeito se esquivava alegando que o irmão não é de sangue, mas de criação, ao lado de outros argumentos que tornam duvidosas as possíveis justificativas que pudesse apresentar. Não bastasse a clareza com que a reportagem coloca em xeque a atuação do prefeito, Ratinho alinhava a questão apelando para a moralidade dos prefeitos em geral, contra a política *cabide de empregos*.

2) Entre propagandas e palhaçadas surge o quadro clássico da disputa entre casais. Desta vez, o marido traído quer isentar-se da pensão às duas crianças registradas em seu nome que, no entanto, não são seus filhos. Ratinho dá a palavra a uma advogada que atesta o fato de que, com a contestação da paternidade e em caso negativo, a obrigatoriedade da pensão será suspensa. Tanto ela quanto Ratinho recomendam, então, o exame de DNA, instruindo, assim, na lei e nos recursos científicos/tecnológicos.

3) O último quadro é de *escuta indiscreta*, apresentando gravações que mostram pressão sobre os fiéis, por parte do bispo Gregório de Moraes, com o objetivo de arrecadar doações *substanciais*. O apresentador do programa arremata sentenciando: “É preciso ficar atento...”.

Entretanto, não é preciso muita atenção para perceber, em meio à folia, o cunho disciplinar, moralizante, em relação à política, à família e à religião. Da mesma forma, em outros programas onde se exploram temas mais *fúteis*, as disciplinas continuam atuantes, e nem sequer necessitam da apresentação de cenas de violências para exercerem a exemplaridade. Fizemos uma experiência de cunho aleatório: no tempo que nos restava no final de uma tarde decidimos *zapear* pelos programas voltados ao público feminino. Portanto, a única escolha deliberada dizia respeito à exclusão de filmes e novelas (nos quais, de resto, é muito fácil detectar disciplinas, seja na *fabulação bem versus mal*, seja naquela que desenha uma *experiência de vida*, induzindo a uma moral final). Também deixamos de lado a propaganda, sob a compreensão de que esta, trabalhando em cima de um imaginário instituído, só se empenha na oferta à satisfação dos desejos dentro de um quadro de *objetos permissíveis*. Bastam uns poucos minutos a esmo para toparmos com a presença da disciplinaridade. De novo exploramos alguns exemplos:

Dia 9 de fevereiro de 2001. RECORD – Programa *Note e Anote*

No momento em que passeávamos por esse programa era exibida uma aula de maquiagem, produtos e técnicas sendo demonstrados na preparação de um modelo para festa formal. Enquanto assistíamos aos procedimentos na telinha, pensávamos que toda essa preparação, sempre acusada de *supérflua*, funciona como direcionamento para uma visada de mundo: o visual feminino aceitável, e até exigível, dentro de certos parâmetros, certamente bem diferente das maquiagens do passado. Não bastasse essa sutil educação dos sentidos, pois que não é vista como tal, eis que somos surpreendidos por uma outra, de ordem moral. A apresentadora do programa pergunta ao maquiador se seria muito difícil aprender sua técnica ao que este responde tratar-se somente do resultado de exercício. Comenta-se então que, ao automatizar-se, o procedimento poderia ser praticado, com facilidade, até em meio ao trânsito. E então, a surpresa de uma lição pela qual não esperávamos: a apresentadora apressa-se a acrescentar que isto foi só um exemplo e que embora muitas mulheres tenham o hábito de se maquiar, às pressas, enquanto dirigem, esta é uma atitude condenável, pondo em risco a vida de muitos. Pronto, aí está, a disciplina absolutamente explícita onde nem se cogitava de um arremate dessa ordem.

Dia 12 de fevereiro de 2001. GAZETA – Programa *Mulheres*

Desembocamos nesse programa num momento em que se contava novidades, sobretudo num tom de fofoca, sobre a vida de artistas. Ora, a fofoca é educativa por excelência, pois se constrói a partir de um ponto em que se contraria o conveniente, ou o socialmente aceitável. Seu princípio é, portanto, moralista. Mas, para além dessas considerações genéricas, podemos tomar um exemplo específico em que se comentava o retorno do ator Felipe Camargo às novelas e o fato deste der dado a volta por cima em sua vida. O apresentador faz questão de ressaltar sua superação das drogas, a vida discreta e regrada, sua dedicação ao trabalho e ao filho, cuja guarda obteve judicialmente pela segunda vez, e finaliza afirmando que Felipe é “um menino do bem”. Ora, está bem posto em cena um certo consenso sobre o agir a ser escolhido, uma vez que socialmente valorizado.

12 de fevereiro de 2001. REDETV – Programa *A casa é sua*

Dez minutos depois, atravessamos esse programa que se encontra em meio à promoção de uma série de produtos com apelo ora à saúde, ora à beleza. Tanto saúde quanto beleza dizem respeito a uma visão específica de mundo e a veiculação de informação sobre tais produtos só faz promover e fixar os valores a que estes remetem. Exemplos? A iogurteira portátil sobre a qual se ressalta, ao lado da praticidade, as propriedades nutritivas e dietéticas: manter saúde e boa forma (estética).

Mas, o que mais nos chama a atenção é o produto que apregoa nova tecnologia (desenvolvida por professor da Universidade de São Paulo, cujo nome não é mencionado) no combate à gordura localizada. Ocorre-nos que as madonas de Rafael, ou ele próprio, certamente não considerariam a eliminação de tais gorduras desejáveis. Há mundos insuspeitáveis dentro do mundo.

Domingo, dia 11 de fevereiro de 2001. GLOBO – Programa *Fantástico*

E as disciplinas não dão trégua, nem no dia voltado ao descanso semanal. Basta examinarmos alguns blocos desse programa para testemunharmos uma atividade *doutrinária*.

Num primeiro momento, acompanhamos a denúncia de maus tratos, condições anti-higiênicas e precariedade de recursos no asilo para idosos “Abrigo Evangélico Recanto da Paz”, dirigido por Adalberto de Souza. Se não são mostradas cenas de violência, no entanto, as cenas dos traços de miséria no ambiente e das marcas da miséria no corpo dos internos são abundantemente veiculadas. Embora a matéria questione o poder público pela falta de vigilância, no mínimo fiscalização sanitária, as cenas apelam com clareza, por mostragem negativa, à moral do respeito. Mas aqui o referencial não é o respeito à idade, ou a piedade pelos desvalidos. Trata-se o tempo todo de *dignidade*, respaldando-se no discurso sobre os direitos humanos, ao mesmo tempo em que nos instruem sobre estes.

Um outro bloco traz matéria sobre pesquisa realizada nos Estados Unidos. Acusa a empresa americana IBM de ter compactuado com o nazismo na medida em que, não só não se negou ao comércio com a Alemanha, a exemplo de outras empresas, como ainda investiu em fábrica neste país, sob os auspícios da ditadura. Aqui, cenas de violência recordando o holocausto são mostradas ao lado de entrevistas e foto da condecoração de Watson, então presidente da IBM, por Hitler.

Ressalta-se o fato de que, com ou sem IBM, a barbárie teria ocorrido. No entanto, sua tecnologia contribuiu para a eficácia e rapidez do processo, uma vez que, com o cartão perfurado, o censo racial se otimiza. Assim, como é pressuposto, pois não se aponta e nem é necessário fazê-lo, é condenada a barbárie do crime contra a humanidade que o nazismo perpetrou. Trabalha-se na confirmação do dado moral consensual. Ao mesmo tempo nos é proposta uma outra norma, esta já um tanto controversal, que diz respeito às responsabilidades assumidas por nossas associações, não importa em nome de que tais associações se realizem. Com estes poucos exemplos que, no entanto, ilustram bem aquilo que preenche todo espaço midiático (façam o teste), procuramos mostrar que a informação é *palavra de ordem*, como o propunha Deleuze, que as mídias são *dispositivos disciplinares*, como o fazia Foucault: ordenam, educam, disciplinam e controlam o *cabível*.

Referências

- CHAUI, M. "Uma ideologia perversa". *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais, 14 de março, 1999.
- CALLIGARIS, C. "Invenções para policiar a vida". *Folha Ilustrada, Folha de S. Paulo*, 9 de dezembro, 1999.
- DELEUZE, G. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1998a.
- DELEUZE, G. *Foucault*. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998b.
- DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. Trad. Luiz Roberto Salinas Forte. São Paulo: Perspectiva, 1998c.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 2. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade. Vol. I A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- GEORGE, S. *The Lugano Report*. On preserving capitalism in the twenty-first century. London: Pluto Press, 1999.
- KIERKEGAARD, S. A. *O conceito de ironia constantemente referido a Sócrates*. Trad. Álvaro Luiz Montenegro Valls. Petrópolis, Editora Vozes, 1991.
- NEGRI, A.; HARDT, M. *Empire*. Harvard University Press, Massachusetts, 2000.
- HARDT, M. "A nova soberania". Entrevista no Caderno Mais, *Folha de S. Paulo*, 24 de setembro, 2000.
- SANTOS, L. G. "A solução final capitalista". *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais, 24 de setembro, 2000.
- ZIZEK, S. "Um empreendimento pré-marxista". Caderno Mais, *Folha de S. Paulo*, 24 de setembro, 2000.

CAPÍTULO 3

CONFIRMAÇÃO E VIGILÂNCIA NO JORNALISMO⁵

O presente estudo baseia-se na noção deleuziana de função coextensiva à linguagem e inspira-se na afirmação:

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é 'necessário' pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 16).

Por função coextensiva entendem-se as operações que se desdobram a partir daquelas que caracterizam a linguagem. Tais operações implicam a instalação da comunidade de falantes em torno da apresentação de uma realidade a ser vivida, assim como os modos de vivê-la. Nestas condições, a noção de função coextensiva à linguagem nos remete imediatamente à de *palavra de ordem*, como função básica à comunicação. Esta, por sua vez, nos remete aos *dispositivos disciplinares* (FOUCAULT, 2001, p. 105), por meio dos quais uma palavra de ordem encontra sua realização.

Tais dispositivos, como coloca Foucault, quer se refiram a *disciplina bloco* (instituições e suas materializações) ou a *disciplina mecanismo* (processos) operam uma organização espacial, uma espécie de quadriculamento e hierarquização, como podemos ver numa empresa com a divisão em seções e atribuições, com as regras funcionais que lhe sustentam. Sob esta ótica, o jornalismo revela-se, primeiramente, como reforço ao pacto social, na dimensão da língua comum e na dimensão da atenção às instâncias públicas. Nele, a função coextensiva surgirá com o papel de confirmação da ordem instituída e sua realização se definirá por aquilo que, desde muito, tem sido sua bandeira: o exercício da vigilância/denúncia que o próprio jornalismo se reivindica no apelo constante à ordem.

⁵ Texto originalmente publicado na *Revista Líbero. Revista Acadêmica de Pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero*, ISSN 1517-3283, ano VI, número 12, p. 44-53. São Paulo, janeiro de 2005.

A tarefa narrativa do jornalismo, girando em torno dos vetores confirmação e vigilância, organiza discursivamente o campo social. Mas, como pretendemos mostrar aqui, estes mesmo vetores são também os pontos a partir dos quais o quadriculamento do espaço público, necessário à inserção de palavras de ordem, é construído. Procuraremos mostrar como aparecem no campo jornalístico os conceitos da filosofia da comunicação que nos inspira. Para tanto, há um material, um *corpus*, sobre o qual nos debruçamos para o que será uma operação de demonstração.

A escolha do *corpus*, delineada em etapas anteriores ao momento atual de nosso estudo, encontra sua justificativa na abrangência do meio televisivo em relação aos outros meios jornalísticos. Este critério se desdobra na escolha de programas suportados por um índice maior de audiência. Nossa terceira opção, o *Jornal da Cultura*, escapa ao vetor audiência para constituir-se como representante de uma emissora que, por não se prender unicamente a razões mercadológicas, possa oferecer um desenho liberto deste compromisso. Trabalhamos com duas coletas, uma do ano de 2002, outra do ano de 2003. Cada coleta compreende um período de três semanas, portanto, 1/6 do número de semanas do ano. Para efeitos de referência a letra B, seguida do algarismo romano, equivale ao bloco de notícias; na sequência, o número arábico corresponde à posição da notícia dentro do bloco.

Confirmação

Retomemos agora os eixos de nossa análise, a saber, confirmação e vigilância. Sob o ponto de vista da confirmação, o pacto social precisa ser reiterado, ou seja, repetido permanentemente para que se sustente. Assim, a própria periodicidade que caracteriza o jornalismo deve ser lida, como repetição que é, a serviço da reiteração, da recolocação do pacto. A redundância diz respeito aqui à instalação da frequência por si mesma, como condição primeira da comunicabilidade; vigilância e denúncia serão tomadas como eixos a partir dos quais poderemos ver como algo se conforma, se forma, ali na produção jornalística.

Com o primeiro eixo, compreende-se a presença constante de tópicos sobre o Estado, na forma governo, suas instituições e suas intervenções. Mesmo que se fale de outros Estados-nações que não o nosso, é sempre a relação de instituição social que está sendo recolocada, o pacto lembrado. O jogo nós/eles é fundador de identidade social e cabe lembrar o papel que a identidade reativa tem na constituição de grupos. O mesmo ocorre quando se abordam posições regionais, representações regionais, pois esses são elementos a compor com o todo da nação. Índices fortes dessa divisão em campos sociais podemos encontrar não só nas imagens fixas que funcionam como cenário para a presença do âncora, imagens que sempre recorrem a uma bandeira e à foto do representante do país em questão, mas também nas chamadas, quando estas já enunciam, confirmando, a oposição e a posição implicada pelos quadriculos. É o que podemos ver, por exemplo, com

o *Jornal da Cultura* em 17 de junho de 2002, na terceira chamada, “EUA. A nova zebra na Copa elimina o México”, e com o *Jornal Nacional* em 10 de março de 2003, na terceira chamada, “Brasil. O presidente Lula pede paciência mas decide antecipar o envio de propostas de reformas ao Congresso”. No primeiro caso, joga-se com o delineamento de campos pela oposição e, no segundo, pela confirmação/autoridade da posição.

Há, ainda, um jogo eles/eles que, se por um lado tende a nos colocar em posição de distanciamento, por outro lado nos apresenta esta dimensão de implicação em que nos vemos como efeito de uma mundialização da comunicação e, como não poderia deixar de ser, tanto da economia quanto da política. Foi por isso que colocamos num quadrículo à parte os *Atos de Guerra*, que embora sejam atos de governos estrangeiros também nos colocam no jogo das identidades sociais, do reforço ao pacto social, da economia e da política implicando todas as nações do planeta.

As matérias sobre a Guerra do Iraque, presentes em nossa segunda coleta, tornam bem clara a disposição de tomar partido, de se identificar com a defesa dos atos de um ou outro país. Elas constituem um subquadrículo em que se inserem questões da ordem mundial, dessa ordem e de nosso papel nesse quadro maior que seria o planetário ou o da globalização. Nele se inserem também os debates possíveis sobre a manutenção dos direitos humanos e os álibis políticos e suas desrazões. O espaço deste subquadrículo se configura como uma circunscrição à parte, fato que fica bem nítido se observarmos as imagens definidoras que acompanham como pano de fundo para a fala dos âncoras, tanto as matérias do *Jornal Nacional* quanto as do *Jornal da Record*. No primeiro, temos um cenário em que a cada notícia se colocam bandeiras, mapas e fotos de representantes políticos dos países envolvidos na querela. No segundo, há um constante dimensionamento das matérias pela colocação de pequenos quadros no canto superior direito da tela. No caso da Guerra do Iraque, este quadro foi sistematicamente composto pelo desenho de mísseis e das bandeiras dos países em questão. Tudo isso não deixa de desenhar nosso campo, dentro de outros campos, firmando-o pelo destaque de sua especificidade.

Colateralmente a este quadrículo surgiu um outro, na segunda coleta: a *Guerra de Informações*, mais do que qualquer outro tópico, permitiu a inserção de reflexões sobre a informação e sobre o papel do jornalismo. Ao questionar a discrepância de informações fornecidas, a diversidade de fontes e o comprometimento destas com linhas políticas definidas, pôde inserir os ideais de veracidade, isenção e abrangência do jornalismo. Estes ideais se encontram mais do que implícitos quando Luiz Nassif, a propósito de jornalistas enquanto contingente de tropas americanas, comenta, no *Jornal da Cultura* de 25 de março de 2003, que o jornalismo vai mal e que os EUA conseguiram acabar com ele.

Em imediata contiguidade a este tópico, situa-se o da *Autorreferencialidade*. A rigor, este perpassa quase todas as matérias sem que lhes seja central. Por isso, porque nós o consideramos somente enquanto motivo central, ele vai aparecer numa menor proporção. A anotação que agora fazemos se torna então necessária para que possamos perceber uma outra dimensão. A autorreferencialidade encontra-se de modo enviesado quando matérias de 2002, no *Jornal Nacional*, enunciam “Nossos repórteres na Copa...”; quando em 2003, nas matérias sobre a Guerra do Iraque, remete-se a reportagens de um ou outro membro da equipe do jornal (e os três veículos recorreram a este expediente) etc. As situações em que ela se delinea são muitas, merecendo uma particular atenção. Lembrando os conceitos que nos orientam, devemos pensar essa constância da autorreferencialidade como um processo em que a enunciação é tomada como enunciado. Ao fazê-lo, institui veículo e jornalismo como um quadrículo a trabalhar em consonância aos outros tantos na organização do quadriculado. Ele deixa de ser rebatimento dos planos para colocar-se como um plano autônomo enquanto quadrículo específico. Desloca-se de sua posição de mediador colocando-se, e às mídias em geral, como circunscrição específica dentro do quadro social.

Não deixam de se compor com este quadro os times esportivos, por serem pontos de identificação de grupos sociais. No caso de nossa presente mostragem, cuja primeira coleta compreende um período de Copa do Mundo, fica notória esta função. Talvez devamos considerar que o destaque às notícias esportivas, quando se trata de campeonatos mundiais, principalmente no caso de futebol, deva-se ao fato de que o futebol, enquanto esporte nacional, é operador de coesão desse campo social sobre o qual as notícias incidem.

Da mesma forma, a presença constante de notícias econômicas enuncia um quadrículo da articulação social. O fato de que estas notícias se desdobram em apontamentos da situação econômica, do país e do mundo, ao lado de ações governamentais que presidem sobre a economia nacional, coloca a economia como um quadrículo à parte dentro do quadro social, pelo qual se vê que, antes que o governo exerça *sobre*, é *por* ele que o governo propriamente se exerce. É por causa desse exercício de si no campo econômico que criamos um subtópico *Medidas Econômicas* sob o tópico *Atos de Governo*. Da somatória desse subtópico ao tópico *Economia*, o que obtemos, como será mostrado mais à frente, é uma medida pela qual surgem como preponderantes, no todo do quadriculado, as notícias sobre *Atos de Governo* e sobre *Economia*.

Com isso, a economia é colocada como instituição, e não como procedimento, no mesmo nível em que se colocam as instituições governamentais. O que nos respalda nessa hipótese são os termos com os quais situações econômicas são descritas. O “mercado nervoso” (e acalmá-lo) é um indicador infalível de sua tomada

como organismo. Do mesmo modo, o uso de expressões geológicas e climáticas, como abalo, tempestade, turbulência, aquecimento etc., forçam a visão da economia como um dado da natureza. Essas expressões a naturalizam, desdizendo-a como um modo do Estado para dizê-la como campo: um dos braços em que este opera. Esta tomada é um especial exemplo de uma dobradura de conteúdos específicos sobre a estrutura, de palavras de ordem, a partir do quadrículo, sobre o quadriculado do espaço, naturalmente, reforçando-o, senão instituindo-o.

Os feitos científicos, como um discurso paralelo ao dos feitos de governo, são pensáveis como confirmação a partir da ideia de que a ciência ocupa uma posição de aliada do estado, embutida nos propósitos que contemplam a realização dos projetos de melhoria das condições de vida - emancipação. A divulgação das conquistas científicas, esse testemunho, vem para justificar toda a mobilização econômica que elas implicam.

Vigilância

Também como reforço ao pacto social, mas agora implicando o envolvimento do veículo, temos a vigilância, nosso segundo eixo de rastreamento. O papel de vigilância do Estado sobre si mesmo, na manutenção da ordem, dos direitos sociais, do respeito aos direitos humanos, se desdobra nesse outro, visitado pelo jornalismo, que diz respeito ao exercício da cidadania, com os direitos e restrições aí implicados. Para ele, a vigilância sempre apresenta duas faces: o olhar incidente sobre o Estado em exercício, a infração ao pacto como fruto de má administração ou de má fé dos representantes, assim como o olhar sobre os cidadãos tanto em seus possíveis deslizes quanto em suas possíveis reivindicações. Existe algo com maior poder que a vigilância para trazer à visibilidade, e conseqüentemente administrar as partes, do que o desenho desse quadriculado?

O vetor da vigilância é certamente responsável pelo desenho de quadrículos como o dos *Atos pelos Direitos Humanos* e o da *Criminalidade/Violência*, mas também enraíza o das *Estatísticas/Bem estar/Reportagens educativas*, porque estes nos dão a medida das ações adequadas; também se insinua nos *Modos de Vida*, porque estes nos ensinam sobre a diversidade e permitem apontar a norma e a transgressão nesses modos. Certamente que as *Opiniões sobre Projetos e Efeitos* trabalham com o pressuposto da vigilância, mas o insuspeitado *Notícias/Eventos* também tem aí sua razão de ser: o olhar incidente sobre todo o espaço, mesmo quando nele se delineiam curiosidades como as de um *fait divers*, da vida de personagens midiáticos etc.

Sob o prisma da vigilância, não pode faltar a abordagem de acidentes e catástrofes que, por desestabilizarem a organização visada, pedem reconhecimento e ações correspondentes. A vigilância é, senão a principal, uma das bandeiras do jornalismo, a partir da qual toda denúncia se delineia e encontra acolhida. Ora, ela

só pode ser exercida sobre uma organização de base que visa resguardar: a ordem estabelecida como tal, em tal época ou lugar.

Assim sendo, a vigilância é instrumento de disciplinaridade, trabalhando esse eterno casamento entre disciplina e controle: a disciplina visa o controle do campo sobre o qual incide, de forma a administrá-lo a contento, e não há controle sem que dispositivos disciplinares sejam estrategicamente colocados e ativados.

Ocorre, então, que o exercício da vigilância no jornalismo o qualifica como dispositivo disciplinar, rebatendo em seu espaço, digamos que este seja o espaço público, as normas pelas quais se organiza o espaço social com suas instituições. Assim sendo, antes de ser um papel ativo na defesa do cidadão, a vigilância é uma operação ativa de disciplinaridade, de refundamento das estratificações.

Exemplificações

Apresentamos agora, dentro da primeira mostragem com que trabalhamos porque foi por onde começamos a reconstrução do quadriculado, exemplos da presença constante, todos os dias e em todos os programas jornalísticos, desses dois eixos testemunhais, a saber, confirmação e vigilância. Cada módulo dos programas apresenta matérias que se alternam entre confirmação e vigilância. Estas incidem sobre campos constantes que ressaltamos, entre parênteses, ao final de cada uma.

Jornal Nacional, 20 de maio de 2002: BI,3

Alunos de escolas públicas de Osasco estão elaborando formas de construção de um mundo melhor. Das redações de 8.500 crianças 50 foram selecionadas para compor um livro a ser distribuído para prefeituras que apóiam o programa. As sugestões giram em torno do fim da violência, do preconceito, do racismo, do egoísmo etc." (ato por direitos humanos, proveniente de instituição do governo).

Jornal Nacional, 21 de maio de 2002: BII,1 "OAB. Apelo por mais segurança no Espírito Santo onde advogado foi assassinado. Argumentos de violação dos Direitos Humanos e queda da ordem pública" (manifestação pela ordem e segurança).

Jornal Nacional, 22 de maio de 2002: BIII,1 "Prefeito de Ribeirão Preto fala sobre suspensão de licitação da cesta básica. Havia suspeitas de favorecimento" (medida de correção administrativa).

Jornal Nacional, 23 de maio de 2002: BIV,1

Militar é ferido e outro está desaparecido nas operações das forças armadas na fronteira do Brasil com Peru e Colômbia. 4.000 soldados mobilizados para rastreamento de traficantes e guerrilheiros. Houve troca de tiros com colombianos das FARC's num barco (reforço à lei e soberania nacional).

Jornal Nacional, 24 de maio de 2002: BV,1: "Chegada da seleção dos E.U.A. gera a maior operação de segurança da história da Copa" (esporte e segurança).

Jornal Nacional, 25 de maio de 2002: BVI,2: “22 jogadores brasileiros são ativados em amistoso contra a Malásia. Brasil ganhou de 4 a 0” (esporte nacional).

Jornal da Record, 10 de junho de 2002: BI,1

Polícia localiza cemitério clandestino no Complexo de Favelas do Alemão. O repórter Tim Lopes, da Rede Globo, investigava, usando câmera escondida, o aliciamento de menores nos bailes *punks* da Vila Cruzeiro. Segundo dois traficantes presos ontem, ele foi torturado e morto por Elias Maluco, traficante líder do Comando Vermelho, a golpes de espada estilo samurai e seu corpo queimado. Cinquenta policiais, com o apoio de helicóptero, encontraram armas e drogas em investigação no local mas nenhum sinal de identificação do repórter (instituição governamental em reforço à lei).

Jornal da Record, 11 de junho de 2002: BII,1 “Massacre de Eldorado de Carajás. Três acusados não compareceram ao júri que julga 124 policiais. Os que se ausentaram podem ter prisão preventiva decretada”. (instituição do governo em reforço à lei).

Jornal da Record, 12 de junho de 2002: BIII,1 “Prefeito de Manaus, do PL, declarou seu apoio a Lula” (acordos políticos).

Jornal da Record, 13 de junho de 2002: BIV,1 “Arafat anuncia eleições para dezembro ou janeiro e disse que vai reorganizar suas forças de segurança como parte das exigências dos EUA e de Israel. Brigada ligada a Arafat assumiu responsabilidade por ataque suicida ontem em Israel” (correção do sistema em iniciativa governamental).

Jornal da Record, 14 de junho de 2002: BI,3 “Ângelo Santos, motorista da quadrilha que sequestrou e matou o jornalista Tim Lopes, está preso sob serviço de proteção à testemunha porque ele está fornecendo informações sobre as ocorrências. A Polícia prendeu até agora 7 integrantes da quadrilha de Elias Maluco” (reforço à lei e segurança, iniciativa de instituição governamental).

Jornal da Record, 15 de junho de 2002: BIII,2 “Temporal na Praia Grande, litoral sul de São Paulo, deixa 50 pessoas desabrigadas. Outras cidades praianas também sofrem com enchentes devido às chuvas” (catástrofes).

Jornal da Cultura, 17 de junho de 2002: BI,1 “Em jogo difícil, Brasil vence a Bélgica por 2 a 0 e vai enfrentar a Inglaterra na sexta-feira às 3:30 horas da madrugada. Gols” (esporte nacional).

Jornal da Cultura, 18 de junho de 2002: BII,3 “Brasil já tem selo de pureza da ABIC. Agora ganha outro para cafés torrados e moídos a fim de conquistar o mercado internacional de café industrializado” (incremento da economia nacional).

Jornal da Cultura, 19 de junho de 2002: BI,1 “A crise entre o Ministério Público e as autoridades de segurança do Rio que começou com o escândalo do escritório do crime organizado dentro do Presídio de Segurança Máxima de Bangu I. Revista do presídio com apreensão de armas, munições e central clandestina de telefone leva ao afastamento de diretores do presídio” (correções do sistema, iniciativa governamental).

Jornal da Cultura, 20 de junho de 2002: BIII,1 “O Presidente Fernando Henrique Cardoso diz-se estarecido com a ousadia do crime organizado. Autorizou verba para Plano Nacional de Segurança” (governo, pela ordem e segurança).

Jornal da Cultura, 21 de junho de 2002: BI,1 “Já, já você vai saber tudo sobre a Copa do Mundo. Mas antes as informações sobre os abalos do mercado financeiro. O dólar bate recorde da história do Real, a Bolsa de Valores de São Paulo despencou e o risco-país, que mede a confiança do investidor estrangeiro, é o mais alto do mundo depois da Argentina” (economia em confronto à de outros países).

Quadriculamento

Estes exemplos nos mostram com nitidez o trabalho testemunhal do jornalismo, pelo qual perfaz o desenho do espaço social, uma vez compreendido que esse desenho, o traçado desse espaço, é afirmação/confirmação do próprio espaço tendo a vigilância como principal estratégia. Até o inocente tópico da *Previsão do Tempo* não passa imune a tal trabalho, pois o que é afinal esse mapa do país que nos é apresentado com a descrição das condições atmosféricas em cada região, senão o testemunho da unidade nacional: cada parte relacionando-se às outras?

Foi a partir daí, em nossa primeira coleta, com uma operação que jogava com os vetores confirmação e vigilância anotando seus campos de incidência, que começamos a montagem do quadriculado e seus quadrículos. A segunda coleta só veio confirmar o campo delineado, como será posteriormente mostrado. Foi com o intuito de apreender o jornalismo enquanto quadriculamento do espaço social, no seu caso específico podendo ser tomado como espaço público, que iniciamos a presente pesquisa. Por trás deste intuito situa-se a hipótese de que ao ver quadriculado e quadrículo podemos ver com mais clareza as operações de ordem, ou de disciplina, que aí se embutem. Nessa busca por quadrículos, a compor o quadriculado, obtivemos o seguinte desenho:

Acidentes/Catástrofes
Atos de Governo
Atos de Guerra
Atos/Manifestações pelos Direitos Humanos
Autorreferencialidade

Criminalidade/Violência

Economia

Esportes

Estatísticas/Bem-estar/Reportagens Educativas

Guerra de Informações

Modos de Vida

Notícias de Eventos: Cultura/Ciência/Personagens de Destaque

Opiniões sobre Projetos e Efeitos

Política

Palavras de Ordem

Tendo o quadriculado como base, vale dizer, os dispositivos disciplinares desenhados, podemos ver agora como a comunicação se dá em comunicados e a palavra de ordem aparece em sua função disciplinar, vale dizer, educativa para uma visada de mundo. Para tanto, recorreremos a exemplos, em cada um dos tópicos ou quadrículos, extraídos de nosso material de análise.

Acidentes/Catástrofes

Jornal Nacional

24 de maio de 2002. Matéria sobre a guarda costeira americana e o resgate de naufragos em 10 de maio, no qual morreram 13 pessoas foragidas do Haiti; 76 foram salvas e serão repatriadas. Geralmente em acidentes e catástrofes existem duas perspectivas: a do aleatório, pelo qual não somos responsáveis, e a das consequências de uma má gestão dos meios. Aos dois casos se aplicam as ações de recuperação pelas quais se atesta não só que os eventos devem ser administrados para que os prejuízos sejam menores, mas também que, na realidade, eles estão sendo administrados pelos órgãos competentes. Com a presente matéria, todas estas facetas são reforçadas.

Jornal da Record

18 de março de 2003. Na continuidade de notícias sobre o incêndio florestal em Roraima, o *Jornal da Record* salienta qual reforço é dado ao combate a incêndios, e não deixa de enunciar as causas, que se alastram com facilidade, devido à seca e aos ventos fortes, em Roraima. A identificação das causas é necessária porque mostra uma situação, em princípio, administrável. Em alguns municípios foi decretado estado de calamidade pública. Tanto no primeiro jornal quanto neste, as matérias reforçam a necessidade de supervisão e desdobram-se nas explicações sobre os métodos de combate ao incêndio, o suporte técnico disponível, o empenho das instituições (Ibama, exército e bombeiros) na tarefa do combate. Problema e método estão delineados.

Atos de Governo

Jornal Nacional

24 de maio de 2002. Para um jornal que, ao menos nessa coleta se revela interpretativo e opinativo somente na sutileza, sobretudo na convivência, nesse dia abandona-se esta estratégia para no Bloco III,¹ enunciar que Estados Unidos e Rússia assinaram acordo em Moscou para reduzir arsenais de mísseis nucleares com corte de 2/3 nos próximos 10 anos. O jornal declara que na prática eles só se comprometem a guardar o material em lugar mais seguro. Esse acordo elimina o de 30 anos atrás que impedia a fabricação de mísseis. Mostra, assim, seu desprezo pelo novo acordo e sua tendência a reforçar aquele que se pautava pela redução de mísseis numa política pela paz. Ao apontar a impostura reclama pela ordem ideal.

Jornal da Record

10 de junho 2002. Boris Casoy se manifesta sobre a atuação das autoridades frente ao assassinato do jornalista Tim Lopes.

A questão da segurança pública é grave e não pode continuar sendo tratada como um problema de sociologia. Enquanto se debate o direito ao sexo nos presídios, enquanto se libertam sequestradores estrangeiros, enquanto se garante o direito de fugir da cadeia, a sociedade brasileira fica à mercê da bandidagem cada vez mais ousada porque é impune, é impune. Quem sai hoje de casa numa grande cidade brasileira não sabe, não tem certeza, se vai voltar. No Brasil de hoje o crime compensa, é claro que precisamos de medidas de caráter social mas o fato de elas não serem providenciadas não justifica a impunidade, resultado de polícias ineficientes, leis frouxas, judiciário lento e presídios que são verdadeiras masmorras. Isso é uma vergonha!

Claro que “Isso é uma vergonha” chama a ordem à ordem e na voz do âncora é a palavra de ordem operando sobre esse fundo já dito da legalidade.

Jornal da Cultura

19 de junho 2002. Apresenta-se matéria sobre a compra de armas pela internet, incluindo um míssil de alto alcance, por prisioneiro de Bangu I. Fala-se sobre os conflitos entre judiciário e polícia civil a respeito de Fernandinho Beira Mar, sua posição de poder e a necessidade de seu isolamento. O jornalista Heródoto Barbeiro comenta que as autoridades não se entendem e enquanto isso Fernandinho Beira Mar faz curso prático de míssil. A matéria remete à demanda por controle da criminalidade e a afirmação do apresentador pede a ordem no lugar de onde ela deve emanar, pede a disciplinaridade como tarefa do sistema.

Jornal da Cultura

25 de março de 2003. “O ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, anunciou que os juízes ameaçados pelo crime organizado vão receber proteção especial”.
“Lula autorizou venda da soja transgênica tanto para o Brasil quanto para o exterior.

A medida foi tomada para evitar falência de produtores”.

A primeira matéria inscreve-se na marcação das atitudes tomadas em nome da preservação da ordem e da correção do sistema em função desta. A última introduz nuances que merecem ser apontadas. A soja transgênica, antes combatida pelo presidente e seu partido, é agora liberada para a venda em nome do bem estar econômico dos produtores. Justifica-se assim o desvio das posições políticas pela visada do bem comum, desejável em toda ação que parta de governantes. Fica em segundo plano a ordenação dada a partir do vetor saúde: a perspectiva do homem solvente se impõe o bastante para justificar as mudanças de opinião.

Atos/Manifestações pelos Direitos Humanos

Jornal Nacional

25 de maio de 2002. No Bloco II, 3 o jornal se anuncia explicitamente como dispositivo disciplinar, como canal para a palavra de ordem ao mencionar que a novela *O clone* recebeu homenagem especial da Academia de Medicina pela sua campanha contra as drogas. Declara, então, que a Rede Globo vem realizando *merchandise* social há várias décadas, com programas voltados a iniciativas de interesse da sociedade, sem fins comerciais. A emissora já ganhou prêmios por essa iniciativa no passado, pela exploração da realidade em meio à ficção. Exemplos: em 97 a novela *A indomada* alertava para a exploração do trabalho infantil, o que gerou no Paraná *blitz* para averiguação; com *O espigão*, de 74, e *O rei do gado*, de 96, foi central a preocupação com o meio ambiente; o alcoolismo e a ajuda dada pela sociedade Alcoólatras Anônimos também foram abordados, assim como foi a Aids em *O portador* e *Zazá* (97); a doação de sangue, o parto normal e o aleitamento materno foram incentivados em *Por amor* (97); *Explode coração*, ao abordar o movimento de mães à procura de filhos desaparecidos, incitou o encontro, por suas famílias, de 70 crianças; a luta contra o câncer, e a doação de medula, que aumentou, foram temas de *Laços de família* e *Torre de babel*, de 98, mostrou a luta do dependente químico. A novela *O clone* usou depoimentos de dependentes e ex-dependentes de droga.

Agora, isto é exemplar, porque este é o ponto em que as disciplinas, seus dispositivos, sua efetivação na palavra de ordem, encontram um máximo de eficácia: quando a disciplina se mostra como ideologia.

Jornal da Record

19 de março de 2003. “Uma série de protestos se inicia com a guerra do Iraque. Paulistanos e cariocas protestam contra a guerra”.

20 de março de 2003. “Dia de manifestações contra a guerra em Brasília. Embaixador iraquiano pede apoio e Itamarati lamenta ataques e faz apelo pela paz.”

21 de março de 2003. “Roma e Melbourne em manifestações contra a guerra. Confrontos com a polícia em manifestações no Egito e na Turquia realizadas em mesquita. Em São Francisco também houve confrontos”.

As três notícias se manifestam de forma positiva em relação aos protestos, revalidando o campo em que eles se inserem. Cabe observar que em diversos pontos os protestos foram reprimidos em nome da “ordem”, argumento que desloca as atenções dos direitos humanos para a atenção à disciplina, dividindo o campo. Sua apropriação nos mostra o ponto em que opiniões divergentes se fundam, mas também nos mostram o ponto em que as disciplinas entram em conflito e, por isso, um ponto sempre remissível a outros vieses.

Jornal da Cultura

25 de março de 2003. Logo do *Jornal da Cultura* e frase escrita “Coca-cola e produtos dos EUA estão fora de menus de restaurantes na Alemanha”.

26 de março de 2003. “Protestos cada vez maiores contra a guerra são manifestados mundo afora. Na Espanha houve agressão a parlamentares pelo apoio dado à guerra”.

Na sequência de protestos contra a guerra e na apresentação de suas formas se insere o ideal de respeito aos direitos humanos, às vezes sugerido mas na maior parte do tempo diretamente assumido pelos apresentadores do jornal.

Autorreferencialidade

Jornal da Record

12 de junho de 2002. O apresentador anuncia o programa *Passando a Limpo*.

No próximo domingo vou entrevistar o candidato do PT à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva. Vou receber também o presidente da Associação Brasileira de Agrobusiness, Roberto Rodrigues. *Passando a Limpo* vai ao ar no domingo às 11h30 aqui na Rede Record.

Nossos eixos de análise nos obrigam a ver aí algo mais que a tão praticada autorreferencialidade. Trata-se sempre de ver esses dois vetores centrais ao próprio jornal, presentes também no programa mencionado: o lugar da ordem nacional, na figura de ocupantes ou possíveis ocupantes dos lugares de poder, e o lugar da economia, na figura de empresários e seu exercício.

14 de junho. Quando, ao final do programa, acrescenta-se que o ex-presidente Sarney telefonou ao *Jornal da Record* para desmentir a afirmação de seu apoio ao PSDB, não é somente o programa, mas também sua credibilidade e veracidade que são confirmados. Também se legitimam todas as proposições do jornal em sua idoneidade.

Jornal da Cultura

20 de junho de 2002. Na autorreferencialidade das palavras de Heródoto sobre sua entrevista com o diretor da penitenciária de Presidente Bernardes, penitenciária que tem bloqueador eficiente de ligações celulares, como sempre há algo mais. Se funciona lá, por que não pode funcionar em Bangu I? A implicação da necessidade de correção sobre um tráfico de influências que contamina essa instituição é óbvia. De novo a cobrança da ordem em seu lugar.

Jornal Nacional

15 de março de 2003. Com o anúncio “Amanhã no *Fantástico* cobertura completa sobre guerra iminente”, apresenta-se a informação expandida, a promessa, por parte da rede, de entrar em minúcias dentro de um projeto de esclarecimento/educação de seu espectador.

Criminalidade/Violência*Jornal Nacional*

11 de março 2003. A notícia de que “3 PMs morreram no Rio nas últimas horas em confronto com traficantes” é imediatamente seguida pelo anúncio das medidas controladoras: “Reunião de emergência da Polícia Militar para fortificar sua atuação. Nesse momento fazem batidas em favelas”.

Jornal da Record

19 de março 2003. “No Rio a violência não dá trégua à Polícia Militar e chefe de segurança de presídio foi executado com 13 tiros de diferentes calibres. Garçonete foi ferida por bala perdida de tiroteio entre polícia e bandidos. Prédio de apartamentos foi invadido e roubado por 10 homens armados”. Com o modo pelo qual é colocada a notícia, cria-se o efeito de cúmulo, de situação limite que serve à constante demanda por disciplina, por parte do jornal e seu âncora, demanda que é uma das formas de manifestação da palavra de ordem.

Jornal da Cultura

24 de março. O apontamento do modelo de ação como causa da perseguição retorna com “O juiz Alexandre Martins de Castro Filho, de 32 anos, foi assassinado em Vila Velha no Espírito Santo. O juiz integrava grupo para desbaratar o crime organizado no Estado”. Modelo pressupõe a regra, que por sua vez pressupõe a ordem. Ao apontá-lo, o salto da primeira à segunda é automático.

Economia

Jornal Nacional

23 de maio 2002.

Indústria paulista reclama do Banco Central: a taxa de juros que não cai impede o crescimento da economia. Fiesp declara estar trabalhando com um freio de mão. Analista do Banco Central, Odair Abate, diz que a taxa é coerente com a estratégia de controle da inflação: taxa de juros estável para manter estabilidade da moeda.

Temos aí a justificativa da ação que, embora seja prejudicial a alguns setores, deve ser consensuada em nome de um valor maior, por todos aceito, na contenção da inflação, o que nada mais é que um reforço a organizações previamente assentadas como ideais.

Jornal da Record

12 de junho de 2002. Apresenta-se a notícia de que Fernando Henrique Cardoso recebeu calmante ao mercado, relatório do FMI apontou risco de contágio da Argentina. Armínio Fraga, do BC, retorna de conversações nos EUA. No Congresso, a senadora Heloisa Helena, do PT, exige explicações para a crise. Banco Mundial vai liberar empréstimo ao país. FHC elogiou decisão do Senado sobre CPMF.

Boris Casoy comenta que não há nada a comemorar com a CPMF, um imposto provisório que se tornou permanente. “Isso é uma vergonha”. Da colocação de uma dependência econômica a coordenadas mundiais (influência da Argentina), da necessidade de acordos com os EUA e da necessidade de empréstimos, tudo se orchestra como medidas de acomodação, palavras de ordem em direção à submissão a um quadro global. Em contrapartida, temos o “isto é uma vergonha”, que pontifica educativamente em outra direção, operando como palavra de ordem no resguardo dos compromissos passados, dos interesses do povo, da ordem desprendida das vicissitudes que a distorcem.

Jornal da Cultura

18 de junho de 2002. “Volume de cheques sem fundo aumenta 5% em maio em relação ao ano passado”.

As coordenadas do certo/errado estão implícitas na própria matéria. A comparação à situação passada presta-se a marcar a situação desejável, portanto, marca uma formação de enunciado que sustenta a palavra de ordem.

Esportes

Jornal Nacional

23 de maio de 2002. Os jogos entre pequenos budistas (crianças que já estão sendo treinadas para serem monges) e outras crianças japonesas, vem reforçar o conagraçamento. A ideia da Copa do Mundo como promotora de convívio amigável, ideia de maneira geral vinculada a todos os esportes, reforça a desiderabilidade do convívio das diferenças e os pontos propícios à sua realização. Johan Huizinga nos diria, em seu *Homo Ludens*, que os jogos se alçaram à categoria de esportes justamente quando se tornaram regulamentados, e sua prática, em vez de espontânea articulação de relações, ao ser institucionalizada sofre uma perda do elemento lúdico para se tornar um negócio sério, sobretudo um negócio enquanto comércio (HUIZINGA, 2001, p. 219).

Foucault certamente anotaria esse momento, no século XIX, como a tomada do esporte como quadrículo em que os dispositivos disciplinares se realizam e, no caso do esporte é tão evidente, podem penetrar os corpos, formando-os, moldando-os.

Jornal da Record

18 de março de 2003. “Parreira, o técnico da seleção brasileira, completou hoje o time que jogará na cidade do Porto um amistoso contra Portugal, cujo técnico é Scolari”. No caso, é um nós/nós que se coloca, pois o time do lado de lá, além de se tratar de Portugal (e nosso parentesco originário), tem um técnico brasileiro. Dupla confirmação do valor do futebol brasileiro e da representabilidade que se delinea com entrevistas dos jogadores, em especial a de Ronaldinho, que nos é oferecida a um jogo de identificações.

Jornal da Cultura

25 e março de 2003. “A Seleção Brasileira chega hoje a Lisboa para o jogo amistoso de domingo contra Portugal. Mesmo hoje já começou os treinos”. Tudo o que foi dito anteriormente ainda se aplica aqui, nessa continuidade da notícia de jornal a jornal. Ressaltamos, entretanto, o fato, novamente palavra de ordem em sua propriedade disciplinar, da mostra dos treinos iniciados logo após a chegada: absoluto compromisso e investimento como modelo de ação.

Estatísticas/Bem-estar/Reportagens Educativas

Jornal Nacional

20 de maio de 2002. As estatísticas merecem nossa particular atenção. Elas nos mostram os crescentes e assustadores números da contaminação por Aids na

população feminina, por outro lado ela, são sempre exercício de supervisão pormenorizada que remete a controle. Se elas nos incitam aos cuidados com a contaminação, também nos informam que a situação está sendo examinada e colocada sob a possibilidade de controle. As disciplinas também nos tranquilizam e as palavras de ordem nos oferecem um sentido de mundo.

Jornal da Record

10 de junho de 2002 em diante. Colocamos, para os três jornais, as notações climáticas sob tópico *Estatísticas/Bem Estar*. A justificativa para esta escolha é também a explicação de sua inserção como disciplina em nossas vidas. A presença, na previsão do tempo, de um mapa do Brasil que já nos dimensiona enquanto nação, a referência a órgãos como o Inpe, lugar de proveniência dos dados, tudo isso nos remete a um trabalho pelo bem estar, suposto tanto para as instituições governamentais quanto para o jornalismo que o divulga. A divulgação consiste basicamente neste comando que nos diz do clima: fora de nosso controle, mas não tanto porque podemos prever e você, telespectador, pode se precaver.

Jornal da Cultura

19 de junho de 2002. “Números assustam. 9 milhões de brasileiros admitem ter experimentado, pelo menos uma vez, drogas ilícitas. 70% dos entrevistados tomam bebidas alcoólicas e mais de 41% fumam tabaco”.

A expressão “números assustam” já diz tudo sobre a regulação em torno da condição desejável, de forma a tornar todo o segmento da composição frástica uma palavra de ordem.

Modos de Vida

Jornal da Record

14 de junho 2002. “Só numa cidade cosmopolita como São Paulo temos uma torcida portuguesa concentrada no bairro oriental justamente quando Portugal enfrenta a Coréia”. Imagens: quadro com foto do Masp (Museu de Arte Moderna de São Paulo) acompanha início da matéria na lateral superior direita; bairro da Liberdade, Consulado de Portugal; torcedores portugueses; coreanos moradores locais; cônsul de Portugal. Não tão inocente quanto parece, esta matéria nos fala da diversidade, do convívio amistoso das diferenças, de uma qualidade paulistana ao redor do que é desejável. Coloca-nos na situação modelo, transformando os paulistanos em argumento ou palavra de ordem.

Jornal da Cultura

21 de junho. De resto, a unidade nacional é reiterada quando se mostra que, mesmo no reduto alemão que é Blumenau, com seus hábitos específicos e uma tradição

preservada, dá-se preferência ao time brasileiro. Tanto isto é o que se espera, que o jornal se deu ao trabalho de desenvolver matéria sobre isso. Devemos lembrar que, em termos de palavra de ordem, a exemplaridade é estratégica e opera mostrando o louvável e o condenável.

Jornal Nacional

11 de março de 2003. “Mercado de trabalho vê crescer um outro contingente: jovens que procuram emprego enquanto estudam para ajudar no orçamento familiar. 8.000 pessoas se candidataram a 377 vagas de trabalho oferecidas em rede de supermercado”.

Quando algo da ordem de *Modo de Vida* é mostrado, mesmo que não seja o enfoque central da matéria, é sempre em termos de uma certa dinâmica no enfrentamento das contingências da vida. Grosso modo, estas atitudes são mostradas como exemplares, às vezes bastante criativas, face às vicissitudes, enaltecendo a humanidade em suas lutas e suas estratégias recomendáveis.

Notícias de Eventos: Cultura/Ciência/Personagens de Destaque

Jornal da Record

11 de junho de 2002. “Pelé já está em casa após ter sofrido choque anafilático ao fazer uma tomografia do coração. Explicações sobre o exame e sobre as reações anafiláticas”. Temos aí, ainda que a propósito de personagem famoso, a perturbação e seu retorno à ordem, com o correspondente projeto de informação sobre as condições em que uma e outra se dão.

Jornal da Cultura

17 de junho de 2002. Ao final do programa, após notícia sobre teletransporte de partículas de laser e a ressalva de que isto ainda está longe de poder ser aplicado a humanos, Heródoto comenta que “Já se disse: tudo que um homem é capaz de pensar, outro homem é capaz de inventar”. Menciona ainda o romancista Júlio Verne e quanto de sua ficção se tornou realidade. Sobre o que repousam essas afirmações senão, imbricada no nicho ciência, a ideia de uma primazia do homem sobre a natureza, da razão e da técnica como possibilidades infinitas, o que nos remete ao humanismo iluminista, projeto que coincide com a expansão dos dispositivos disciplinares, dando-lhes uma base ideológica.

Jornal Nacional

13 de março. “Primeira feira de aviões executivos na América Latina mostra o mais sofisticado dos modelos com custo de 60 milhões de dólares. Modelo brasileiro

correspondente ao que vale 4 milhões é vendido por 1/3 deste valor”. Embora inscreva-se como curiosidade, a matéria prossegue mostrando o luxo acessível a poucos e não deixa de fazer o contraponto nós/eles. No nosso caso fica implícita a capacidade técnica do brasileiro, mas também sua condição econômica e a posição comedida como recomendável.

Opiniões sobre Projetos e Efeitos

Jornal Nacional

22 de maio de 2002. “Lula declara que Brasil deve ir contra protecionismo norte-americano aos seus produtos. Se eles defendem seus interesses, o Brasil deve também fazer o mesmo”.

A simples menção a ir contra em nome dos interesses brasileiros já é de natureza disciplinar, ainda mais quando se propõe que a ação se dê em proporção aos atos protecionistas que, partindo de outros, nos afetam.

Jornal da Record

17 de março de 2003. “O Presidente Lula defendeu hoje a intervenção da ONU na crise entre EUA e Iraque, reforçando a importância da ONU nas relações diplomáticas”.

As opiniões têm uma condição sempre esquecida porque são pensadas como escolhas quando na realidade elas nos remetem às concepções de mundo, e seus valores, previamente dispostos e que organizam nossas ações. Ao serem emitidas não deixam de revalidar esse campo donde elas se permitiram alçar e operar como palavra de ordem, insuflando outros à adesão.

Jornal da Cultura

24 de março de 2003. “Conversa por telefone com o governador do Espírito Santo Paulo, Hartung, PSB. Este comenta que considera o assassinato do juiz uma reação de intimidação das forças-tarefas de combate ao crime no Estado”.

“O Presidente da OAB diz que crime organizado está implantando república do medo. A OAB do Rio de Janeiro pediu proteção aos que combatem o crime organizado”. “O Presidente Lula afirma que ganharemos a guerra do crime organizado e do narcotráfico no Brasil”.

As observações anteriores aplicam-se perfeitamente bem a esta série de matérias num mesmo dia: a opinião como reforço a uma tomada prévia de posição e como direcionamento de conduta, tanto mais quanto maior for a credibilidade de quem a emite.

Política

Jornal Nacional

20 de maio de 2002. “Diretório do PPS em Alagoas não vai fazer acordo com oposição. Sua aliança à oposição se restringe às candidaturas para Deputado Estadual e Federal. Sem imagens”.

Mesmo numa notícia simples como esta embutem-se conceitos que presidem as alianças políticas, como a manutenção de uma certa coerência partidária. Ao mesmo tempo, exaltam-se, pela sua tomada de posição, as alianças eventuais que visam conveniências circunstâncias, uma espécie de fins justificando os meios.

Jornal da Record

17 de março de 2003. “Bush desiste de aprovação e promete dar um ultimato. A ordem de retirada dos representantes da ONU do Iraque sinaliza a guerra iminente. Presidentes de diversos países se manifestam contra o ataque”. “Bush vai falar aos americanos e ao mundo hoje às 10 da noite. Planeja dar ultimato a Saddam Hussein e família para que deixem o Iraque, condição para se evitar a guerra. Exércitos americanos já reunidos ao sul do Iraque”. “Antes do ultimato o governo iraquiano já anunciou sua resposta: prometeu ficar e lutar. Há movimentação de tropas em Bagdá e ao norte do Iraque êxodo já começou. Irã e Iraque trocam prisioneiros de guerra, que voltam para enfrentar nova guerra”. “Tony Blair, primeiro ministro da Grã Bretanha, sofre golpe político: líder do parlamento renuncia por não apoiar o ataque”.

Este outro conjunto de matérias clama pela ordem, por uma normatização que está prestes a ser rompida, pelo bem comum que está sendo desconsiderado. Esta posição é selada com as palavras de Boris comentando que os EUA estariam firmando sua posição numa região que detém as maiores reservas de petróleo. Aqueles que se manifestam contra a guerra na verdade estão preocupados com sua influência posterior na região. “Interesse, apenas interesse, é o fator que preside as relações internacionais com ênfase nos países supostamente civilizados”.

Jornal da Cultura

24 de março de 2003. “Guerra contra o Iraque deixa a Europa rachada e pode complicar relações entre países. O embaixador alemão no Brasil opina sobre as dificuldades na questão de reconstrução do Iraque. Depoimento do embaixador francês”.

26 de março de 2003. “Reportagem de Lúcia Guimarães sobre ida de Tony Blair aos EUA. Blair comenta a possível atitude nefasta da formação de uma frente europeia para neutralizar papel dos EUA”.

Na continuidade das matérias sobre os entraves políticos começamos a ver uma outra linha sendo delineada e superpondo-se às demandas pela legalidade das ações americanas. Trata-se agora de uma *colonização do futuro* pela apresentação de uma ameaça maior à paz mundial, caso se persista na atitude de enfrentamento aos EUA. Esta proposta vai em direção à legitimação das ações pelo silêncio diante dos fatos e, se não torna a pedir a ordem em nome dos direitos humanos, passa a pedir a ordem em nome de um poder estabelecido.

Visibilidades

Do ponto de vista estrutural, ao explorarmos o jornalismo televisivo como nos propusemos, não necessitamos ir muito além para mostrar sua operação de quadriculamento e a execução de palavras de ordem. Basta considerar o modo como estes programas começam, as frases proferidas pelos âncoras. A ocorrência em que esta situação mais se explicita é, naturalmente, o modo como o apresentador Boris Casoy se dirige ao espectador: “Boa noite. Este é o *Jornal da Record* e estas são as principais notícias do dia”. Às vezes esta introdução é reforçada com uma finalização no enunciado “Este foi o *Jornal da Record* e estas foram as principais notícias do dia”, seguido da repetição das chamadas iniciais.

Tanto o “Olá! Boa Noite”, proferido por Heródoto Barbeiro do *Jornal da Cultura*, às vezes seguido de um “Você está com o *Jornal da Cultura* para saber que...”, quanto o “Você vai ver na Rede Globo”, com a imediata sucessão de chamadas, permitem-nos uma leitura que sustenta nossos pressupostos. O campo do veículo e do programa, firmado como lugar de autoridade para o repasse de informações, leia-se para a realização de um tipo de comunicação, fica de antemão posto como autoridade por estes enunciados. Ao se colocar assim, suas imediatas palavras, a saber, a das chamadas, remete ao conjunto geral em que esse campo se inscreve, remete à organização do campo social.

Na verdade, “estas são as notícias mais importantes do dia” ou “você vai ver” ou a direta sucessão de chamadas, no contexto de um jornal, anunciam muito mais que as notícias. Anunciam que aquilo que será mencionado, os tópicos sob os quais recaem as notícias, são eles não só o aspecto relevante do quadro social, mas extratos últimos deste quadro que impelem a uma certa obrigatoriedade em termos de atenção e informação.

Tais tópicos, ou quadrículos, compõem o quadriculado do espaço público, do que é de interesse da comunidade e, portanto, está condicionado a um olhar e debate constante por parte desta. São campos de visibilidade: enunciados do visível. Compõem também os espaços em que as palavras de ordem encontram sua entrada: enunciados dos modos de viver o visível. Estes tópicos anunciados são a essência do jornalismo enquanto campo que reflete e respalda uma divisão do campo social em pontos estratégicos de atuação, de administração do próprio campo.

Referências

- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo, Editora 34, 1998a.
- DELEUZE, G. *Différence et répétition*. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo, Brasiliense, 1998b.
- DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. São Paulo, Perspectiva, 1998c.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 2. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995b.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 3. Rio de Janeiro, Editora 34, 1996.
- DERRIDA, J. *A escritura e a diferença*. São Paulo, Perspectiva, 1995.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 1966.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. Vol. I. *A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1997a.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. Vol. II *O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Graal, 1997b.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. Vol. III *O cuidado de si*. Rio de Janeiro, Graal, 1999a.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 2001.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1999b.
- GOMES, M. R. *Poder no jornalismo*. São Paulo, Edusp/Hacker, 2003.
- HUIZINGA, J. *Homo ludens*. São Paulo, Perspectiva, 2001.

PARTE II

NARRATIVAS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

CAPÍTULO 4

VALOR DA OPINIÃO EM TEMPOS DE DIREITOS HUMANOS⁶

É frequente a presença de Aristóteles, em diferentes disciplinas, quando se procura a introdução de conceitos básicos. Nossos alunos sempre comentam e indagam sobre essa constante menção. Claro que as respostas podem ser várias, conforme o enfoque dado. No caso presente, e já se vê que também aqui Aristóteles se insinua, diríamos que a colocação de conceitos, às vezes em oposição ao pensamento de nosso tempo, quando cruzados e examinados à luz de pressupostos atuais, pode suscitar questionamentos enriquecedores.

No Livro III de *Ética a Nicômacos*, examina-se o que pode, ou não, ser considerado ato voluntário. Para a ética, enquanto notação do bom ou do mau, esta distinção é básica, pois remete à responsabilidade, condição para que qualificações possam ser colocadas e julgamentos, sobre os homens e suas ações, possam ser proferidos. Uma vez que responsabilidade implica envolvimento e assunção, que, por sua vez, implicam atos na realidade da vida, as noções de escolha e opinião são introduzidas em extensão ao exame do ato voluntário.

É dito, então, que a escolha, tomada que leva a atribuições éticas, não deve ser identificada ao desejo, à paixão, às aspirações e às opiniões. Em relação ao desejo e à paixão pesam processos instintuais, que podem ser compartilhados com os outros animais por não implicarem um exercício da razão: a ponderação suposta na escolha. Quanto às aspirações, nelas é a visada de fins que está em questão, visada que não implica necessariamente a assunção de meios adequados e, muitas vezes, diz respeito a objetos que não estão ao nosso alcance, sobre os quais, portanto, não temos poder de escolha. O mesmo critério, a saber, do que não está ao nosso alcance, é aplicado à questão da opinião.

⁶ Texto originalmente publicado na *Revista FAMECOS, mídia, cultura e tecnologia* da Faculdade de Comunicação Social da PUC/RS, ISSN 1415-0549, n. 30, p.91-98. Porto Alegre, EDIPUCRS, agosto de 2006.

Também por esta razão a escolha não pode ser opinião, pois se pensa que a opinião se relaciona com todas as espécies de coisas, e não menos com as coisas eternas e impossíveis do que com as coisas ao nosso alcance; a opinião se distingue por sua falsidade ou verdade, e não por sua maldade ou bondade, ao passo que a escolha se distingue mais por estas últimas características (ARISTÓTELES, 2001, p. 53).

No caso da primeira afirmativa, opinião não é escolha porque pode incidir sobre coisas fora de nosso alcance, portanto fora de nossa atuação, ainda que opinião possa ser o produto de uma reflexão. No caso da segunda, os predicados bom e mau estão em situação de impedimento porque, na opinião, não se configura uma ação efetivamente realizada. Trata-se do vetor ação efetiva como critério básico ao credenciamento de um ato.

Algumas dimensões nos espreitam nessas colocações. Vê-se que nos dois casos, portanto por duas vezes, o referencial é o enunciado. A opinião, podendo ser simplesmente a palavra emitida, é tomada por seu conteúdo, que nada nos diz de ações efetivas ou mesmo da possibilidade destas. Por outro lado, ela vale enquanto verdadeira ou falsa na relação de seu conteúdo com uma realidade constituída, e novamente se desqualifica como ação. A enunciação, valor *per se* em nossa contemporaneidade, é deixada de lado nesses tempos ancestrais. Seria, contudo, errôneo atribuir, aos pensadores da antiguidade clássica, a ingenuidade de subestimar o poder da fala e dos discursos.

Não foram necessários os estudos de Austin e Searle, sobre atos de fala, para mostrar a efetividade deste poder, a fala como ato, como realização por seus efeitos. Tampouco a compreensão da interdição de fala, apontada por Peter Burke, às mulheres, crianças e escravos, em ordem decrescente, é ignorada. Da mesma forma, não foram ignorados no passado os processos de interdição de fala, externos ao discurso, que operam no sentido de cristalização do poder. Como nos ensinou Foucault, tanto tabu de objeto (assunto sobre o qual não se fala), quanto ritual de circunstância (o que não pode ser falado em determinados momentos e lugares) e direito de quem fala (autoridades com privilégio de manifestação), são processos que nos acompanham desde sempre e atestam a compreensão da fala como um ato com seus efeitos de poder cujas relações "(...) não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso" (FOUCAULT, 2001, p. 179).

Afinal, dos Sofistas à *Retórica* do próprio Aristóteles está em questão uma apropriação conveniente da fala, visando efeitos específicos. Ora, acabamos de examinar, em Aristóteles, duas afirmações completamente estrangeiras à nossa contemporaneidade e que parecem distanciar-se da compreensão da fala como ato. A primeira reside na consideração de que uma opinião não é uma escolha, quando para nós opinião é sinônimo, ou porta voz, de uma escolha. A segunda se instala na

associação da opinião às atribuições verdadeiro ou falso, fato que para nós se torna secundário face ao privilégio dado à pura manifestação.

Na disjunção entre opinião e escolha, o centramento no enunciado deixa de lado algo bastante característico de nosso mundo. Em nossa contemporaneidade, há um reforço à enunciação: a *expressão* de uma opinião é valorizada, independentemente do teor da própria opinião, ou do conteúdo que um enunciado contém. Seu valor intrínseco se adianta ao da veracidade ou falsidade. Nosso tempo respondeu, às estratégias de contenção dos discursos, às estratégias que asseguram um certo compasso aos descompassos das assimetrias de poder, com outra estratégia que se ancora na afirmação do direito de livre expressão, do direito de livre manifestação de opinião. Respondeu à expressão da opinião, à sua enunciação como boa *de princípio*, portanto, como má se estiver em contrariedade ao princípio de livre expressão. Respondeu sem por em causa os conteúdos, descartando as atribuições de falso ou verdadeiro, no que concerne a este campo.

Esta posição é bastante clara se examinarmos alguns vetores normativos. É o caso da Declaração Universal de Direitos Humanos que, em seu Artigo 19, prescreve:

Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

Também é o caso do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros em seu Art. 10º: “O jornalista não pode: c) Frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate”. Contudo, se retornarmos à colocação aristotélica de que à opinião se aplicam os atributos verdadeiro ou falso, em oposição aos de bom ou mau, outra ilação deve ser considerada pois, para que se atribua a um dito a verdade ou a falsidade, é necessário um referencial específico, é necessária uma anterior disposição da verdade. Nesse caso, como gostaríamos de mostrar, Aristóteles, embora em dissonância com vetores valorativos, talvez esteja em maior consonância à reflexão teórica de nossos tempos do que imaginamos. No exame da manifestação da livre expressão da opinião, da primazia da enunciação sobre o enunciado, nos espaços em que ela assume um papel crucial, como no caso das mídias em geral, da televisão pela extensão da audiência, e do jornalismo pela sua função informativa, algumas observações de Pierre Bourdieu podem nos orientar.

Claro que a opinião é manifesta de forma implícita em toda seleção de assuntos, no modo como uma matéria é desenvolvida e na criação, eleição, de um evento como prioridade, propriedade inerente ao jornalismo. Quando explícita, a opinião relaciona-se a matérias centradas em entrevistas, ao depoimento coletado entre transeuntes, ao testemunho de especialistas, à manifestação dos âncoras. No entanto, Bourdieu nos aponta um processo incontestado de homogeneização que se

deve, primeiramente, ao uso constante das mesmas fontes, sejam estas em referência a agências internacionais, sejam em referências a um grupo de intelectuais, ou *experts*, sempre chamados a pontificar sobre os fatos.

Sob outro aspecto, ressalta-se o fato de que dois princípios de legitimação norteiam o jornalismo: o reconhecimento pelos pares e o reconhecimento pela maioria (BOURDIEU, 1997, p. 105). O reconhecimento pelos pares leva o jornalismo a uma observação constante de sua própria produção, a fidelidade a princípios internos, a uma legitimação pelos próprios profissionais. O reconhecimento pela maioria está diretamente atrelado aos índices de audiência que, como sabemos, constituem a marcação pela qual se valida a permanência ou extinção não só de um assunto, mas do próprio programa. Acresce-se aí a dimensão da difusão que leva à adoção de temas e abordagens acessíveis a uma gama ampla de espectadores de modo a conformar a informação. “Quanto mais um jornal estende sua difusão, mais caminha para assuntos-ônibus que não levantam problemas. Constrói-se o objeto de acordo com as categorias de percepção do receptor” (BOURDIEU, 1997, p. 63). A concorrência e a lógica do furo se colocam como elementos que, ao contrário da diversidade suposta, trabalham no viés da homogeneidade. Isto porque fomentam o espírito “se tal veículo divulgou, não podemos ficar atrás e deixar de divulgar”.

A concorrência entre os jornais, a concorrência entre os jornais e a televisão, a concorrência entre as televisões toma a forma de uma concorrência pelo furo, para ser o primeiro. (...) Em suma, há objetos que são impostos aos telespectadores porque são impostos pela concorrência com outros produtores. Essa espécie de pressão cruzada que os jornalistas exercem uns sobre os outros é geradora de toda uma série de conseqüências que se retraduzem por escolhas, por ausências e presenças (BOURDIEU, 1997, p. 38/39).

Assim, processos, alguns puramente mercadológicos, vêm mostrar, como observamos com as notações de Bourdieu, que algo que sustenta o ideário da livre expressão de opinião, ou da expressão por ela própria, a saber, a diversidade salutar, neutraliza-se na homogeneização. Um dado que nos pode auxiliar nesta exploração é a observação das *fontes*, porque seu número se relaciona tanto à meta de apuração dos fatos quanto à meta de diversidade de opiniões, elementos do ideário jornalístico e do direito à informação postulado pela luta por direitos humanos. Tomaremos como caso modelo fatos não tão distantes que os tenhamos esquecidos e não tão próximos que estejamos tomados pela paixão. Em março de 2004 as mídias se mobilizaram em torno da CPI dos bingos e a eclosão do escândalo Waldomiro Diniz, eclosão que tomou conta dos noticiários em geral e, portanto, se inscreve como caso privilegiado.

Na observação das emissões durante a primeira semana de março de 2004, constatamos que, dentre as 20 matérias que o *Jornal Nacional* dedica ao governo, 10

estão relacionadas ao caso Waldomiro, 2 veiculadas em quinto bloco de notícias, 4 em quarto, 2 em terceiro e 2 em primeiro. Notemos que o caso está em primeiro plano, somente na terça-feira. Das 21 matérias que o *Jornal da Record* veiculou sobre o governo, 15 estão diretamente relacionadas ao caso, 10 em segundo bloco, 4 no primeiro bloco do dia 1^a de março e 1 no terceiro do mesmo dia. Dentre as 19 matérias que o *Jornal da Cultura* dedicou ao tema 14 relacionam-se ao caso Waldomiro, 1 em quinto bloco, 1 em terceiro bloco, 2 em segundo e 10 distribuídas pelos primeiros blocos de todos os dias da semana.

Certamente esse quadro denota a atenção dedicada ao caso, pelo *Jornal da Cultura*. Nas emissões do *Jornal Nacional*, enquanto os outros dois veículos se voltavam para a cobertura dos eventos relacionados ao caso Waldomiro, procurou-se, nas matérias relacionadas ao Governo, um centramento em suas propostas ligadas ao incentivo à construção civil e à dotação de verba para a recuperação de rodovias e ferrovias. Quanto a este último assunto, até desenvolveu uma extensa reportagem sobre a importância das vias de comunicação para o escoamento e exportação dos diversificados produtos brasileiros.

Em contrapartida, o *Jornal da Cultura* trouxe uma reportagem, com direito ao depoimento de várias personagens implicadas, sobre a origem da fita incriminadora que foi parar na redação da revista *Época*. A narração dos fatos coube ao repórter Andrei Meirelles que encabeçou a matéria da *Época*. Segundo ele, o senador Antero Paes de Barros, relator da CPI dos bancos dos Estados, costuma receber denúncias. A fita foi parar em suas mãos e ele não reconheceu as pessoas envolvidas. Acostumado a passar informações para o repórter Andrei Meirelles, entregou-lhe a fita dizendo que parecia haver corrupção ali, mas não sabia de que teor. O repórter identificou as pessoas e levou a fita a perito da Unicamp para averiguar sua autenticidade. Somente três dias depois o senador foi informado de que Waldomiro Diniz tentava acordos com o bicheiro Carlinhos Cachoeira. Só esta reportagem envolveu o testemunho e a opinião de diversas pessoas, inclusive a dos âncoras do *Jornal da Cultura*, o que indica uma abertura para livre expressão que arrolamos como diversidade de fontes.

Não bastasse este fato, a opinião, na forma de entrevistas, é bastante explorada. Assim, na segunda-feira, Heródoto fala com o deputado do PT, Cândido Vaccarezza, que é a favor da regulamentação dos bingos, regulamentação que eliminaria a questão da lavagem de dinheiro. Na terça-feira, Heródoto entrevista Luiz Fernando Delazari que dá testemunho de ligação do bingo com a máfia italiana e com a lavagem de dinheiro. Este é a favor da cessação das atividades e aprova a MP da proibição dos bingos. Na quarta-feira, Heródoto entrevista o senador Jorge Bornhausen; este afirma que a polícia não teve a agilidade necessária e reforça a necessidade de uma CPI. Na quinta-feira, é veiculada entrevista com o jornalista Cláudio Tognolli, especialista em sigilos e vazamentos, que manifesta a opinião de

que há um exagerado uso do segredo na justiça brasileira. Na sexta-feira, Heródoto entrevista o senador Eduardo Suplicy. Este se diz a favor da CPI para esclarecer o caso e até inocentar José Dirceu. Lembrou que Lula prometia que qualquer um dos seus ministros compareceria para esclarecimentos, que é o que tem acontecido, e este procedimento também deveria aplicar-se a Dirceu.

Esta amostra é suficiente para expor um desenho constituído por diversas posições políticas e, conseqüentemente, diversos enfoques para o caso explorado. A ela somam-se as notações de pesquisas de opinião pública, outra forma de explorarmos a diversidade de vozes que podem ser arroladas como manifestação de livre expressão, leia-se, de opinião.

Claro que as matérias voltadas para entrevistas não encerram a questão, pois todas as outras são pontilhadas por entrevistas na forma de pequenos depoimentos, em que políticos e pessoas do povo se manifestam. Mas, aqui pudemos nos surpreender com o fato de que tanto o *Jornal da Record* quanto o *Jornal da Cultura* abriram espaço onde compareceram testemunhos dos mais variados setores: da situação e da oposição, dos envolvidos com empresas lotéricas e dos envolvidos com as personagens centrais ao caso, enquanto o *Jornal Nacional* concentrou-se nos depoimentos de figuras do governo, dando assim maior ênfase às argumentações advindas do lugar que estava sendo posto em xeque.

No entanto, ressaltam-se, nestes noticiários, duas ocorrências. Primeiramente, há um elenco de posições que se configuram, antes de mais nada, como políticas, de modo a delinear um quadro constante de defensores e opositores, em relação a uma possível CPI. Neste ponto, surge a homogeneidade da posição que defende CPIs, ainda que as opiniões expressas o sejam por personagens que, em seus cargos políticos, estavam trabalhando, naquele momento, para barrá-las. Ponto para Bourdieu, em relação à homogeneização; ponto para Aristóteles, em relação ao estatuto de verdadeiro e falso da opinião, nesse caso pensada como contrapartida às escolhas vistas pelos atos efetivos.

Por outro lado, e em segundo lugar, se voltarmos às colocações aristotélicas, enfocando precisamente a questão da não atribuição de verdade ou falsidade à opinião, uma outra perspectiva atravessa nossas reflexões.

Entende-se que é possível dizer que algo é verdadeiro ou falso, tanto em relação a um ato quanto a um não-ato (caso consideremos, como exercício limítrofe, a opinião como não ato). Tanto num caso como em outro, estará em questão um substrato dito verdadeiro para um tempo em lugar. Foucault nos diria que a vontade de verdade produz o verdadeiro a ser considerado e tende a fazer rasura de toda manifestação não adequada. Trata-se de ver aqui uma verdade que se sustenta num verdadeiro como construção e, portanto, sempre instável. A opinião verdadeira é, assim, aquela em concordância com o apontamento da verdade sempre relativa

às circunstâncias de seu tempo. A esta questão, Foucault respondeu, muito apropriadamente, que Mendel dizia a verdade, mas não estava no verdadeiro de sua época (FOUCAULT, 1996, p. 35).

A condição pela qual se pode atribuir verdade ou falsidade a uma opinião é a existência de um substrato, de um tecido de base a partir do qual, em adequação ao qual fazemos avaliações. Em relação à enunciação, por exemplo, ato valorizado como expressão de opinião, certamente este fato se faz notório: a verdade da opinião consiste em que, para nós, para nossa vontade de verdade, ela é vista, qualquer que seja seu teor, como um valor intrínseco, como materialização da possibilidade de verdade. A partir do século XVIII, século de grandes reformas e reformadores, aposta-se na opinião como um valor em si, conferindo-lhe grande autoridade. A opinião é pensada como instância que, ao invés de reforçar restrições e punições, traria a boa conduta pelo olhar incidente, por uma transparência por ela desvelada. Um escrutínio a acompanharia, barrando transgressões pela projeção da visibilidade em que as pessoas estariam mergulhadas. O poder da opinião, invocado aí, reside no fato de que as coisas seriam imediatamente sabidas e, portanto, imediatamente fora de uma zona de sombra: iluminadas por um olhar coletivo, constituídas num campo translúcido.

Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 1999, p. 166).

Para Foucault, o investimento dos reformadores no papel da opinião revelada, suposta como reatualização do contrato social, não passa de ilusão. A natureza de tal ilusão reside num desconhecimento dos processos midiáticos, dos interesses econômicos e políticos que os comandam de forma a gerar processos de homogeneização, como os anteriormente mencionados. “No fundo, foi o jornalismo – invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda esta política do olhar” (FOUCAULT, 2001, p. 224). Se o jornalismo a denuncia como utópica é por mostrar sua ineficácia enquanto projeto de iluminação, projeto que se realizaria pela manifestação das opiniões. E ele o faz justamente por operar com a lógica do furo, o julgamento dos pares e o julgamento da maioria, uma vez que, nas três instâncias, o vetor econômico é determinante das *escolhas* de opinião e a homogeneização é seu efeito imediato.

Mas, em relação ao julgamento da maioria, entra-se numa outra composição que, para além do vetor econômico, nos traz de novo às visibilidades e nos remete às propostas de um rastreamento constante que, se no jornalismo funcionam como sinalização para lucros, grosso modo pode ser vista como ponto disciplinar. Afinal,

o que são as pesquisas de opinião, e as táticas assumidas a partir delas, tanto pelo jornalismo quanto pela publicidade, quanto pelos programas de entretenimento em geral, senão um retorno sobre si mesmo da verdade produzida pela vontade de verdade, um retorno que permite controle do verdadeiro de uma época?

De volta ao substrato, vontade de verdade que delinea modos de vida, anotemos que Deleuze o chamava de estratificações: as camadas constituintes dos saberes e poderes de uma época e seu lugar. Estendendo tal conceito ao limite, explorando as implicações de uma estratificação, encontra um sujeito que adquire sua consistência internalizando o quadro dado por estas camadas. “O sujeito é sempre uma derivada. Ele nasce e se esvai na espessura do que se diz, do que se vê” (DELEUZE, 1998, p. 134). Da mesma forma, a opinião se forma nessa espessura da realidade ou verdade constituída. É assim que, nas diversas posições examinadas estão as falas que se alinham com as possíveis verdades contempladas numa estratificação. Tal desenho compõe um quadro de posições cujo correlato específico são as identificações, ou seja, o lugar social onde nos vemos por encontrarmos um traço comum, um laço que nos una e nos constitua como sujeitos de uma forma específica de pensar. Mais que isso, como sujeitos que encontram sua identidade num grupo definido por ideias partilhadas, num “time”.

Contudo, se dissemos que cada um desses *topoi* encontra sua legitimidade no estrato constituído, e devemos conceder que tal quadro não é estável e perene, assim como não dá conta, de uma vez por todas, de todas as contas a serem contabilizadas, uma outra consideração se introduz nessas reflexões. Trata-se do fato de que as estratificações se ordenam em torno de eixos a funcionar como arquétipos, eixos a partir dos quais se irradiam todas as concepções de verdade num quadro coerente.

Desde algum tempo, tem sido comentada uma mudança, a partir do século XX, no peso dado a estes eixos, mudança que se traduz pela superposição de um eixo a outro. Grosso modo, esta circunstância se mostra como a substituição de uma moral do dever por uma moral do bem estar. A entidade que rege as identificações, no ponto em que estas se realizam a partir de um ideal de eu que se constrói, para além das articulações individuais, a partir da lei internalizada representada por um super eu que nos cobra meios e modos, tal entidade sofreu uma mutação.

Onde se liam, na moral do dever, comandos restritivos materializados em proibições e interdições, hoje leem-se comandos de auto realização, auto satisfação. Ora, a quebra de eixos, como nunca faz rasura do que o antecede, não deixa de colocar posições antinômicas em que veremos algo da proibição no seio da liberação. É por isso que Gilles Lipovetsky nos aponta duas tendências a moldar nossas sociedades (ou estratificações): uma que privilegia prazeres imediatos a partir do individualismo, outra que preconiza uma “gestão racional do tempo e do corpo em busca da de qualidade de vida”.

De fato, a cultura da felicidade não se concebe sem todo um arsenal de normas, de informações técnicas e científicas capazes de estimular um trabalho permanente de autocontrole e de vigilância de si próprio: depois do imperativo categórico, o imperativo narcísico incessantemente glorificado pela cultura higiênica e desportiva, estética e dietética (LIPOVETSKY, 1994, p. 64).

Se retornarmos às nossas explorações, que procuram encontrar no jornalismo televisivo a ocorrência destes princípios, mesmo no interior de uma pequena amostragem em relação ao caso modelo por nós examinados, os eixos que coordenam nossos quadros culturais e se sobrepõem às identificações grupais aparecem com nitidez. Para tanto, notemos que nas entrevistas, e aqui não recorreremos a uma descrição exaustiva, somente uma se coloca na confirmação da atitude do Ministro Márcio Thomas Bastos de fechamento dos bingos. Mais ainda, esta opinião emitida não se coloca em apoio à medida provisória em sua funcionalidade política. Ao contrário, ela visa exclusivamente o princípio de uma moral rígida implicada pelo dever: os bingos devem ser definitivamente fechados porque, de qualquer ângulo que os olhemos, eles representam uma ameaça social.

Todas as outras manifestações de opinião rebatem sobre uma fruição administrada fazendo a combinatória antinômica da livre atuação aliada à normatização de seu exercício. As opiniões diversificadas, ainda que lhes concedamos um valor em relação à prática democrática, em relação a ameaças totalitárias, em relação a tendências unificadoras, são sempre um rebatimento sobre posições constituídas e campos de antemão instalados.

Aristóteles, apesar de sua fé no bom senso, que faz pano de fundo à opinião, possivelmente pensava um quadro similar ao que foi aqui exposto, fato que lhe permitiu pensar opinião como indiferente ao bem ou ao mal e estrangeira a uma escolha efetiva, não só por sua assimetria às ações como também por sua simetria a campos já constituídos. Não é de todo absurdo pensarmos que ele diria, a propósito de nosso ideário, que assim como a visibilidade a opinião pode ser uma armadilha.

Referências

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Brasília, UnB, 2001.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão. A influência do jornalismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo, Editora 34, 1998.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 2. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995b.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. Vol. I. *A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1997.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 2001.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1999.

LIPOVETSKY, G. *O crepúsculo do dever. A ética indolor dos novos tempos democráticos*. Lisboa, Dom Quixote, 1994.

CAPÍTULO 5

A COMUNICAÇÃO: ENTRE ADESTRAMENTO E LIBERDADE⁷

O conceito de liberdade tem sido evocado, ao longo da história do pensamento, como eixo de orientação para as propostas de reflexão sobre ética. Com o advento do projeto iluminista, ele se firma enquanto exercício necessário a um *ethos* que contemple o humano, em sua dignidade a ser preservada. Na verdade, deste ponto de vista, a liberdade tem sido considerada uma condição até para que os indivíduos possam, ou não, serem qualificados como seres éticos. Sabemos que tal qualificação tem como horizonte o conjunto de valores que norteia um grupo social. Neste caso, devemos conceder que, mesmo com a liberdade de escolha, há um entorno social que, pairando sobre um indivíduo em seu tempo e lugar, opera coercitivamente, ou seja, não deixa de tolher a liberdade.

Ao conjunto de valores, que mencionamos, estão associadas as normas consolidadas que se firmam em diversas formações discursivas, compreendendo códigos, declarações etc. Ocorre que, em nossos tempos, o conjunto de valores que alimenta o ideário ocidental e aponta para coordenadas de conduta, ou seja, uma ética a ser observada, tem sido dimensionado pelas colocações da Declaração Universal de Direitos Humanos. Ora, esta, em suas duas considerações iniciais, já coloca a liberdade a ser preservada como um ideal pressuposto ao conjunto da declaração, como podemos ver pelo excerto:

CONSIDERANDO que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

CONSIDERANDO que o desprezo e o desrespeito aos direitos do homem resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade,

⁷ Texto originalmente publicado na *Revista Verso e Reverso*, Revista da Comunicação, da Universidade do Vale dos Sinos, Unisinos. Revista digital, ISSN 1806-6925. Ano XXIII, número 53, edição 2, artigo 1, agosto de 2009.

e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade.

Contudo, apesar da sequência de artigos em que o valor da liberdade será reforçado, a própria Declaração enuncia limites, ao colocar em seu artigo 2, parágrafo 1, que: “Todo o homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”.

A menção a “estabelecidos nesta declaração” dimensiona duas facetas, em relação a limites e coerções, de uma das questões constantemente reiteradas nas reflexões sobre ética. Por um lado, ela alude ao fato de que há sempre um discurso, temporal e espacialmente determinado, a ditar as regras de conduta desejáveis, discurso que desenha, portanto, a liberdade possível. Por outro, ela implica que o respeito à liberdade se faz com a criação de normas que a garantam e com a formação, via educação, que promova a assimilação de tais normas. No bojo destas duas perspectivas emerge a grande questão: há, então, níveis de liberdade? E, nesse caso, ainda podemos chamar de liberdade essa que só se coloca como controlada?

Esta questão preside obras díspares. Perpassa a de pensadores clássicos, como Hobbes e Rousseau, e persiste em nossos dias, por exemplo, nas interrogações de Gilles Lipovetsky, entre outros. No entanto, para que esta questão se tenha feito presente na diversidade de distintas posições epistemológicas é necessário que estes pensadores tenham algo em comum. Pois bem, é constatável que eles se irmanam pela reflexão sobre os modos de organização social, sobre o “contrato social” ou os modos que, se por um lado nos afastam da barbárie, por outro implicam uma abdicação de liberdades individuais em prol do bem estar da coletividade. Afinal, trata-se de uma contenção da liberdade a ocorrência diretrizes que a impedem de ultrapassar a igual liberdade do outro.

Se qualquer organização não se realiza sem normas, temos que registrar um princípio de restrição subjacente, condição para que a própria organização se mantenha e funcione face a seus objetivos. Da mesma forma, devemos anotar, na Declaração Universal de Direitos Humanos, a presença de determinações restritivas que a conduzem. Sobre as determinações, que implicam estratégias visando o efeito de contenção, versam, e nos orientam, os escritos de Michel Foucault. Grande parte de sua obra é dedicada ao rastreamento da origem, aplicação e efeito destas estratégias, relacionadas a alguma específica configuração de poder, correlatas a disposições técnicas, a tomadas cognoscitivas e, portanto, a uma ordem social idealizada. Seus estudos anotam uma transformação na natureza destas estratégias. Trata-se de um progressivo abandono dos processos de “ocultação” em prol do que ele chamou “princípio da visibilidade”.

Até, grosso modo, o século XVII, foram predominantes estratégias de contenção que retiravam o infrator, ou o indesejável, do campo do olhar de uma comunidade. A morte, porque irreduzível, é uma forma radical de abstração ao olhar. Têm o mesmo efeito, de retirada do campo de visão, o banimento e a clausura. No decorrer da história, sucedem estratégias organizadas em torno do movimento oposto. Em vez de invisibilidade, exerce-se, progressivamente, o exame minucioso e o cadastramento das ocorrências. Este visa alimentar com dados concretos um saber instrumental para aqueles que construirão um conhecimento mais refinado da população e suas manifestações.

Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 1999, p. 166).

Contudo, a tônica dos processos de visibilidade, que hoje em dia nos acometem constantemente, das câmeras nos elevadores àquelas de supervisão do tráfego, é a proliferação de medidas que, ao fazerem uso deste aparato tecnológico de supervisão, se configuram como dispositivos disciplinares. Com o saber e a vigilância, constituídos pela visibilidade, antes da punição é preciso pensar na educação, e esta se torna tanto mais efetiva quanto a vigilância é suposta como constante. Nesse momento, as coordenadas do agir são internalizadas e entram em automatismo; o agir passa a funcionar em consonância à vigilância, pela eliminação, em si mesmo, do motivo que a impele. É esse o ideal disciplinar. “As “Luzes” que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas” (FOUCAULT, 1999, p. 183).

Por um lado, com os dispositivos disciplinares, tem-se maior eficácia na formação de sujeitos funcionais e, ao mesmo tempo, na preservação de direitos e liberdades, porque eles, como medidas educativas, reforçam valores e têm papel central na formação dos indivíduos para a vida em sociedade. Por outro, as câmeras nos rondam com o pesadelo de 1984, com a possibilidade do Big Brother que tudo vê e, detendo poder, justamente por conta desta visão abrangente, se adianta aos atos, reprime como prevenção, elimina toda contradição e contraposição. A formação sempre pode transmutar-se em formatação. Se as câmeras, por sua natureza, estão mais fisicamente ligadas ao princípio da visibilidade e, ao se mostrarem, mostram os dispositivos disciplinares, no entanto elas não são os únicos elementos a operarem como tal.

Talvez, mais forte que elas, por não aparecerem com esse contorno, sejam os discursos que nos contam, e assim nos ensinam, como funcionam as organizações, seja do Estado constituído, das instituições governamentais ou de empresas privadas. As comunicações, em seus diversos suportes, operam disciplinarmente, sempre

apontando o desejável, ou os modos valorizados, pela recriminação do que deve ficar fora da cena. A título de exploração mais concreta, citamos o trabalho de Eliane Freire de Oliveira, a dissertação de mestrado “Discurso autoritário e reprodução do cotidiano no jornalismo empresarial: o caso C.T.I. Jornal (1937-1946)”, defendida, em 2003, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e que, portanto, faz parte do acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes.

Trata-se de uma análise com foco na comunicação empresarial que nos serve, aqui, como motivo de considerações sobre a linha tênue que faz limite entre educação e liberdade. A temporalidade do estudo, ou do caso estudado, não afeta sua posição como figura exemplar, tanto para o conceito de disciplinaridade quanto para situações mais atuais. Eliane pesquisou o papel da C.T.I. e do jornal por ela editado, entre as décadas de 30 e 40, compartilhado por seus funcionários e pela comunidade de Taubaté, como um todo. A Companhia Taubaté Industrial, indústria têxtil de grande porte em seu tempo, foi fundada, por Félix Guisard, em 1891 e, depois de ter sido vendida em 1953 e novamente em 1970, estendeu suas atividades até 1983, quando foi fechada.

Os tecidos por ela produzidos eram, ao mesmo tempo, famosos, considerados de boa qualidade e populares. Além disso, ela acolhia um contingente grande de funcionários, que operavam em sistema “grande família”. Tanto assim que se comenta o fato de que, nos anos de depressão, os funcionários trabalhavam dez horas por dia, situação que se estendeu por dois anos. Mas, em compensação, a família Guisard se dedicou a subvencionar missa, casamento, batizado, primeira comunhão etc. dos funcionários e seus familiares, além providenciar festas e oferecer bailes.

A CTI teve papel de destaque na indústria nacional e foi ponto central, em suas várias décadas de existência, para as vidas das comunidades de Taubaté e vizinhanças. Empresa modelo, congregava essas comunidades em torno de suas instituições de suporte, como creche, quadras esportivas, banda de música, clube, colônia de férias em Ubatuba e, naturalmente, o jornal por nós mencionado.

O estudo realizado por Eliane Freire de Oliveira concentra-se no teor dos jornais. Mostra-nos que este jornal empresarial, assim como sabemos que ocorre com outros tantos, dedicava-se, prioritariamente, à colocação dos ideais da Companhia. A rigor, funcionava, em primeira instância, como um dispositivo disciplinar, pois era um veículo que velava por cidadãos funcionais e produtivos, do ponto de vista organizacional, a saber, em relação ao bom funcionamento da companhia. É preciso lembrar que indivíduos funcionais e produtivos são aqueles com vida regrada, princípios morais, postura ponderada e integrados à dinâmica do grupo de pertencimento. Por outro lado, como a edição deste jornal acompanha a era Vargas, o estudo desenvolvido na dissertação de mestrado mostra, também, uma consonância em termos ideológicos. Vargas, com uma Nação a ser construída a

partir dos “trabalhadores do Brasil”, habita os norteamentos embutidos nas páginas do Jornal da CIT.

Como se sabe, durante o governo Vargas, houve extensa campanha pelo privilégio ao estatuto ideológico do trabalho e dos trabalhadores. O trabalho foi tomado como fonte de todos os valores e como caminho para o progresso, enquanto a improdutividade era apontada como símbolo de decadência. Dutra, em seu estudo sobre o período, explica que o Estado Novo desejava uma pátria/moral, fato que implicava: “o objetivo de uniformização das condutas sociais através da moralidade sexual; da interdição da paixão e do prazer; da defesa dos padrões familiares e dos costumes e do princípio da punição; do controle da verdade; da apologia da virtude” (DUTRA, 1997, p. 204).

Ressalta-se a circunstância de que a ordem política, por esse tempo, se construía ao redor de alguns vetores centrais: anticomunismo/revolução, trabalho, pátria e moral. Ao lado disso, a propaganda do regime era calcada no incentivo à devoção dos cidadãos a sua pátria, que emulando garantia simbólica, tem como efeito a identificação e, portanto, a fixação de uma identidade nacional.

Ora, a identificação do indivíduo com a pátria, com os valores da ordem e do trabalho, reafirma, por extensão, a valorização das ações governamentais, na produtividade e no presumível assentimento a suas diretrizes. Essa face do poder, em todos os seus níveis, surge nas emissões do Jornal da CIT que trabalha, reforçando as coordenadas acima descritas.

Com o estudo sobre o Jornal da CIT, ficou evidente que este, sem que, talvez, soubesse, trabalhava disciplinarmente, para além da conformidade a sua gestão empresarial, em função da adequação aos modos do poder constituído. Foucault nos diria que esta ocorrência reafirma o fato de que: “(...) os circuitos da comunicação são os suportes de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos” (FOUCAULT, 1999, p. 179).

Contudo, porque este é um exemplo do passado, tentamos correlacioná-lo ao presente, para ver o que dele se atualiza ou dele se apaga. As coordenadas que sustentaram o discurso varguista, e a produção do jornal da C.I.T., já não se sustentam, pois, o trio pátria/trabalho/família é um vetor ligado à ética do dever, que se pauta pela noção de valor, ou de qualificação do homem, segundo o cumprimento de obrigações correlatas aos ditames da ordem. Recorrendo às observações de Gilles Lipovestsky, lembramos que hoje em dia não se valoriza a doação de si por qualquer coisa e muito menos pela pátria. O princípio sacrificial tornou-se obsoleto. Há nacionalismos, sem patriotismos, nas emergências que chegam a captar uma adesão. Contudo, não deixam de serem pensados em função de interesses individuais.

Quanto à família, podemos ver que ela não mais se arranja como ponto fixo comum, em detrimento de tendências individuais. Além disso, é possível testemunhar, com facilidade, essa torção de eixo que nos leva a listar deveres dos pais e direitos filhos, que acaba por introduzir a isenção destes últimos em relação aos deveres, no mínimo, para com os pais. Ora, esta conjuntura certamente destitui a ideia de família, enquanto estrutura tutelar de uma nação, porque lhe retira o papel, ao mesmo, educativo, normativo e hierárquico.

Estas transformações são pontos marcantes da passagem para o que se convencionou chamar de ética do bem estar, em oposição à do dever. É levando em consideração estes apontamentos que retornamos ao nosso caso exemplar. Certamente, hoje em dia, a doação de si testemunhada nas jornadas, em anos difíceis para empresa e nação, de dez horas de trabalho na CIT, ressarcidas pelo apoio paternalístico, está fora de questão. A marca da ética do bem estar é sua compreensão como meio de realização pessoal, como ponto em que se experimenta a si próprio, enquanto capacidade de mobilidade e inovação, sem o compromisso com a perseverança ou com a obediência.

(...) a obrigação moral de auto-aperfeiçoamento foi substituída pela obrigação empresarial de ser inovador e flexível, o discurso do dever de cada um para consigo próprio foi substituído pela paixão hiper-realista de ganhar e pela religião da qualidade total (LIPOVETSKY, 1994, p. 142).

Mesmo assim, como no passado, a luta pela oferta de trabalho se configure como alvo privilegiado. Contudo, também como no passado, trabalho continua sendo sinônimo de norma, educação e obediência a padrões, ainda que seja o de produtividade, porque este arrasta consigo toda uma gama de padrões de conduta que reverberam em outros espaços. As empresas treinam e formam seu próprio contingente a tal ponto que já ouvimos, por exemplo, a afirmação de alguns grandes nomes da mídia impressa de que lhes interessa a absorção de alunos com a formação cultural que só a universidade pode oferecer. O treinamento prático, com os meios e modos da empresa, ela não só pode como deseja prover. E não nos esqueçamos de que esse tipo de proposta permite à empresa uma intervenção educativa que torne seus funcionários verdadeiramente “funcionais”.

Consideradas as diferenças táticas, sinal dos tempos, essa proposta atual é tanto aquela que foi protagonizada pelo Jornal da CIT, em seus efeitos, quanto a instalada, por exemplo, pelos Manuais de Redação de Jornalismo. Estes exemplos, a título exploratório, mostram os processos disciplinares que rondam, ontem como hoje, a comunicação. Por eles, podemos antever que em outros espaços, na observação dos processos comunicativos, encontraremos, *mutatis mutandi*, as mesmas situações.

Mas, iniciamos este artigo recolocando a questão, sempre reiterada, sobre a linha divisória entre formação/normalização e liberdade, sobre o estatuto da

liberdade, enquanto condição de classificação do indivíduo ético. Depois de nosso trajeto especulativo, direcionamos o mesmo questionamento ao estudo de caso referenciado. É preciso perguntar se lá, onde na CIT se perdia a liberdade individual, mas se ganhava com algumas garantias e outras tantas regalias, apesar das diferenças de vetores éticos, existiram articulações que perpassam casos contemporâneos.

Já apontamos a presença da disciplinaridade, forma de contenção e estratégia de sustentação do poder, outrora como agora. Frequentemente a associamos, sob o foco dos Direitos Humanos e da ética do bem estar, a algum grau de perda. Mas, também anotamos, na própria Declaração de Direitos, a necessidade da imposição de normas, para a manutenção da ordem que preserva liberdades e que, no caso da CIT, pairava sobre seu bom funcionamento e sobre o bem estar dos funcionários. Assim sendo, ao prosseguirmos nesse questionamento sobre a situação, em nossos tempos, ainda que cenário de muitas mudanças, é preciso ter mente outra observação foucaultiana:

Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. (...) Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (FOUCAULT, 2001, p. 7).

O vetor individualista, que privilegia o bem estar, leva a um forçamento das relações de trabalho em direção a instâncias compensatórias, leva a um forçamento do poder, em seus agenciamentos, leva manifestações criativas. Como efeito, o fator humano, muitas vezes abandonado em prol de um dever irredutível, é recuperado pelas empresas, sob o foco do bem estar, pela via da gestão participativa, do envolvimento pessoal. Não é por acaso que toda instituição contemporânea instalou uma seção administrativa com o nome de “recursos humanos”. Na verdade, a produtividade passa a ser pensada em direta relação ao bom aproveitamento dos recursos humanos, aproveitamento que implica incentivo ou motivação, compensações diretas e envolvimento nas decisões.

Onde se perdeu a ideia de pertencimento a uma empresa, ideia *per se* bastante compensatória por constituir ponto de identificação, leia-se identidade social, ganhou-se em consideração às subjetividades. Pelo viés do respeito a opções individuais e aos direitos iguais de raça, credo e cidadania, as subjetividades são contempladas, ou preservadas em suas construções.

Mas nada disso se concretiza sem uma comunicação que, formalizada nas mídias, como no caso do jornalismo empresarial, por exemplo, não pode deixar de ordenar os modos de ser, segundo exigências de empresa e mercado.

Na realidade, a questão primeira, que congrega pensadores em meio a suas diferenças tem como seu motor uma relação destinada a ser objeto de negociações constantes, a saber, o jogo entre as coerções que devem garantir uma ordem, até mesmo para preservar a liberdade, e a liberdade pensada como propriedade incondicionada.

Entre a formação necessária e uma formatação desejada, como estratégia de controle, as fronteiras são difusas. E, por isso, sempre sujeitas a controvérsias. É este o núcleo forte que conduz a reflexão dos pensadores sobre a ética. É esta a razão dos questionamentos que retornam sob a luz de diferentes epistemologias, por incidirem sobre uma tensão de forças a ser negociada a cada vez, em cada caso.

Referências

- DUTRA, E. *O ardil totalitário: o imaginário político dos anos 30*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1997.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2001.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.
- LIPOVETSKY, G. *O crepúsculo do dever. A ética indolor dos novos tempos democráticos*. Lisboa, Dom Quixote, 1994.

CAPÍTULO 6

PERFIS COMO MODOS DE INSERÇÃO DE JORNALIS TELEVISIVOS⁸

Das sociedades disciplinares a um quadriculado

Uma longa pesquisa, cujos primeiros passos foram ensaiados em 1999, conduz, em uma de suas etapas, às considerações que serão expostas neste texto. Fases anteriores já se encontram publicadas, inclusive a que foi apresentada como tese de Livre Docência em 2003 (GOMES, 2004).

Trabalhamos com conceitos centrais ao pensamento de Michel Foucault, aplicando-os à produção jornalística. Tais conceitos fazem eco à noção de sociedades disciplinares, isto é, sociedades em que se substitui o princípio da soberania pelo princípio da disciplina que se baseia na formação, pela educação, visando a inserção funcional dos indivíduos nos modos de vida relacionados a regimes de produção. As sociedades disciplinares são características das organizações sociais e políticas na modernidade, e relacionam-se ao fato de que essas organizações só podem encontrar sua efetividade com uma tática de *quadriculamento* do espaço, tanto espaço físico quanto espaço gnosiológico. “A disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório” (FOUCAULT, 2001, p. 106).

O que se obtém com esta individuação e classificação é um campo definido, com procedimentos que lhe são próprios e, assim, ditos corretos. Por exemplo, dentro de uma universidade há partições bem definidas: o campo dos alunos, dos professores, dos funcionários administrativos, todos vivendo uma hierarquia com funções e prerrogativas específicas. A individuação, ou delineamento dos espaços, oferece uma dimensão propícia à instalação e ao exercício de dispositivos disciplinares, ou seja, de procedimentos que veicularão a norma e seu reforço. Os

⁸ Texto originalmente publicado na *Revista Comunicação & Educação*, Revista do curso Gestão da Comunicação da ECA-USP, ISSN 0104-6829, ano XI, n. 2, p.177-188. São Paulo, Paulinas, maio/agosto de 2006.

quadrículos, ou espaços desenhados por essa divisão espacial, física ou virtual, são, eles próprios, elementos disciplinadores enquanto organizam o campo do que deve ser visto, do que deve ser objeto de nossa atenção.

O quadriculado do jornalismo

Assim, foi nossa hipótese de pesquisa, e agora é nosso pressuposto, que a produção jornalística, opera em correspondência ao princípio de organização do espaço gnosiológico. Constitui, isolando e classificando partes, um espaço público. Para que pudéssemos recuperar o desenho do quadriculado deste espaço, tomamos como vetores as práticas de vigilância e denúncia, historicamente vinculadas ao trabalho jornalístico. Tal quadriculado se mostrou na forma de tópicos reincidentes aos quais podemos subsumir as matérias jornalísticas, apesar de suas inúmeras variações em função de um devir factual.

Obtivemos um conjunto de quadrículos que se compõem, ou compõem, os seguintes tópicos: Acidentes e Catástrofes, Atos de Guerra, Atos de Governo, Atos ou Manifestações pelos Direitos Humanos, Autorreferencialidade, Criminalidade e Violência, Economia, Esportes, Estatísticas e Reportagens sobre Bem-Estar, Modos de Vida, Notícias sobre Eventos ligados a Cultura, a Ciência e a Personalidades de Destaque, Opiniões sobre Projetos e Efeitos, Política. A partir de coletas realizadas junto aos veículos, *Jornal Nacional*, *Jornal da Record* e *Jornal da Cultura*, que tomamos como objeto de teste, de 2002 a 2004, tivemos confirmação do quadriculado e seus quadrículos. Estes são sustentáveis porque se mantêm no decorrer do tempo e subsumem as variações nos acontecimentos. Supúnhamos em nossos estudos a incidência constante, que forma os quadrículos, como o trabalho de *quadriculamento* do espaço, trabalho necessário à instalação de dispositivos disciplinares, que começam por constituir-se nos próprios quadrículos e evoluem para o que se coloca como pertinente a cada um deles.

De um quadriculado a palavras de ordem

Supúnhamos, também, a existência de quadrículos como *topoi*, isto é, lugares lógicos, necessários ao exercício do que Gilles Deleuze nos aponta em termos de *palavra de ordem*, consistência de toda comunicação.

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é 'necessário' pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado (DELEUZE; GUATARRI, 1995, p.16).

Por *palavra de ordem*, como função primeira da linguagem, entende-se que toda fala é sempre indutiva de modos de vida, é sempre uma ordem, ainda que não venha construída com verbos no imperativo. Basta tomarmos qualquer simples observação para constatarmos este fato mas, talvez, um exemplo perfeito seja a notação da mãe que diz ao filho “está frio lá fora”. Sabemos, embora o filho nem sempre o saiba, que essa descrição do clima é, na verdade, um comando sobre os modos a serem adotados, nesse caso sobre um tipo de vestimenta considerado adequado. Nestes termos, um quadrículo já é palavra de ordem, pois organiza o que deve ser olhado e permite que os modos de olhar, ou agir, sejam apresentados e reforçados a partir da individuação e classificação efetuadas. Nossos estudos estiveram a serviço da demonstração destas operações pelas quais se realizam os dispositivos disciplinares e as palavras de ordem.

Contudo, se os quadrículos servem a toda forma de distribuição das palavras de ordem, resta-nos uma última tarefa, a saber, a de examinar os jornais televisivos estudados sob a ótica de sua inserção no quadriculado. Resta-nos aplicar os princípios de vigilância e denúncia aos próprios veículos, para que possamos vê-los em suas formas particulares de operação, internamente a cada quadrículo.

O jornalismo no quadriculado

Começamos por explorar a possibilidade de contestação dos espaços constituídos, primeiro ponto sobre o qual vigilância e denúncia podem ser examinadas. Nesse caso, a confirmação realizada pelos três veículos nos fala de aceitação pela adoção constante dos mesmos tópicos e da mesma organização. Vários autores assinalaram anteriormente esta condição. Pierre Bourdieu, por exemplo, pronunciou-se em termos de uma posição hegemônica do jornalismo quanto ao formato e ao conteúdo de sua exposição.

Nada tenho, evidentemente, contra a concorrência, mas observo apenas que, quando ela se exerce entre jornalistas ou jornais que estão sujeitos às mesmas restrições, às mesmas pesquisas de opinião, aos mesmos anunciantes (basta ver com que facilidade os jornalistas passam de um jornal a outro), ela homogeneiza (BOURDIEU, 1997, p. 31).

Em relação a esta prática, fica notório o papel da repetição como operação genética, isto é, como gênese e suporte da comunicação, operação que Deleuze relacionava à procura de efeito de aplainamento das diferenças. Fica notória, também, uma vigilância implícita sobre os modos de ver e organizar a vida social. Desta forma, o quadriculado jamais é contestado e opera como *chão* para o exercício do jornalismo. A alternativa diferenciada que nos resta examinar, quanto à assunção deste quadro hegemônico, restringe-se então à frequência temática estabelecida por cada veículo. Por confronto, num universo de matérias que somam, respectivamente,

130 no *Jornal Nacional*, 117 no *Jornal da Record*, 108 no *Jornal da Cultura* 108, obtivemos o seguinte desenho de incidências em nossa coleta referente à primeira semana de março de 2004:

Acidentes/Catástrofes:

Jornal Nacional: 11; *Jornal da Record*: 1; *Jornal da Cultura*: 4.

Atos de Governo:

Jornal Nacional: 20; *Jornal da Record*: 21; *Jornal da Cultura*: 19.

Atos de Guerra:

Jornal Nacional: 2; *Jornal da Record*: 5; *Jornal da Cultura*: 2.

Atos/Manifestações pelos Direitos Humanos:

Jornal Nacional: 4; *Jornal da Record*: 7; *Jornal da Cultura*: 6.

Autorreferencialidade:

Jornal Nacional: 3; *Jornal da Record*: 0; *Jornal da Cultura*: 5.

Criminalidade/Violência:

Jornal Nacional: 31; *Jornal da Record*: 35; *Jornal da Cultura*: 15.

Economia:

Jornal Nacional: 11; *Jornal da Record*: 11; *Jornal da Cultura*: 6.

Esporte:

Jornal Nacional: 7; *Jornal da Record*: 8; *Jornal da Cultura*: 2.

Estatísticas/Bem-Estar/Reportagens:

Jornal Nacional: 11; *Jornal da Record*: 11; *Jornal da Cultura*: 8.

Modos de Vida:

Jornal Nacional: 7; *Jornal da Record*: 0; *Jornal da Cultura*: 0.

Notícias Eventos/Cultura/Ciência/Personagens de Destaque:

Jornal Nacional: 12; *Jornal da Record*: 5; *Jornal da Cultura*: 15.

Opiniões sobre Projetos e Efeitos:

Jornal Nacional: 9; *Jornal da Record*: 1; *Jornal da Cultura*: 16.

Política:

Jornal Nacional: 7; *Jornal da Record*: 12; *Jornal da Cultura*: 10.

Frente a este quadro, impõe-se o exame das discrepâncias nítidas, que podem delinear os perfis dos jornais, e das coincidências notórias, que podem dar a oportunidade de observar modos diferenciados de inserção, de cada veículo, em relação aos tópicos. Nas discrepâncias, ressalta-se a baixa incidência de notícias sobre eventos culturais no *Jornal da Record* em oposição à alta incidência delas no *Jornal da Cultura*. Como o nome da rede anuncia, uma de suas características é um foco direcionado a eventos artísticos e culturais de modo geral. Este dado, somado à menor incidência no tópico *Esportes*, desenha o perfil do jornal e, ao mesmo tempo,

seu modo de localização no quadriculado. A primazia dada à cultura certamente desloca o foco da concentração em *Atos de Governo*, afirmada pelos três veículos e sobre a qual falaremos logo mais. Este viés marca a inserção do *Jornal da Cultura* como veículo que pretende abarcar, com suas matérias, a vida como um todo, preservando um lugar para a individualidade e as manifestações únicas, como as artísticas. Marca o componente humanístico, numa cobrança por qualidade de vida que não se equacione pela lógica do bem estar social, pois leva em conta qualidade de vida enquanto fruição.

Por outro lado, a não manifestação do *Jornal da Record* sobre este tópico, assim como sobre o tópico *Modos de Vida*, também faz o traçado da tomada de posição no quadriculado, a saber, a de um veículo que volta seu olhar prioritariamente sobre o poder constituído, que se coloca na distância da distração e das formas lúdicas e também na distância das excentricidades. Soma-se a isto uma maior incidência, em relação aos outros jornais, quanto ao tópico *Criminalidade/Violência*, fato que, *per se*, indica atenção às desordens no plano social como um todo. Condizente com esta postura, sua inserção no quadriculado se pauta pela vigilância sobre o poder, tendo como pano de fundo a ordem instituída, implicitamente reafirmando-a. Ainda condizente, lembra e cobra deveres ao Estado, aos políticos e a todos os cidadãos em alguma posição de poder.

Outro descompasso, entre incidências, pode ser identificado pelo número de matérias dedicadas ao tópico *Acidentes/Catástrofes*. Em comparação aos outros dois veículos, o *Jornal Nacional* apresenta um alto número de reportagens dedicadas a ele. Claro que esta ocorrência também é índice do modo de colocação do jornal no quadriculado, neste caso na forma da prioridade àquilo que foge de padrões e de expectativas, causando surpresa e prendendo a atenção. Não queremos associar esse procedimento àquele normalmente vinculado à imprensa sensacionalista, pois nela a postura de excesso é marcante enquanto o *Jornal Nacional* esforça-se por ser comedido, sem exageros na narrativa dos fatos. A ênfase dada resume-se ao número de incidências e não ao tratamento. Entretanto, o veículo coloca-se no ponto um tanto delicado em que, procurando informar, norteia-se pela captação de audiência na forma explícita da sedução. Um outro critério pode confirmar estas observações. Trata-se da posição das notícias na sequência das matérias. *Acidentes/Catástrofes* são constantemente inseridos no primeiro bloco, tanto pelo *Jornal Nacional* quanto pelo *Jornal da Record*, enquanto no *Jornal da Cultura* não há padrão de localização, para este tópico.

Da Autorreferencialidade

Outro diferencial pode ser observado, nesta coleta, em relação ao tópico *Autorreferencialidade*. Este merece um capítulo à parte, pois com ele é o próprio jornal

que se assume como enunciador e, ao fazê-lo, diz o que pretende ser em relação aos procedimentos de vigilância e denúncia. Tendo em mente que os tópicos são determinados pelo tema central da matéria, podemos relativizar a contagem final de incidências. Para o *Jornal da Record*, a ausência de manifestação, neste período, sobre o tópico *Autorreferencialidade* deve ser desconsiderada, uma vez que a referência si próprio aparece de forma secundária, não só no conjunto das matérias, mas também nas formulações dos âncoras. Como demonstração deste fato, apontamos a edição de 1ª de março de 2003 na qual, em matéria sobre *Atos de Governo*, Boris Casoy lembra que o processo por danos morais movido contra a Rede Record pelo ex-senador Luiz Estevan, em virtude de comentários feitos pelo âncora do *Jornal da Record*, a saber, ele mesmo, foi considerado improcedente. O mesmo ocorre em relação à baixa incidência sobre a temática *Opiniões*, uma vez que Boris Casoy pontifica sobre todas as questões, à vezes acrescentando um “Isto é uma vergonha”.

Ora, temos aí o modo como o jornal diz que atua, a saber, pela crítica ou denúncia das ocorrências que ferem dispositivos da ordem social. O compromisso do jornal, vem a ser, em suas próprias palavras, aquele da vigilância que cobra, reclama, conclama a manutenção da ordem. Nossas coletas precedentes nos autorizam esta afirmação e a elas recorreremos como exemplificação.

Em 14 de junho de 2002, o *Jornal da Record* anuncia: “Programa *Passando a Limpo*. No próximo domingo vou entrevistar o candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva. Vou receber também o presidente da Associação Brasileira de Agrobusiness, Roberto Rodrigues. *Passando a Limpo* vai ao ar no domingo, às 11h30 aqui na Rede Record”. Em 19 de março de 2003, repete o procedimento: “No programa *Passando a Limpo* do próximo domingo vou entrevistar o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, do PSB. Vou receber também o Secretário da Administração Penitenciária de São Paulo, Nagashi Furokawa. O programa *Passando a Limpo* vai ao ar domingo, às 11h30 da noite, aqui na Rede Record”.

A autorreferencialidade, ao mesmo tempo ao âncora e à rede televisiva, marca o olhar atento às instituições públicas, a procura de explicações por meio das entrevistas, enfim, a cobrança sustentável porque sustentada pela informação pormenorizada. O *Jornal Nacional*, em 2 de março de 2004, corrige suas afirmações feitas no dia anterior, ressaltando que a recuperação de rodovias é parceria de produtores com o governo mato-grossense e não com o governo federal, como havia dito então. Fica assim assentado o compromisso com os fatos e uma cobrança da ordem por parte do jornal sobre si mesmo. O mesmo empenho é manifesto na manutenção de correspondentes no exterior, como é o caso de Caco Barcellos, anunciado, em março de 2004, como novo correspondente do jornal em Paris.

O empenho com a informação é reivindicado pelos três veículos, mas no *Jornal Nacional* tem uma conotação específica, pois se volta a um projeto que poderíamos

chamar “iluminista”, no sentido de indução a um aprimoramento dos modos de vida. A informação passada pelas reportagens, relacionada a outros programas da emissora, sempre surge com o viés da educação para uma vida melhor. É assim que, em 5 de março de 2004, anuncia-se que “O Globo Repórter de hoje fala sobre como a rotina diária pode ser transformada em vida saudável”. Somos então confrontados com uma prévia de recomendações sobre posturas corporais e hábitos alimentares.

Em 25 de maio de 2002, o veículo se insere explicitamente no trabalho de educação como emancipação por meio da autorreferencialidade a seus feitos. Neste dia, o *Jornal Nacional* menciona que a novela *O clone* recebeu homenagem especial da Academia de Medicina pela sua campanha contra as drogas. Declara, então, que a Rede Globo vem realizando *merchandise* social há várias décadas, com programas voltados a iniciativas de interesse da sociedade, sem fins comerciais. A emissora já ganhou prêmios por essa iniciativa no passado, pela colocação da realidade em meio à ficção. Exemplos: em 97 a novela *A indomada* alertava para a exploração do trabalho infantil, o que gerou no Paraná *blitz* para averiguação; com *O espigão*, de 74, e *O rei do gado*, de 96, foi central a preocupação com o meio ambiente; o alcoolismo e a ajuda dada pela sociedade Alcoólatras Anônimos também foram abordados, assim como foi a Aids em *O portador* e *Zazá* (97); a doação de sangue, o parto normal e o aleitamento materno foram incentivados em *Por amor* (97); *Explode coração*, ao abordar o movimento de mães à procura de filhos desaparecidos, incitou o encontro, por suas famílias, de 70 crianças; a luta contra o câncer, e a doação de medula, que aumentou, foram temas de *Laços de família* e *Torre de babel*, de 98, mostrou a luta do dependente químico. A novela *O clone* usou depoimentos de dependentes e ex-dependentes de droga.

Em março de 2003, durante toda uma semana, o *Jornal Nacional* remete a si próprio por conta da *Série sobre o Petróleo* que apresentou de segunda a sábado. A série, embora faça um apanhado histórico das origens, das disputas e da industrialização, não deixa passar a oportunidade de ressaltar as aplicações do petróleo no Brasil, as jazidas marinhas, os benefícios que estas trouxeram a comunidades vizinhas e os benefícios auferidos em nossa vida diária.

No *Jornal da Cultura*, em 1º de março de 2004, há diversos anúncios que, embora não sejam feitos no ambiente dos ganchos, têm este valor e apontam para o papel da presença do jornal diante dos fatos, para seu compromisso com o espectador, porque, afinal, o programa retornará fazendo o percurso total da informação. É o caso dos dizeres: “Daqui a pouquinho você vai ver como o diretor do FMI defendeu a política econômica do governo Lula”, “Ainda nesta edição você vai acompanhar a previsão do tempo para São Paulo”, “Mais sobre a noite de entrega do Oscar ainda hoje, nesta edição”; “Na semana passada mostramos aqui que se questiona o fechamento dos bingos por causa de desemprego. Hoje a Força Sindical organizou manifestação em São Paulo”.

Há, portanto, uma preocupação com a continuidade, não só a do próprio programa, foco dos ganchos, mas também a da informação. Esse mergulho, que o jornal pretende realizar, é colocado em termos de expansão do saber e o jornal se posta a serviço deste ideal assim como a serviço do espectador. É o que ocorre em 4 de março de 2004, quando Celso Zucatelli anuncia: “Você tem visto muitas reportagens sobre poder judiciário porque é necessário saber como funciona. Se quiser saber mais alguma coisa é só escrever para nosso *e-mail*”.

Acresce-se uma justificativa, do próprio jornal, quanto ao baixo índice de incidências sobre a temática *Criminalidade/Violência*. Em 2 de março de 2004, na matéria sobre os ataques xiitas que deixaram 170 mortos no Iraque, matéria que, portanto, não se inscreve como autorreferencial, Celso Zucatelli, apontando um monitor de computador, afirma que imagens de violência chegam pela internet a todo instante, mas que o *Jornal da Cultura* não vai mostrá-las. Fica explícita assim uma posição do jornal de não uso de imagens de impacto, as que atraem audiência, em prol do compromisso com a transparência na informação.

Em 20 de junho de 2002, anuncia-se: “Daqui a pouco o *Conversa Afiada*, com Paulo Henrique Amorim, falará sobre a situação econômica”. Em 24 de março de 2003, Cunha Junior anuncia shows no Centro Cultural do Rio, o disco novo do Sepultura e maiores informações sobre o Oscar logo mais no seu programa *Metrópolis* que vai ao ar às 10 horas. Tanto num caso como no outro, temos este projeto de continuidade, de uma informação expandida em que esta se coloca a serviço de si própria, sem outros álibis. Mas, o que é mais importante, delineia-se um olhar, ausente nos outros dois jornais, voltado para eventos culturais, interna e externamente ao programa, que dá o perfil não só do programa mas, talvez, da própria rede televisiva.

Outra instância a ser considerada, no traçado de um perfil dos veículos, é o tom em que uma notícia sobre trâmites econômicos é transmitida. Em 3 de março de 2004 anuncia-se a fusão da Ambev com a Interbrew, com o nome provisório de Interbrev. O *Jornal Nacional* opta por frisar o resultado da operação como o surgimento da maior cervejaria do mundo, na qual o Brasil teria uma participação ativa. Não são mencionados os pormenores da transação. Firma-se a impressão de um quadro positivo, de crescimento econômico em que o Brasil tem papel relevante.

Enquanto isso, o *Jornal da Cultura* explorou a questão de forma a mostrar uma mega-operação que permite a sobrevivência de várias cervejarias e O *Jornal da Record* mostrou que a parcela de autonomia brasileira nesta fusão permanecerá inferior. Vê-se que no *Jornal Nacional* é constante o desenho de um quadro que mostra uma situação favorável ao Brasil, em que a economia, e as decisões governamentais a ela relacionadas, trabalha pela ordem ideal, em que o país se encaminha a destinos respeitáveis: um ufanismo leve é constantemente delineado.

Formas confluentes

Exploramos a frequência pela incidência temática em suas formas discrepantes. Resta-nos uma atenção às confluências. Desde o início desta pesquisa que, como dissemos, percorre emissões de 2002, 2003, e 2004, e corresponde a uma coleta (gravação em vídeo) de edições do *Jornal Nacional*, do *Jornal da Record* e do *Jornal da Cultura*, constatamos um foco hegemônico, a saber, a alta incidência de matérias sob o tópico, ou quadrículo, *Atos de Governo*. Este dado representou, para nossos estudos, a confirmação dos processos de vigilância e denúncia em prol do poder constituído, de forma a permitir constante emissão de *palavras de ordem* pela própria ordem instituída.

Neste momento, em que procuramos mostrar os modos de inserção dos veículos nos quadrículos por eles mesmos dispostos, esta confluência torna-se ponto privilegiado em que podemos identificar estes modos, as formas de abordagem frente a um mesmo tema. Um eixo que nos pode auxiliar nesta tarefa é a observação das *fontes*, porque seu número se relaciona tanto à meta de apuração dos fatos quanto à meta de diversidade de opiniões, elementos do ideário jornalístico e do direito à informação postulado pela luta por direitos humanos. Tomaremos um caso modelo, dentre aqueles sob o tópico *Atos de Governo*, no conjunto de nossa última coleta que corresponde à primeira semana de março de 2004.

Relembrando, esta semana é precedida pela eclosão do escândalo Waldomiro Diniz, eclosão que toma conta dos noticiários em geral e, portanto, se inscreve como caso privilegiado. Do ponto de vista da representatividade temática, *Atos do Governo*, que compreende matérias referentes a todas as ações empreendidas pelo governo, encerra as manifestações sobre o caso Waldomiro Diniz. A contagem equilibrada, apresentada pelos três veículos, em sequência, 20, 21 e 19, não nos revela nada a não ser a preponderância das medidas de ordem e de vigilância sobre o campo social (atribuições governamentais), medidas que o jornalismo reforça, em sua vigília sobre a ordem instituída, foco central do jornalismo e foco originário de nossa pesquisa.

Por isso a eleição de um caso modelo é necessária e nos leva ao isolamento, dentre estas matérias, daquelas voltadas para o caso em questão. Embora muitas delas se cruzem de forma indireta com o evento, levaremos em conta somente aquelas explicitamente delineadas na perspectiva deste. É aí que notamos a primeira distinção de posições. Dentre as 20 matérias que o *Jornal Nacional* dedica ao governo, 10 estão relacionadas ao caso Waldomiro, 2 veiculadas em quinto bloco de notícias, 4 em quarto, 2 em terceiro e 2 em primeiro. Notemos que o caso está em primeiro plano, somente na terça-feira. Das 21 matérias que o *Jornal da Record* veiculou sobre o governo, 15 estão diretamente relacionadas ao caso, 10 em segundo bloco, 4 no primeiro bloco do dia 1^a de março e 1 no terceiro do mesmo dia. Dentre as 19 matérias que o *Jornal da Cultura* dedicou ao tema 14 relacionam-se ao caso Waldomiro, 1 em

quinto bloco, 1 em terceiro bloco, 2 em segundo e 10 distribuídas pelos primeiros blocos de todos os dias da semana.

Certamente esse quadro denota a atenção dedicada ao caso, pelo *Jornal da Cultura*, dando-nos a certeza de que os eventos foram bastante esmiuçados, circunstância que nos deixa com a possibilidade de uma profundidade maior, pela exposição de diversos ângulos da questão. Gostaríamos de ressaltar o fato, nada desprezível, de que, enquanto os outros dois veículos se voltavam para a cobertura dos eventos relacionados ao caso Waldomiro, o *Jornal Nacional* procurou concentrar suas matérias, em relação ao tópico *Atos do Governo*, nas propostas governamentais ligadas ao incentivo à construção civil e à dotação de verba para a recuperação de rodovias e ferrovias. Quanto a este último assunto, até desenvolveu uma extensa reportagem sobre a importância das vias de comunicação para o escoamento e exportação dos diversificados produtos brasileiros. Esta ocorrência chega a causar estranhamento, diante dos rumos seguidos pelos outros veículos, e passa a representar uma tentativa de desvio da atenção.

Em contrapartida, o *Jornal da Cultura* trouxe uma reportagem, com direito ao depoimento de várias personagens implicadas, sobre a origem da fita incriminadora que foi parar na redação da revista *Época*. A narração dos fatos coube ao repórter Andrei Meirelles que encabeçou a matéria da *Época*. Segundo ele, o senador Antero Paes de Barros, relator da CPI dos bancos dos Estados, costuma receber denúncias. A fita foi parar em suas mãos e ele não reconheceu as pessoas envolvidas. Acostumado a passar informações para o repórter Andrei Meirelles, entregou-lhe a fita dizendo que parecia haver corrupção ali, mas não sabia de que teor. O repórter identificou as pessoas e levou a fita a perito da Unicamp para averiguar sua autenticidade. Somente três dias depois o senador foi informado de que Waldomiro Diniz tentava acordos com o bicheiro Carlinhos Cachoeira. Só esta reportagem envolveu o testemunho e a opinião de diversas pessoas, inclusive a dos âncoras do *Jornal da Cultura*, o que indica uma abertura para livre expressão que arrolamos como diversidade de fontes.

Quanto às fontes, na forma da presença de vozes diferenciadas, podemos explorá-las sob diferentes ângulos. Primeiramente consideraremos o quadro de incidências que apresentamos em relação ao tópico *Opiniões sobre Projetos e Efeitos*. Este abarca as matérias voltadas para entrevistas, por elas constituídas, e em que a opinião de alguém é claramente buscada. O *Jornal Nacional*, de um total de 130 matérias, dedica 9, de maneira exclusiva, a entrevistas; o *Jornal da Record*, de um total de 117 dedica, com exclusividade, somente 1; o *Jornal da Cultura*, num conjunto de 108, dedica 16 e, portanto, supera os outros em incidência. Estes dados dizem respeito a nossa coleta (corpus) de 2004. Ainda que a cifra pareça desprezível, devemos considerar que, entre estas 16 ocorrências, encontra-se a presença de um entrevistado, a cada dia da semana, que veio com o objetivo de explicitar facetas e enfoques possíveis para o caso Waldomiro Diniz e suas reverberações.

Assim, na segunda-feira, Heródoto fala com o deputado do PT, Cândido Vaccarezza, que é a favor da regulamentação dos bingos, regulamentação que eliminaria a questão da lavagem de dinheiro. Na terça-feira, Heródoto entrevista Luiz Fernando Delazari que dá testemunho de ligação do bingo com a máfia italiana e com a lavagem de dinheiro. Este é a favor da cessação das atividades e aprova a MP da proibição dos bingos. Na quarta-feira, Heródoto entrevista o senador Jorge Bornhausen; este afirma que a polícia não teve a agilidade necessária e reforça a necessidade de uma CPI. Na quinta-feira, é veiculada entrevista com o jornalista Cláudio Tognolli, especialista em sigilos e vazamentos; este manifesta a opinião de que há um exagerado uso do segredo na justiça brasileira. Na sexta-feira, Heródoto entrevista o senador Eduardo Suplicy. Este se diz a favor da CPI para esclarecer o caso e até inocentar José Dirceu. Lembrou que Lula prometia que qualquer um dos seus ministros compareceria para esclarecimentos, que é o que tem acontecido, e este procedimento também deveria aplicar-se a Dirceu.

Esta amostra é suficiente para expor um desenho constituído por diversas posições políticas e, conseqüentemente, diversos enfoques para o caso explorado. A ela somam-se as notações de pesquisas de opinião pública, outra forma de explorarmos a diversidade de vozes. É nestes termos que o *Jornal da Record* menciona a pesquisa DataFolha, para mostrar que a maioria dos eleitores, 81%, defende a CPI de Waldomiro Diniz e o *Jornal da Cultura* indica pesquisa do Ibope, pela qual se revela que 68% dos brasileiros concordam que se divulguem informações dos processos.

Claro que as matérias voltadas para entrevistas não encerram a questão, pois todas as outras são pontilhadas por entrevistas na forma de pequenos depoimentos, em que políticos e pessoas do povo se manifestam. Mas, aqui pudemos nos surpreender com o fato de que tanto o *Jornal da Record* quanto o *Jornal da Cultura* abriram espaço onde compareceram testemunhos dos mais variados setores: da situação e da oposição, dos envolvidos com empresas lotéricas e dos envolvidos com as personagens centrais ao caso, enquanto o *Jornal Nacional* concentrou-se nos depoimentos de figuras do governo, dando assim maior ênfase às argumentações advindas do lugar que estava sendo posto em xeque.

Essa explícita tomada de posição do *Jornal Nacional* é reforçada pela ausência de comentários críticos por parte de seus âncoras. Em nome da justiça, esta posição do jornal diz respeito a todos os envolvidos, acusados e acusadores. Se num primeiro momento podemos pensá-la como isenção, tal isenção se vê neutralizada, uma vez que anteriormente se deu reforço à posição do governo. Ou seja, há uma opinião manifesta pelo veículo através do procedimento da escolha das vozes às quais ele concede a fala; há uma opinião expressa na forma da omissão.

Onde há matérias pontuadas por comentário dos âncoras, devemos anotar distinções quanto à sua natureza. O *Jornal da Record*, na figura de Boris Casoy, pratica uma constante vigilância sobre a ordem e por ela clama abertamente. Sobretudo,

faz a cobrança da palavra, dada pelos políticos no passado, e a confronta com suas atitudes atuais. A frequente formulação “Isto é uma vergonha” pontifica, reclama e exemplifica o modo de comentar. Já o *Jornal da Cultura* procura mostrar os diversos ângulos problemáticos da questão, para os quais os âncoras apontam sempre que oportuno. Heródoto, particularmente, volta e meia emite um juízo de valor, fazendo comparação entre ocorrências passadas, mas sem qualificar ou julgar o mérito da palavra dada.

Acreditamos que, nesta forma de procura da diversidade e manifestação de opinião que estamos acompanhando, é necessário incluir o papel das charges. Até nelas há diferenças de abordagem que marcam a possibilidade, pela crítica ou neutralidade, da apresentação de enfoques. As charges de Chico Caruso, *Jornal Nacional* durante o período de 2004, observado por nós, reforçam a ideia de que o governo tem um grande abacaxi nas mãos. Presidente e alto escalão são mostrados carregando abacaxis ou usando-os como capacete. Brincam com as vantagens econômicas de que Waldomiro usufrui, sem menção à sua ligação com o governo, ou melhor, sua posição nele.

Enquanto isto, Pegolli, chargista do *Jornal da Cultura*, faz uma crítica corrosiva aos políticos do governo e suas atitudes face ao escândalo Waldomiro. Temos charge parodiando a entrega do Oscar em que políticos recebem prêmios em categorias negativas; noutra, Lula comparece cantando com Gil “Haiti é aqui...” ; em telefonema a Bush, Lula afirma que no Brasil não se quer descobrir nada; na sequência, os políticos do governo aparecem discutindo soluções, cômicas, para abafar CPI. Em charges, se a posição amena sinaliza uma anuência; certamente a posição crítica, para além da opinião manifesta, alude a enfoques diferenciados.

Iniciamos este texto afirmando que a constância do quadriculado e do quadrículo, constatável ao longo de três anos de observação, coloca os veículos estudados no ponto de aceitação implícita de uma divisão espacial constituinte de dispositivos disciplinares, propícios à emissão de palavras de ordem. Ora, tal ocorrência, pela repetição que implica, nos remete a fixações dos modos de ver o mundo e das relações de poder instituídas.

Contudo, ao examinarmos os modos de inserção dos veículos, um outro viés se insinua. A diversidade apresentada, sobretudo a diversidade das fontes, trabalha esgarçando os limites dos quadrículos, uma vez que coloca posições muitas vezes paradoxais. Estas, não deixam de contestar, por implicação, a nitidez ou fixação do desenho do quadriculado. Não deixam de remeter às representações sociais, sempre na diversidade de perspectivas e, com isso, desestruturar as identificações tão bem estabelecidas, nesta equação do quadriculado.

Antes que tropeçemos na tentação da apologia de um veículo em detrimento de outro, anotemos simplesmente este ponto em que o jornalismo rompe com o

quadriculado instituído, quadriculado que cerceia os dizeres por meio da pré-disposição daquilo que deve ser dito, que barra a diversidade por conta de um notório efeito de homogeneização

Neste ponto de desacordo, com o que se espera para cada quadrículo, é importante notar que as próprias táticas de fixação e supervisão, que lhes fazem suporte, podem estar a serviço de um outro olhar. Quando o jornalismo se empenha na realização de seu ideário, a saber, o exercício de confirmação e vigilância, ele atinge um ponto limite em que se esgarça o quadriculado, pois uma situação antípoda se apresenta com a introdução de inúmeras vozes que colocam o fechamento, implicado pela homogeneização, em situação paradoxal.

Referências

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. A influência do jornalismo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- DELEUZE, G. *Différence et répétition*. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 2. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995b.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. Vol. I. *A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1997.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 2001.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- GOMES, M. R. *Poder no jornalismo*. São Paulo, Edusp/Hacker, 2003.
- GOMES, M. R. *Jornalismo e filosofia da comunicação*. São Paulo, Escrituras, 2004.

COLEÇÃO BORDANDO O MANTO DO MUNDO

Estive, em boa parte da minha atividade docente, empenhada na tarefa um tanto complexa de explicar as ligações entre psicanálise e linguagem. Na realidade, no caso da vertente lacaniana, esse esforço estava ligado ao fato, entre outros, de que ela dispõe circunstâncias precisas. Delineando a natureza da linguagem sob um aspecto cognitivo, ela acaba como elemento definidor da espécie humana em geral.

Assim, mais do que a natureza das linguagens, estava em jogo o pressuposto de um sujeito que se faz de linguagens e se manifesta no mundo em discursos que o acolhem, podendo ele intercambiá-los, modalizá-los ou não. Na verdade, nessas aulas, o tempo todo eu lidava com os três registros enunciados por Lacan: o Simbólico, o Imaginário e o Real.

Explicava eu que o Real corresponde a uma massa amorfa, uma substância pré-semiótica, donde tudo advém, mas onde nada é, pois nada está delineado. O Simbólico é a dimensão do delineado. O Simbólico imprime pontos de luz à massa amorfa, recortando o Real em unidades de significação, vale dizer, unidades a serem vista a partir de então. Ele traz as coisas à existência, como por ele delineadas, e instala uma malha de significantes em que os significados e todos os sentidos atribuídos em uma cultura, o Imaginário, podem habitar.

Estendendo uma afirmação anterior que é chave desse processo, “como por ele delineadas” supõe o fato de que vejo as coisas do mundo, ou as existências do mundo, conforme essa malha as dispõe e se as dispõe. Hoje, olhamos para o céu em noite estrelada e vemos uma paisagem bem diferente daquela contemplada na antiguidade clássica. Até podemos imaginar a nave de uma “Jornada nas estrelas”; certamente não mais concebemos *Nix* como persona ativa que encobre a luz na dança das *Horas*.

Há recortes sobre os quais se fala há muito tempo, e outros que emergem em nossa contemporaneidade, como, por exemplo, a sigla **LGBTI**, a designar lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexuais e simpatizantes. Trata-se do olhar que o Simbólico ativa, trazendo existência às coisas no panorama de uma cultura, de um tempo e lugar. Não está em questão a factualidade dos elementos indicados pela sigla, mas a própria indicação, ou o fato de que eles só se delineiam com precisão ao serem determinados pela diferenciação que os nomes consolidam, portanto, ao encontrarem um lugar na linguagem.

Conversava sobre esses processos com os alunos de pós-graduação, procurava entendimentos melhores, afirmando que a linguagem em sua natureza é semelhante a uma metáfora. Ela recobre as coisas do mundo em seus possíveis insondáveis, dando existência a possíveis, então sondáveis.

Silvio Demétrio, um de meus orientandos de pós-graduação lá pelos idos de 2007, perguntou-me se eu conhecia um quadro de Remedios Varo intitulado *Bordando el manto terrestre*, de 1961. E enviou e-mail com uma reprodução do quadro, por achar que ele tinha tudo a ver com os conceitos examinados em sala de aula.

Eu própria acabei na internet procurando sites em que a reprodução pudesse ser capturada com mais nitidez. Ele tinha razão. Como posso dizer de todo surrealismo, mais uma vez admirei a arte e a artimanha do trabalho com conceitos. Neste quadro há oito figuras em uma sala. A sala se encontra no interior de uma torre e esta, por sua vez, está instalada acima do globo terrestre. Dentre estas figuras, seis são tecelãs e estão sentadas em frente a seus teares, dos quais se desprendem fios que se reúnem num vaso situado no centro da sala. Uma figura de pé preside sobre este vaso e sobre a cena. Manuseando uma haste, a figura mexe as meadas contidas no vaso. Com a outra mão empunha um livro. No fundo da torre, em menor escala, vemos outra figura que acompanha os trabalhos e traz uma flauta à boca. Nas paredes da torre, em frente a cada tear, há fendas das quais sai um tecido que cai drapeando sobre o globo terrestre: de dobra em dobra, casas, paisagens e mares são abrigados.

Globo e manto, tecido e estratos, realidade e fiação, livro e ordenação, música e ritmo, imagem e conceitos, nome da obra e a própria obra: todos os elementos remetem às teorias e conceitos que acabamos de atravessar. Certamente o Simbólico está aí em sua malha que tece as coisas. Certamente o Imaginário está aí em todas as suas articulações, em sua dobradura com o Real e o Simbólico. Desde então me anima a ideia da linguagem como manto do mundo e a de todos nós, em diferentes atuações, como artesões, como as bordadeiras desse manto. Desde então “bordando o manto do mundo” tornou-se para mim um mote que tem animado meus escritos.

A AUTORA



Mayra Rodrigues Gomes, Professora Titular do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP, possui Bacharelado e Licenciatura em Filosofia pela Universidade de São Paulo, Mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Livre Docência em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Tornou-se Professora Titular a partir do concurso realizado em maio de 2009. Atua nas áreas de teoria da comunicação, filosofia da linguagem, psicanálise, tendo o jornalismo, e a produção midiática em geral, como foco de reflexão. É líder do Midiato - Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas, e tem longo histórico de participação nas pesquisas do Obcom - Observatório de Comunicação Liberdade de Expressão e Censura. No momento desenvolve estudos sobre linguagem, narrativa, discursos, processos de supervisão e controle, como parte do compromisso com a Bolsa de Produtividade em Pesquisa concedida pelo CNPq. mayragomes@usp.br.

Sobre o selo Kritikos

Kritikos é o selo editorial criado pelo grupo de pesquisa MidiAto – Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas (www.usp.br/midiato), sediado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Seu objetivo é produzir e difundir produções editoriais únicas que reúnem qualidade de conteúdo e inovação formal. Iniciado em 2015, o selo nasce inicialmente da necessidade de firmar, criar e divulgar reflexões sobre um campo em comum presente no desenvolvimento das pesquisas do próprio grupo, amplia-se para obras que apresentam, mais do que uma proximidade exclusivamente teórica ou uma ligação por força dos objetos assumidos, uma visada compartilhada presente no desenvolvimento de um método crítico experimentado no tempo e reforçado coletivamente. Ecoam no cerne das publicações de Kritikos a crítica midiática, a inovação, a linguagem. Os trabalhos estampados pelo selo Kritikos devem estar afinados com esses objetivos editoriais, buscando qualidade de conteúdo e abertura para inovação formal em produções editoriais, além de favorecer a circulação dos materiais produzidos entre o público de interesse, sendo a especialidade de suas publicações aquela voltada para o ambiente virtual.

Sobre MidiAto

MidiAto – Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas é sediado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) desde 2006. As pesquisas desenvolvidas pelos integrantes do grupo são voltadas aos estudos de linguagem e discurso aplicados às produções das mídias em geral e, em particular, ao acompanhamento das disciplinas de graduação e pós-graduação, focadas no jornalismo e nas mídias em seus diferentes formatos verbais, visuais e audiovisuais. Além dos eixos de pesquisa, há um investimento nas ferramentas que hoje podem congregam comunidades e ajudar a difundir conhecimentos, publicando conteúdos direcionados ao público mais amplo. Elas permitem, ao mesmo tempo, falar à comunidade USP e ainda extrapolar suas fronteiras, congregando uma comunidade de pessoas interessadas em torno de um espaço virtual.

Blog do MidiAto: www.usp.br/midiato

Diretório de Grupos/CNPq: www.dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2330370943840950

Selo Kritikos: www.midiato.wordpress.com/kritikos/

Revista RuMoRes: www.revistas.usp.br/rumores

Revista Anagrama: www.usp.br/anagrama

Facebook: www.facebook.com/midiatousp/

Twitter: www.twitter.com/Midiato

E-mail: midiato@usp.br



KRITIKOS



ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO